

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS

Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais

PATRIMÔNIO CULTURAL E REVITALIZAÇÃO URBANA.

Usos, apropriações e representações da Rua dos Caetés, Belo Horizonte.

Corina Maria Rodrigues Moreira

Belo Horizonte

2008

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

Corina Maria Rodrigues Moreira

PATRIMÔNIO CULTURAL E REVITALIZAÇÃO URBANA.

Usos, apropriações e representações da Rua dos Caetés, Belo Horizonte.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais/Gestão das Cidades, da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Área de concentração: Cidades: Cultura, Trabalho e Políticas Públicas

Orientador: Prof. Dr. Luciana Teixeira de Andrade

Belo Horizonte, 2008

FOLHA DE APROVAÇÃO

Para meus pais, Agapito (*in memoriam*), e Yolanda, e para minha irmã, Lilla,
amigos de sempre, esteio de todas as horas, amorosamente presentes em
todos os momentos desta jornada.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho não estaria sendo apresentado aqui se não fosse a presença de um grande número de pessoas que, de uma forma ou de outra, contribuíram para sua realização, com amizade, apoio, idéias. O meu velho e querido amigo, Charles, o “juca fogueteiro” que me incentivou a dar continuidade aos estudos e seduziu-me para este Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, curso no qual fui acolhida em minhas inquietações, dificuldades e experiências e que contribuiu significativamente para minha formação acadêmica. Os professores, atentos e dedicados, estão presentes em todo esse texto, que se apresenta como produto das reflexões e leituras conjuntas que propiciaram: Lea, Lucília, Carlos Alberto, Magda, Juliana, Tarcísio e, de forma especial, minha orientadora, Luciana, que me auxiliou de forma firme, respeitosa e carinhosa a adentrar uma nova área do saber, dando-me sustentação para levar essa empreitada a termo.

Não posso deixar de expressar meu agradecimento, ainda, àqueles que possibilitaram a realização das pesquisas que fundamentam as reflexões aqui apresentadas. Os servidores do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte, do Museu Histórico Abílio Barreto, da Secretaria Municipal de Políticas Urbanas, da Gerência de Patrimônio Histórico Urbano foram auxiliares sempre atenciosos e disponíveis na intrincada trilha da pesquisa documental. Obrigada também à Coordenadora do Programa Centro Vivo, Maria Caldas, por tão gentilmente ter concedido uma entrevista que tanta valia teve para que pudéssemos nos aproximar dos olhares lançados pelo poder público sobre a cidade.

Este trabalho não teria sido realizado não fosse a concessão de bolsa de estudo pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, e a compreensão e apoio das chefias e colegas da 13ª Superintendência Regional do IPHAN, que possibilitaram a flexibilização de horários necessária àqueles que trabalham e estudam.

Agradeço especialmente a todos os que, na Rua dos Caetés, dispuseram-se a conceder-me as entrevistas de campo. A receptividade, o interesse, o desprendimento com que me receberam foi essencial para que pudéssemos dialogar com aquilo que pensam, sentem e apreendem em suas relações com aquele espaço de vivência cotidiana, possibilitando-nos a criação de novas referências para a compreensão da dinamicidade e complexidade da vida na cidade.

À minha mãe, pela paciência do acompanhamento de um cotidiano, digamos, um pouco tumultuado, porto seguro nas tempestades que surgiram nesse percurso, a minha profunda gratidão e amor, sempre. E à Lilla, querida irmã, amiga e companheira que tão pacientemente acompanhou não só boa parte da pesquisa de campo, auxiliando em seu registro fotográfico, como também em toda a elaboração deste texto, revisando, trocando idéias e impressões, dando sugestões, enfim, apoiando-me incansavelmente nas tessituras da escrita, a certeza de que ainda temos muitas leituras a trocar pela frente.

E, para finalizar, aos meus caríssimos amigos do Mestrado, Mônica, André, Cecília, Pletz, Helen, Reinaldo, Andréia. Sem nossas conversas, risadas, cervejas eu tenho certeza que o caminho teria sido insuportavelmente árido!

RESUMO

Este trabalho aborda algumas questões atinentes às interfaces existentes entre as políticas contemporâneas de revitalização urbana e de patrimônio cultural, e às formas como as mesmas são apropriadas pela população que convive cotidianamente com esses espaços transformados em patrimônio da cidade e foco de ações de significativo impacto na vida da *urbe*. Para tanto, tomamos como objeto de análise a Rua dos Caetés, conjunto urbano tombado pelo poder público municipal e palco de uma série de intervenções constantes do Programa Centro Vivo, da Prefeitura de Belo Horizonte, lugar visto aqui como um cenário urbano conformado no contexto histórico-espacial do Centro da cidade. Visando compreender em que medida as intervenções - materiais e simbólicas - aí realizadas provocaram ou não transformações nas formas de apropriação desse espaço e nas representações que trabalhadores, comerciantes e profissionais liberais elaboram nesse e com esse lugar de vivência cotidiana, procedemos tanto à identificação dos usos e configurações sócio-espaciais que o caracterizam e à problematização das políticas de patrimônio cultural e de revitalização urbana executadas no Centro cidade quanto à aproximação em relação aos sujeitos que convivem diariamente com a Rua dos Caetés, através de pesquisas documentais, observações e entrevistas realizadas no decorrer de nossas investigações. Percebemos, assim, que as maneiras como os entrevistados se apropriam das intervenções efetivadas nesse espaço evidenciam não só uma estreita associação entre patrimônio cultural e revitalização urbana como também uma fraca ancoragem nas memórias produzidas por aqueles que o vivenciam cotidianamente, indicando a valorização de um passado estetizado que acaba por encobrir as tensões, acordos e conflitos, enfim, as dinâmicas sociais que conformam este como um lugar de significação para aqueles que ali convivem cotidianamente e o distanciamento dessas pessoas frente às memórias que essas ações pretendem afirmar como representantes legítimas da história da cidade.

Palavras-chave: patrimônio cultural, revitalização urbana, memória, história, representações sociais, estetização do passado.

ABSTRACT

This work deals with questions related to the interconnections between contemporary policies of urban revitalization and cultural heritage and the way they are appropriated by the population that live daily in such spaces, which were transformed into heritage of the city and became the focus of public actions that have significant impact in the life of the *urbe*. Caetés Street, in downtown Belo Horizonte (Minas Gerais, Brazil), is taken as a case study. Several of its buildings were transformed into cultural heritage by the municipal authority and the street became the locus of a series of interventions conducted by Programa Centro Vivo, launched by Belo Horizonte Municipality. With the aim of apprehending the impact of such interventions, both material and symbolic, in the way this space is appropriated and in the representations that workers, businessmen and liberal professionals elaborate in and with such a place of daily existence, we try (a) to identify the forms the space is used and the sociospatial configurations that constitute its singularities; (b) to discuss the problems associated with the cultural heritage policies and urban revitalization programs implemented in the downtown area; and (c) to study the perceptions of the individuals that interact daily at Caetés Street, through documental research, observations and interviews. Such a method enables us to distinguish the ways the interviewees appropriate themselves of the interventions made in such a space by the municipal authority, which show both a close connection between cultural heritage and urban revitalization and a weak linkage with the memories produced by those who spend part of their lives in the region. All this point: (a) to the recognition and appreciation of a aestheticized past that partially veils the tensions, agreements and conflicts, that is, the social dynamics that conform such a place as a meaningful one; and (b) to the fact that these individuals are kept away from the memories that the public interventions intend to establish as the legitimate representations of the city's history.

Kew words: cultural heritage; urban revitalization; memory; history; social representations; aesthetization of the past; Caetés Street.

LISTA DE FIGURAS

| | |
|--|------|
| FIGURA 1 – Mapa do Hipercentro de Belo Horizonte | p.22 |
| FIGURA 2 – Galpões do Grande Empório Central, do Conde de Santa Marinha, um dos grandes empreiteiros da construção de Belo Horizonte. Região da Praça da Estação. Final do século XIX..... | p.26 |
| FIGURA 3 - Recepção do presidente Silviano Brandão na Praça Rui Barbosa. 1898. | p.26 |
| FIGURA 4 - Vista da região da Estação a partir do bairro Floresta. 1900..... | p.27 |
| FIGURA 5 - Vista da região da Estação a partir do bairro Floresta. 1910..... | p.27 |
| FIGURA 6 - Antigo prédio da estação ferroviária. Entre 1902 e 1920..... | p.28 |
| FIGURA 7 – Estação Ferroviária, entre 1916 e 1920..... | p.29 |
| FIGURA 8 – Pessoas esperando o trem na estação. Entre 1920 e 1930..... | p.29 |
| FIGURA 9 – Antigo mercado municipal. Sem data..... | p.29 |
| FIGURA 10 - Comício da Aliança Liberal na Praça da Estação. 1930..... | p.30 |
| FIGURA 11 - Rua dos Caetés esquina com Rua Espírito Santo, entre 1902 e 1910.... | p.31 |
| FIGURA 12 – Avenida do Comercio, 1911..... | p.31 |
| FIGURA 13 – Panorama da Avenida dos Andradas, nas proximidades da Praça da Estação, entre 1922 e 1930..... | p.31 |
| FIGURA 14 - Vista aérea do centro de Belo Horizonte, 1954. À esquerda, margeia a foto a Rua da Bahia, a partir da Rua dos Caetés, até o bairro Santo Antônio..... | p.34 |
| FIGURA 15 - Rua dos Caetés nº 245 a 263. Estilo Eclético 1ª fase com influência neoclássica..... | p.43 |
| FIGURA 16 - Av. Amazonas, nº 478. Estilo eclético 1ª fase com influência neoclássica..... | p.43 |
| FIGURA 17 - Av. Augusto de Lima, nº 104. Estilo eclético 1ª fase com influência neoclássica..... | p.44 |
| FIGURA 18 - Rua Espírito Santo nº 284. Tomada a partir da Rua dos Caetés. Estilo Art Déco..... | p.44 |
| FIGURA 19 - Av. Afonso Pena, nº 551/565. Estilo Art Déco..... | p.44 |
| FIGURA 20 – Av. Afonso Pena, nº 114. Palácio das Artes. Estilo Modernista..... | p.45 |
| FIGURA 21 – Av. Afonso Pena, nº 1626. Estilo Modernista..... | p.45 |
| FIGURA 22 – Arranha-céu - Av. Amazonas, nº 61. 1952-1962..... | p.45 |
| FIGURA 23 – Arranha-céus – Av. Afonso Pena com Rua Carijós. Sem data..... | p.46 |
| FIGURA 24 – Arranha-céu – Av. Paraná esquina com Rua Carijós..... | p.46 |
| FIGURA 25 – Mapa da Rua dos Caetés | p.47 |
| FIGURA 26 – Mapa do Conjunto Urbano da Rua dos Caetés e Adjacências | p.48 |
| FIGURA 27 - Fábrica de ladrilhos de propriedade de Lunardi e Machado, localizada na Rua dos Caetés. Entre 1910 e 1925..... | p.49 |
| FIGURA 28 - Fachada principal e lateral da Casa Comercial Nogueira e Cia., antiga Casa Benjamin. As pessoas e carroças estão na Rua dos Caetés. 1904..... | p.49 |
| FIGURA 29 - Funcionários e componentes da orquestra do “Cinema Teatro Comércio”, que existiu na Rua dos Caetés, esquina com Rua São Paulo..... | p.50 |
| FIGURA 30 - Tomada da Rua dos Caetés a partir da Rua Espírito Santo, no sentido do Bairro da Floresta. 1930..... | p.51 |
| FIGURA 31 - Edificações na Rua dos Caetés esquina com a Rua Rio de Janeiro. 1940..... | p.51 |
| FIGURA 32 - “Esquina do Barulho”. Rua dos Caetés, nº 300. 1947..... | p.52 |
| FIGURA 33 – Rua dos Caetés em 1996..... | p.54 |
| FIGURA 34 – Rua dos Caetés em 1999..... | p.55 |

| | |
|---|-------|
| FIGURA 35 - Rua dos Caetés, esquina com Rua Rio de Janeiro. 02/04/2007..... | p.57 |
| FIGURA 36 - Rua dos Caetés, entre as ruas Rio de Janeiro e São Paulo. 02/04/2007. | p.57 |
| FIGURA 37 – Vendedor de frutas ambulante, na Rua dos Caetés esquina com Rua São Paulo. 08/06/2007..... | p.58 |
| FIGURA 38 – Vê-se, atrás do poste, um carrinho de pipoca. Rua dos Caetés entre as ruas Rio de Janeiro e São Paulo. 02/04/2007..... | p.59 |
| FIGURA 39 – Pontos de ônibus na Rua dos Caetés entre as ruas Rio de Janeiro e São Paulo. 08/06/2007..... | p.60 |
| FIGURA 40 - Rua dos Caetés esquina com Av. Amazonas. 02/04/2007..... | p.63 |
| FIGURA 41 - Rua dos Caetés entre as ruas Espírito Santo e Rio de Janeiro. 08/06/2007..... | p.63 |
| FIGURA 42 - Rua dos Caetés entre as ruas Rio de Janeiro e São Paulo. 08/06/2007.. | p.63 |
| FIGURA 43 - Rua dos Caetés entre as ruas Espírito Santo e São Paulo. 02/04/2007. | p.64 |
| FIGURA 44 – Frigorífico Serradão. Rua dos Caetés esquina com Rua São Paulo. 05/06/2007..... | p.65 |
| FIGURA 45 - Laboratório Central do INSS. Rua dos Caetés nº 331. 02/04/2007..... | p.67 |
| FIGURA 46 - LACES JK. 02/04/2007..... | p.68 |
| FIGURA 47 - LACES JK..... | p.68 |
| FIGURA 48 – Casa Salles. Rua São Paulo nº 331, esquina com Rua dos Caetés. 02/04/2007..... | p.69 |
| FIGURA 49 - Rua dos Caetés nº 603. Antes da reforma..... | p.70 |
| FIGURA 50 - Rua dos Caetés nº 603. Depois da reforma..... | p.71 |
| FIGURA 51 – Rua dos Caetés nº 630. Antes da reforma..... | p.71 |
| FIGURA 52 – Rua dos Caetés nº 630. Depois da reforma..... | p.71 |
| FIGURA 53 - Casa Sales antes da restauração – Rua dos Caetés esquina com Rua São Paulo, 02/04/2007..... | p.109 |
| FIGURA 54 – Restauração da Casa Sales – Rua dos Caetés esquina com Rua São Paulo, 08/06/2007..... | p.109 |
| FIGURA 55 – Rua dos Caetés entre Avenida Amazonas e Rua Espírito Santo – Edifícios restaurados, 02/04/2007 | p.110 |
| FIGURA 56 – Rua dos Caetés entre Avenida Amazonas e Rua Espírito Santo – Calçadas ampliadas, 02/04/2007 | p.115 |
| FIGURA 57 – Rua dos Caetés entre Rua Rio de Janeiro e Rua São Paulo – Calçadas ampliadas, 02/04/2007 | p.116 |
| FIGURA 58 – Rua dos Caetés esquina com Rua São Paulo – Travessia de pedestres e rampa para portadores de necessidades especiais, 02/04/2007 | p.116 |
| FIGURA 59 – Entrada do Shopping Popular Tocantins, 08/06/2007 | p.120 |
| FIGURA 60 – Entrada do Shopping Popular Caetés, 08/06/2007 | p.121 |
| FIGURA 61 – Shopping Popular Oiapoque | p.121 |

LISTA DE QUADROS

| | |
|--|-------|
| QUADRO 1 – Verticalização – Rua dos Caetés..... | p. 52 |
| QUADRO 2 – Uso das edificações – Rua dos Caetés..... | p. 66 |
| QUADRO 3 – Edifícios tombados e restaurados – Rua dos Caetés | p. 72 |

LISTA DE SIGLAS

APCBH – Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte
BHTRANS – Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte S/A
CDPCM-BH – Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do Município de Belo Horizonte
DER – Departamento de Estradas de Rodagem
FIT – Festival Internacional de Teatro
IAB – Instituto dos Arquitetos do Brasil
IBPC – Instituto Brasileiro de Patrimônio Cultural
IEPHA – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Estadual
INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social
IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano
LACES JK – Liceu de Artes, Cultura, Esporte e Saúde Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira
MHAB – Museu Histórico Abílio Barreto
PACE - Plano da Área Central
PAR – Programa de Arrendamento Residencial
PBH – Prefeitura Municipal de Belo Horizonte
RMBH – Região Metropolitana de Belo Horizonte
SESC – Serviço Social do Comércio
SPHAN – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
TDC – Transferência do Direito de Construir
UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

| | |
|---|------------|
| INTRODUÇÃO | 13 |
| CAPÍTULO 1 - CENÁRIO URBANO (I): CENTRO, BELO HORIZONTE..... | 20 |
| 1.1 Diversidade, passagem e permanência..... | 25 |
| 1.2 Diferenciações sócio-espaciais | 32 |
| 1.3 Vida cotidiana, lazer e arquitetura | 38 |
| CAPÍTULO 2 - CENÁRIO URBANO (II): RUA DOS CAETÉS, CENTRO, BAIXO CENTRO..... | 47 |
| 2.1 Movimentos | 56 |
| 2.2 Usos e apropriações | 62 |
| 2.3 Edificações restauradas e tombadas | 69 |
| CAPÍTULO 3 - PATRIMÔNIO CULTURAL E REVITALIZAÇÃO URBANA: INTERFACES DO PROGRAMA CENTRO VIVO, BELO HORIZONTE..... | 73 |
| 3.1 A preservação do patrimônio cultural em Belo Horizonte e o tombamento do Conjunto Urbano da Rua dos Caetés e Adjacências..... | 78 |
| 3.1.1 <i>Rua dos Caetés, patrimônio de Belo Horizonte.....</i> | 82 |
| 3.2 O Programa Centro Vivo..... | 86 |
| 3.2.1 <i>O eixo da requalificação urbanística e ambiental.....</i> | 92 |
| CAPÍTULO 4 – UM LUGAR, MUITOS LUGARES: APROPRIAÇÕES E REPRESENTAÇÕES DA POPULAÇÃO SOBRE UM ESPAÇO DE VIVÊNCIA COTIDIANA..... | 98 |
| 4.1 Os entrevistados e a Rua dos Caetés..... | 101 |
| 4.2 As intervenções urbanas na representação dos entrevistados..... | 106 |
| 4.2.1 <i>Rua dos Caetés, patrimônio cultural da cidade.....</i> | 107 |
| 4.2.2 <i>A revitalização da Rua das Caetés.....</i> | 114 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 123 |
| REFERÊNCIAS..... | 126 |
| ANEXOS..... | 141 |

INTRODUÇÃO

No decorrer das duas últimas décadas as áreas centrais das grandes cidades têm sido objeto de uma série de intervenções urbanísticas, geralmente pautadas em diagnósticos que indicam a perda da vitalidade e da referência – material e simbólica – que caracterizavam estas regiões no contexto urbano. Diversificadas em seus objetivos, perspectivas e ações, estas intervenções têm em comum, no entanto, o fato de visarem à chamada dinamização econômica dessas regiões e pautarem-se na valorização simbólica e estética da paisagem urbana, especialmente no que diz respeito ao seu patrimônio arquitetônico e urbanístico – muitas vezes designado como histórico e cultural e utilizado como referência para a produção de uma dada memória e identidade da/para a cidade.

Um grande número de pesquisadores de diversas áreas de conhecimento – geógrafos, arquitetos, cientistas sociais, historiadores, economistas, urbanistas, por exemplo – vêm se dedicando à compreensão desta que se tem mostrado uma tendência nas ações do planejamento urbano contemporâneo. No campo das ciências sociais, especificamente, as investigações em torno desta temática apresentam reflexões que vão desde as razões estruturais desta dinâmica e sua inserção no contexto da chamada globalização até os arranjos políticos e institucionais locais que as efetivam, os conflitos que provocam e as transformações que geram na ocupação e usos dessas regiões.

No entanto estas pesquisas, ainda que quantitativa e qualitativamente diversas, não têm se voltado, de forma geral¹, à análise das representações que a população elabora a respeito destas intervenções e de como estas pessoas se apropriam, cotidianamente, desses espaços patrimonializados² e revitalizados. Nesse sentido, nos propusemos inquirir em que medida a vivência cotidiana da população nesses espaços e as representações que engendra dialogam com as ações de patrimonialização e revitalização nele implementadas, reelaborando-as e indicando novas formas de apropriação de um espaço urbano transformado em patrimônio cultural da cidade e em representante legítimo de sua memória e identidade.

Para tanto, tomamos por objeto de pesquisa um espaço específico de Belo Horizonte: a Rua dos Caetés, que dá nome a um conjunto urbano tombado pelo poder público municipal,

¹ Com honrosas exceções, como Botelho (2005, 2006), Leite (2001, 2002, 2006, 2006a), Arroyo (2004), referências significativas para algumas das reflexões que apresentaremos neste trabalho.

² O termo patrimonialização refere-se, neste trabalho, ao ato de nomear um bem como patrimônio histórico/cultural de uma determinada localidade, e não às ações de intervenção física nos bens protegidos – as ações de preservação propriamente ditas.

em 1994, como patrimônio histórico e cultural da cidade, e foco de ações de revitalização urbana a partir de 2003³. Inserida no Hipercentro da cidade, a Rua dos Caetés é classificada como um dos poucos espaços representantes da arquitetura da época da construção de Belo Horizonte, tendo sido considerada até a década de 1930, junto à Avenida do Comércio (atual Avenida Santos Dumont), a “artéria comercial da cidade”. Situada na parte mais baixa do centro, esta rua é um dos trajetos de ligação entre a estação ferroviária e a rodoviária, inserindo-se em histórica região hoteleira e boêmia conhecida também como “quadrilátero da zona” em razão da concentração de estabelecimentos de prostituição aí encontrada - fatores que fazem com que a região não seja considerada, portanto, área das mais nobres do centro da cidade⁴. Tendo sua imagem historicamente relacionada ao comércio ligado ao armarinho e ao vestuário, a Rua dos Caetés, hoje, mantém sua característica de espaço preponderantemente destinado ao comércio, ainda que mais diversificado, e também à prestação de serviços, marcadamente aqueles – comércio e serviços - nominados como populares.

A percepção da dinâmica cotidiana desse espaço e das relações que nele – e com ele – são estabelecidas, com vistas à compreensão de como as pessoas se apropriam tanto desse lugar de vivência quanto das intervenções nele realizadas⁵, indicaram a necessidade de nos remetermos a posturas e instrumentos metodológicos que nos possibilitassem uma maior aproximação tanto do espaço de investigação propriamente dito quanto dos sujeitos que o vivenciam diariamente, observando, conversando, registrando impressões, enfim, ocupando uma posição “de perto e de dentro” (MAGNANI, 2002) que contribuísse para a elaboração de um olhar capaz de vislumbrar a dinamicidade, as tensões, a pluralidade das relações estabelecidas entre os diversos agentes que produzem a cidade cotidianamente, e destes com a própria cidade.

Nesse sentido, ainda que não tenha sido realizado um estudo etnográfico em sua plena acepção⁶, as pesquisas desenvolvidas pautaram-se naquilo que poderíamos chamar de um “olhar etnográfico” sobre nosso objeto de estudo. Atento às múltiplas redes, formas de sociabilidade, estilos de vida, conflitos que dão a vida propriamente dita da metrópole

³ Realizadas no contexto de um programa de revitalização do Centro da cidade, da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte - PBH, o Programa Centro Vivo, sobre o qual nos deteremos no Capítulo 3 – Patrimônio Cultural e Revitalização Urbana: interfaces do Programa Centro Vivo, Belo Horizonte.

⁴ Área inclusive nomeada costumeiramente de baixo centro, como veremos no Capítulo 1 – Cenário urbano (I): Centro, Belo Horizonte.

⁵ Pensando as intervenções, aqui, não só em seu sentido físico, como as ações de revitalização propriamente ditas, mas também aquelas de caráter simbólico, como a nomenclatura deste como um “patrimônio da cidade”.

⁶ Isto porque o tempo para realização desta investigação é absolutamente insuficiente para a efetivação de uma pesquisa etnográfica em seu sentido forte, que tem como uma de suas posturas centrais uma observação de caráter ativo e constante - apesar de considerarmos que este seria um caminho profícuo frente às indagações propostas.

(MAGNANI, 2002) – atento, enfim, aos “imponderáveis da vida real” (MALINOWSKI, 1984, p. 29) ou ainda à “lógica informal da vida real” (GEERTZ, 1989, p. 27) – este olhar nos propiciou a criação de certa proximidade frente aos sujeitos da investigação e a identificação das diferentes dinâmicas que se entrecruzam no contexto abordado, bem como das maneiras próprias encontradas por estas pessoas para a construção das relações tanto com este espaço cotidianamente vivenciado quanto com as intervenções nele realizadas. Nesse contexto, a pesquisa de campo, aliada à pesquisa documental e bibliográfica, constituíram-se como procedimentos essenciais ao desenvolvimento desta investigação, num diálogo constante entre pesquisa empírica e reflexão teórica capaz de fundamentar a produção de um conhecimento pertinente a nosso objeto de estudo, que nos possibilitasse a ampliação de sua compreensão no contexto da diversidade de reflexões já produzidas sobre os também diversos processos de intervenção urbana contemporâneos.

A pesquisa de campo foi desenvolvida através da observação da paisagem física do trecho analisado⁷ e da realização de entrevistas com algumas pessoas que convivem cotidianamente com a – e na – Rua dos Caetés. A observação objetivou, primordialmente, a elaboração de uma caracterização deste espaço – sua arquitetura, as ocupações e estado de conservação das edificações, seus usos e apropriações cotidianas, seu movimento – que possibilitasse a composição daquilo que chamamos, aqui, de um cenário urbano. Este cenário urbano constitui-se como um quadro referencial capaz de propiciar a compreensão não só dos arranjos físicos que estruturam o espaço em questão, como também da maneira como as pessoas se apropriam deste lugar de vivência cotidiana e de como ele se insere no contexto do Centro de Belo Horizonte e das transformações aí ocorridas nas últimas décadas⁸.

No que diz respeito às entrevistas, elas visaram não só estabelecer um contato amplo e direto com o universo dos sujeitos pesquisados - comerciantes, profissionais liberais, trabalhadores das lojas, da rua e dos shopping populares - como também identificar as proximidades e diferenciações encontradas, em suas falas, no que diz respeito ao nosso objeto de estudo. O roteiro destas entrevistas contou tanto com questões mais gerais sobre a relação dos entrevistados com o local – como tempo de moradia/trabalho na região, o que achavam de viver/trabalhar ali, se existiam laços de sociabilidade criados no local - quanto sobre seu

⁷ Rua dos Caetés entre Avenida Amazonas/Rua da Bahia e Avenida Afonso Pena.

⁸ A contextualização temporal relativa ao Centro de Belo Horizonte – foco do Capítulo 1 – foi realizada com base em pesquisa bibliográfica, valendo ressaltar a existência de poucos estudos de caráter sócio-histórico sobre essa área da cidade, dentre os quais destacamos as pesquisas de Celina Borges Lemos (1988, 1994, 2003), além de poucos outros citados na Bibliografia (ARROYO, 2004; CHACHAM, 1996; SILVEIRA, 1995; SOUZA e CARNEIRO, 2004).

conhecimento/sentimento sobre a patrimonialização e revitalização da Rua dos Caetés - se conheciam e o que achavam da Rua dos Caetés ser considerada patrimônio cultural da cidade e o que pensavam da sua revitalização.

Vale ressaltar que estamos aqui chamando de “trabalhadores das lojas” àquelas pessoas que trabalham não só nos estabelecimentos comerciais propriamente ditos, mas também nos diversos escritórios, firmas, associações, escolas que compõem esse espaço, dos quais diferenciamos os trabalhadores da rua e dos shopping populares. Não consideramos conveniente lançar mão, no entanto, de uma diferenciação entre trabalhadores formais e informais tendo em vista não podermos afirmar que aqueles que trabalham nas lojas são ou não, efetivamente, trabalhadores formais, bem como não podemos dizer que os trabalhadores dos shopping populares são informais, no atual contexto de formalização do seu trabalho, conforme apontado nos documentos consultados (Anexo 1) e por Zambelli (2006). Por outro lado, consideramos importante essa diferenciação, pois que consideramos que “trabalhadores das lojas” e “trabalhadores da rua e dos shopping populares” estabelecem relações diferenciadas com esse espaço de vivência cotidiana, conforme veremos no Capítulo 4 - Um lugar, muitos lugares: apropriações e representações da população sobre um espaço de vivência cotidiana.

Por seu turno, a pesquisa documental também trilhou caminhos diversos. Além de documentos oficiais, foram consultados também a lista telefônica, a legislação municipal pertinente às temáticas investigadas e reportagens e notícias sobre a revitalização do Centro de Belo Horizonte e da Rua dos Caetés publicadas em alguns periódicos diários da imprensa escrita da capital⁹. Os documentos oficiais analisados foram produzidos em várias instâncias, formatos e para atender objetivos diversos, destacando-se os relatórios, slides, projetos, pareceres, processos de tombamento, formulários, informativos do portal da Prefeitura e peças publicitárias produzidas pelo poder público municipal, material significativo para a compreensão da formulação e da gestão das políticas de patrimônio e de revitalização urbana em curso na cidade (ANEXO A).

No que diz respeito à lista telefônica, considerada como representativa “do maior e mais singular fato relativo às cidades: a grande quantidade de porções que as compõem e a imensa diversidade que caracteriza o interior destas porções” (JACOBS *apud* LEMOS, 1988, p.31) vale destacar que pesquisamos a versão eletrônica da lista comercial - tendo em vista

⁹ Dentre os quais foi privilegiado o Jornal Estado de Minas, tradicional veículo da mídia mineira, em razão do acesso facilitado aos seus arquivos em versão eletrônica (a partir de 1999) e também por ser o jornal de maior circulação na cidade e no Estado – ainda que não tenha sido o único consultado, conforme Bibliografia.

que a lista residencial não é mais disponibilizada ao público, nem mesmo em suporte físico. Esta pesquisa nos possibilitou a identificação geral dos usos dos pavimentos superiores das edificações da Rua dos Caetés, sendo fonte importante para a produção do quadro-síntese elaborado como referência para a composição do nosso cenário urbano, ainda que suas informações precisem ser relativizadas, conforme nos indica Lemos (1988).

Essa diversidade de fontes documentais consultadas nos auxiliou, sobretudo, na construção de um olhar ampliado tanto a respeito dos processos de intervenção urbana que marcaram o espaço investigado quanto das representações que são elaboradas a seu respeito pelos diversos atores sociais envolvidos, direta ou indiretamente, com estas ações, contribuindo para o aprofundamento da percepção das tensões e arranjos sociais e políticos que conformam as relações estabelecidas no decorrer desse processo. No entanto, tendo em vista os objetivos da investigação proposta e a variedade de possibilidades de reflexão postas pelos documentos consultados no que diz respeito especificamente ao campo de nosso objeto de pesquisa, colocou-se a necessidade de seleção de algumas dessas fontes documentais como referência para uma análise mais minuciosa e atenta do nosso objeto de investigação.

Detivemo-nos, assim, sobre os documentos oficiais consultados, tendo em vista não só a riqueza das informações que apresentavam e as possibilidades analíticas que nos faziam vislumbrar, mas sobretudo em razão de que se colocavam como “a fala” – por vezes contraditória, dissonante, mas bastante esclarecedora - do poder público municipal, principal agente mobilizador das intervenções realizadas. Ao lado dessa “fala” apreendida nos documentos oficiais, recorreremos ainda a uma entrevista com a coordenadora do Programa Centro Vivo, Maria Caldas, no sentido de esclarecer algumas questões não abordadas ou explicitadas nos documentos e perceber nuances que nem sempre podem ser esclarecidas através da análise dos mesmos, fundamentais para que ampliássemos nossa compreensão sobre o referido Programa, conforme apresentaremos no Capítulo 3.

Permeando todo o processo de investigação, as pesquisas bibliográficas foram fundamentais à sistematização das indagações e das observações realizadas, fornecendo não só os subsídios teóricos e metodológicos necessários às reflexões propostas como também referências empíricas que possibilitaram a construção de um olhar mais abrangente sobre nosso objeto de pesquisa. Nesse sentido, ao lado de uma série de estudos que abordam a conformação histórico-social das centralidades urbanas – e, mais especificamente, do Centro

de Belo Horizonte¹⁰ - foram analisadas produções relativas aos processos de revitalização urbana contemporâneos, bem como trabalhos que se dedicam à reflexão sobre questões atinentes às temáticas do patrimônio cultural, destacando-se que, com honrosas exceções, poucas são as pesquisas que abordam essas questões para o caso específico de Belo Horizonte¹¹. A investigação teórica acerca desses temas nos possibilitou não só o estabelecimento das relações entre patrimonialização e revitalização propostas neste trabalho como também a compreensão de como essas intervenções agem sobre o real ao agir sobre a representação do real (BOURDIEU, 1996) e de como as representações elaboradas a respeito desse processo pelos diversos agentes nele envolvidos estruturam sua percepção a respeito do mundo social.

Tomando por referência, portanto, a idéia de que a dimensão do simbólico marca significativamente as relações que se estabelecem no mundo social, contribuindo sobremaneira para a reprodução das estruturas de poder que o sustentam (BOURDIEU, 1974, 1996a, 1998), analisamos as interfaces existentes entre a pretensão de produção de uma história para a cidade constante das políticas de patrimonialização e a perspectiva de estetização da paisagem urbana (LEITE, 2001, 2002, 2004; JEUDY, 2005) prevista no programa de revitalização do Centro de Belo Horizonte. Intentamos, com isto, realizar a necessária tarefa de desnaturalização das intervenções que vêm sendo efetivadas na *urbe* nas duas últimas décadas, desvelando em que medida as representações de cidade, de patrimônio e de memória elaboradas nesse processo dialogam entre si e expressam acordos, conflitos, recusas e aceitações em torno da legitimação de um determinado “sentido de mundo” e de uma determinada memória da cidade que informa não unicamente sobre seu passado mas, sobretudo, sobre o campo de disputas que se estabelece na constituição do próprio presente.

Consideramos, assim, que este poder de “dar sentido ao mundo”, legitimando aquilo que é arbitrário e naturalizando o caráter assimétrico das relações de força que se estabelecem no mundo social, indica o caráter político que marca a percepção e a produção da realidade, tendo em vista que “as relações de sentido são uma modalidade com que as relações de força se manifestam” (MICELI, 1974, p. XIII). Pensamos, portanto, que a aparência de unanimidade que ronda essas intervenções urbanas constitui-se como um dos elementos da

¹⁰ Como afirmamos anteriormente, poucos são os estudos que tomam por objeto o Centro de Belo Horizonte, e menos ainda aqueles que dizem respeito à região que aqui estamos chamando de baixo centro, caracterizada neste trabalho a partir das referências fragmentárias que são feitas à área nos estudos consultados.

¹¹ Dentre elas destacamos Andrade e Esteves (2002); Botelho e Andrade (2005); Azevedo e Botelho (2005); Vilela (2006); Cunha (1997).

força simbólica dominante, que justifica a sociedade tal como ela é (BOURDIEU, 2002) e constrói narrativas que legitimam uma determinada figuração social (ELIAS, 2001).

Para abordar as questões aqui indicadas, estruturamos este trabalho em quatro capítulos: o primeiro e o segundo capítulos guardam uma profunda relação entre si, dizendo respeito ao que estamos chamando de composição de um cenário urbano capaz de concretizar as análises e reflexões tanto sobre as intervenções realizadas no espaço em questão – o Centro de Belo Horizonte e, mais especificamente, a Rua dos Caetés – quanto sobre as apropriações e representações elaboradas por aqueles que ali convivem cotidianamente. Assim, no Capítulo 1 – Cenário urbano (I): Centro, Belo Horizonte, abordamos a conformação desta centralidade no contexto espaço-temporal da formação histórica da cidade e, no Capítulo 2 – Cenário urbano (II): Rua dos Caetés, centro, baixo centro, apresentamos uma caracterização da Rua dos Caetés a partir da identificação de seus usos e apropriações cotidianas, inserindo-a no contexto da conformação da centralidade urbana na qual se encontra e das transformações aí ocorridas nas últimas décadas. Já o Capítulo 3 – Patrimônio cultural e revitalização urbana: interfaces do Programa Centro Vivo, Belo Horizonte, trata da patrimonialização e do processo de revitalização da Rua dos Caetés no contexto das políticas de preservação do patrimônio e do Programa Centro Vivo (programa de reabilitação urbana do poder público municipal voltado para a valorização do Centro de Belo Horizonte), problematizando as relações entre essas políticas urbanas e seu papel na construção de narrativas legitimadoras de uma dada ordem social. No Capítulo 4 - Um lugar, muitos lugares: apropriações e representações da população sobre um espaço de vivência cotidiana, analisamos como os trabalhadores, comerciantes e profissionais liberais da Rua dos Caetés se relacionam com esse espaço de vivência cotidiana e com as intervenções nele realizadas, e em que medida estabelecem novas formas de apropriação deste local a partir das políticas de patrimônio e revitalização aí executadas e como essa apropriação dialoga com as representações de cidade, patrimônio e memória elaboradas pelos agentes envolvidos neste processo de intervenção urbana.

CAPÍTULO 1 - CENÁRIO URBANO (I): CENTRO, BELO HORIZONTE

O centro de uma cidade pode ser considerado, historicamente, um espaço sobre o qual se concentra uma forte carga valorativa - tanto em termos materiais quanto simbólicos. Ainda que possamos identificar, nas últimas décadas, uma tendência ao chamado policentrismo (LEFEBVRE, 2004; CASTELLS, 1983), o lugar de uma grande cidade identificado como seu centro continua exercendo forte atração no contexto de metropolização que caracteriza a *urbe* contemporânea em grande quantidade de países, inclusive no Brasil.

Espaço de ligação entre as diversas centralidades que compõem a *polis*, favorável ao encontro e à sociabilidade, lugar de trânsito intenso, de trabalho e de sobrevivência, de trocas, de lazer, de moradia... enfim, espaço de referência para grandes setores da população que vivenciam cotidianamente a metrópole contemporânea, o centro muitas vezes é identificado com a própria cidade, não sendo raro as pessoas dizerem “vou à cidade” para referir-se a uma ida àquele que é considerado seu centro. Como nos afirma Celina Lemos:

(...) um centro vem a ser o lugar do simbólico, sendo este o elemento que dá sentido à sociabilidade expressa no cotidiano. (...) Compõem esse campo as representações no espaço, através do seu espaço construído e concebido pelos planejadores, e os espaços de representação, que proporcionam o vivido e o vivenciado referentes à imagem e aos símbolos que os criam dia-a-dia. Assim, concentra-se num centro, representado pelos seus edifícios, monumentos e passagens, uma intensa carga valorativa, em função da qual se organiza, de maneira significativa, o seu espaço. (LEMOS, 1988, p. 17-18)

Belo Horizonte tem hoje legalmente definida como sua área central o espaço originalmente delimitado como a área urbana de uma cidade planejada e hierarquicamente dividida em zonas¹². Única região da cidade que foi efetivamente planejada, sua zona urbana - uma *urbe* moderna por definição e concepção - era constituída, segundo Lemos (1988, 2003), por três centralidades: a comercial (entorno da Praça da Estação, parte da Av. Afonso Pena, a Rua dos Caetés, a Avenida do Comércio, Rua Guarani, Avenida Paraná e Rua Curitiba), a residencial (o atual bairro Funcionários) e a político-administrativa (Praça da Liberdade).

¹² Primeira cidade moderna planejada do país, Belo Horizonte foi construída no final do século XIX para abrigar a capital de Minas Gerais, até então localizada em Ouro Preto. Seu projeto, elaborado no contexto do urbanismo moderno, previa a existência de três zonas: a urbana, a suburbana e a rural, a serem ocupadas por grupos sociais distintos. Trazendo marcada em seu traçado a perspectiva da ordem e da harmonia, a área urbana era caracterizada pela monumentalidade e pela abundância de parques e praças, com uma malha perpendicular de ruas, cortadas por avenidas em diagonal e quarteirões de dimensões regulares, além de uma avenida que a cercava (Av. do Contorno), delimitando-a frente à área suburbana.

Pólos aglutinadores que atraíram atividades, construções e investimentos públicos tanto nos anos da construção da capital quanto em suas primeiras décadas de existência, articulados na e articuladores da conformação da centralidade da região, estes espaços acabaram por confluir como ponto de convergência – simbólico e espacial - de uma cidade que, apesar de ter-se constituído desde sua fundação para além de sua zona urbana e planejada, transformou-se num lugar de referência e de identificação do que é Belo Horizonte. Constituída atualmente por vários bairros¹³, esta área central pode ser caracterizada, portanto, pela diversidade: de usos, de relações, de ocupações, de apropriações, de pessoas, de representações - como a grande parte das áreas centrais das metrópoles contemporâneas.

Na área central de Belo Horizonte, no entanto, um espaço específico nos chama a atenção: delimitado e legalmente nomeado como Hipercentro pelo Plano Diretor do Município em 1996 (FIG.1), abarca grande parte da área que se constituiu como “bairro comercial”¹⁴ desde as primeiras décadas da vida da *urbe*. Tendo incluídas em seu interior importantes referências para muitos dos moradores da cidade e de sua região metropolitana – como o Parque Municipal, a Praça Sete, a Avenida Afonso Pena, o Mercado Central, a Rodoviária, a Estação Ferroviária, os viadutos de Santa Tereza e da Floresta, a Rua da Bahia - é identificado por boa parte da população como Centro de Belo Horizonte, identificação esta que inclusive vem sendo reforçada, na última década, por várias ações do poder público municipal¹⁵.

¹³ Funcionários, Barro Preto, Santo Agostinho, Lourdes, parte do Santa Efigênia e o próprio Centro.

¹⁴ Segundo Abílio Barreto (1995), desde os primeiros anos de existência da cidade o território que estamos tomando como objeto nesta investigação é identificado por seu caráter comercial, o que a nosso ver indica a pertinência de sua nomeação como bairro comercial que lhe é dada por este autor.

¹⁵ Congregadas em um programa de revitalização urbana ao qual nos referiremos ao longo deste capítulo e que será analisado em maior profundidade no Capítulo 3.

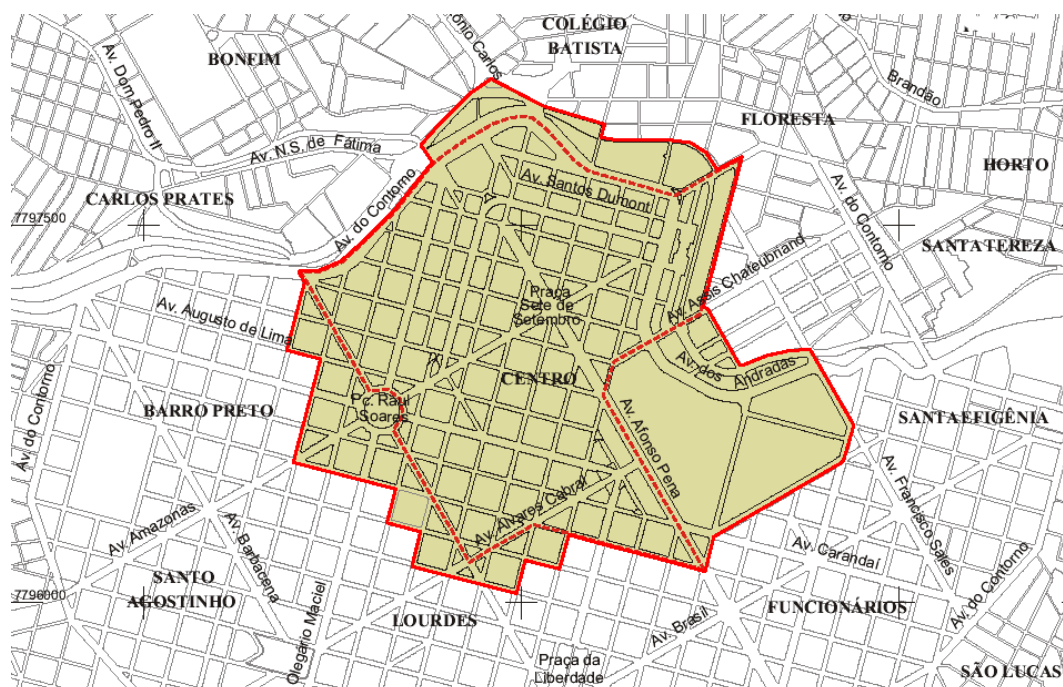


FIGURA 1 - Hipercentro de Belo Horizonte, demarcado pela linha pontilhada, em vermelho.
Fonte: PRAXIS, 2007

No interior deste Centro – que chamaremos de Hipercentro sempre que nos referirmos à sua configuração contemporânea¹⁶ - podemos distinguir duas regiões que, apesar de não estarem legal ou formalmente delimitadas, agregam usos, apropriações e valorações diversas, sendo histórica e cotidianamente reconhecidas como distintas. Estas duas regiões são muitas vezes chamadas de “alto” e “baixo” centro, tanto em razão do espaço físico que ocupam na cidade – o baixo centro identificando a região do hipercentro lindeira ao ribeirão Arrudas e o alto rumando na direção da Serra do Curral – quanto pela distinção dos valores que lhes são atribuídos, de seus usos e apropriações – no caso do baixo centro, geralmente identificado como e com o “popular”.

Circunscrito pelas praças da Estação, da Rodoviária, Sete de Setembro e Raul Soares; pelas ruas Guarani, Guaicurus, Caetés; pelo Viaduto da Floresta, pelo Ribeirão Arrudas, pela ferrovia; e pelas avenidas Santos Dumont, Paraná, Olegário Maciel, Amazonas e Afonso Pena, o baixo centro é marcado pela concentração de um grande número de estabelecimentos comerciais e pela oferta de ampla variedade de serviços, por abrigar um significativo número de pontos de transporte coletivo, por possuir pouco número de residências, pela grande quantidade de hotéis, pensões, motéis que aí pode ser encontrada, pela presença de histórica zona de prostituição e boemia... enfim, espaço de passagem por excelência, referência para

¹⁶ Inclusive porque esta é a denominação legal que identifica a região na última década, largamente utilizada não só pelos documentos oficiais relativos ao programa de revitalização urbana anteriormente referido como também pela mídia impressa da capital.

amplos setores da população da cidade e da região metropolitana, mas que se configura, também, como espaço de permanência e continuidade tanto para aqueles que por ali passam cotidianamente em busca dos serviços e mercadorias oferecidos ou para uso do transporte coletivo quanto para os que ali trabalham, moram, se divertem.

É neste contexto espacial e simbólico mais imediato que se insere a Rua dos Caetés, lugar eleito para a realização das investigações empíricas que fundamentam as reflexões propostas. Este lugar será abordado, aqui, como um cenário urbano – composto em suas dimensões espaço-temporais, sociais e simbólicas e a partir das relações que estabelece com o centro e o hipercentro da cidade - que nos possibilite perceber os usos, apropriações e representações que o caracterizam e o constituem tanto como espaço de vivência cotidiana quanto como um dos focos dos investimentos que vêm sendo realizados pelo poder público e por setores da iniciativa privada no Hipercentro de Belo Horizonte na última década.

A idéia de composição de paisagens, retratos - cenários urbanos - que possibilitem a produção de imagens da metrópole, imagens por sua vez geradoras de um conhecimento que hoje chamaríamos “de perto e de dentro” – lançando mão da feliz expressão cunhada por Magnani (2002) - perpassa uma longa tradição de reflexões, pesquisas empíricas e produções teóricas realizadas desde pelo menos meados do século XIX em diversos campos de conhecimento – como o literário, o sociológico, o histórico, somente para citar alguns exemplos (BOLLE, 2000). Desde Simmel e Benjamin – para lembrar dois autores referenciais - a preocupação com certo tipo de apreensão da cidade moderna, que dimensione especialmente sua multiplicidade e dinamicidade, tem estado presente em uma série de olhares produzidos sobre a metrópole, tendo sido apropriada pela Antropologia Urbana – campo no interior do qual se insere esta investigação – como questão de grande peso em sua constituição como campo específico de saber (DURHAN, 1986; BAPTISTA, 2003; CORDEIRO, 2003; FRUGOLI JÚNIOR., 2005; MAGNANI, 2002, 2003; ARANTES NETO, 2000).

Por outro lado há que se levar em consideração, também, uma definição advinda do campo mais geral da Antropologia, elaborada por Geertz (1989) para indicar a finalidade precípua da produção do conhecimento antropológico – a elaboração de descrições densas – e que, agregada à idéia de composição de cenários, fisionomias, cartografias de um determinado espaço nos indica alguns dos parâmetros mais gerais que possibilitam investigar esses lugares sob a perspectiva de seus usos e das representações que sobre eles são elaboradas. Perceber, portanto, quais são esses usos, como este espaço está fisicamente, visualmente organizado - seus traçados, suas imagens, que se multiplicam como quadros sobrepostos que aos poucos se

vão agregando uns aos outros à medida que dele nos aproximamos¹⁷ -, os movimentos que nele se desenrolam cotidianamente, configurou-se como o caminho metodológico escolhido para a elaboração de uma caracterização da Rua dos Caetés¹⁸ que possibilitasse perceber este como um espaço no qual acontecem e se expressam “a carne e o sangue da vida” na cidade¹⁹ - lugar e momento em que se manifestam as apropriações e representações que as pessoas elaboram sobre esse lugar de convivência cotidiana.

Há que se destacar que para que esse cenário ganhe em densidade não há como deixar de lado a dimensão de temporalidade que o constitui e a percepção do lugar que ocupa no processo de conformação de uma determinada centralidade no contexto urbano – a do Hipercentro da cidade, cenário urbano mais amplo no qual se insere a Rua dos Caetés - no sentido de compreender as transformações e permanências pelas quais tem passado e que marcam sua configuração atual.

O território hoje identificado como centro de Belo Horizonte é – como todos os centros urbanos - um espaço social e historicamente constituído, em um processo de contínua produção de seu sentido de centralidade. Desempenhando um papel estruturador de integração física e ao mesmo tempo simbólica no contexto urbano e metropolitano – o que segundo Castells (1983) é um dos aspectos que identifica um determinado espaço como centro de uma cidade – a ele foi conferido um caráter polarizador desde a ocupação da cidade, em finais do século XIX e primeiras décadas do XX. Caracterizado como lugar de grande diversidade de usos, valores e significações, elaboradas em um processo contínuo de acordos, disputas e apropriações que materializaram, nesse espaço produzido, as relações sociais que conformaram e ainda conformam a cidade, o centro de Belo Horizonte afirmou-se portanto como centralidade em um diálogo constante entre o planejado e o vivido, o proposto e o apropriado, o concebido e o realizado.

Considerada a “porta de entrada” da capital nascente – uma vez que abrigava o principal espaço de chegada e saída de Belo Horizonte, a estação ferroviária - com grande número de hotéis e pensões para hospedagem das pessoas que chegavam à cidade, altas taxas

¹⁷ Para a composição dessa dimensão imagética do cenário urbano em questão consideramos significativo o registro visual do mesmo, realizado principalmente através de fotografias feitas no decorrer das observações, e também pesquisadas em alguns arquivos da cidade e na internet, algumas delas incluídas ao longo do texto. Gostaríamos de destacar, no entanto, que estas fotos não serão abordadas, aqui, como fonte de investigação, ou seja, não analisaremos o contexto e motivações de sua produção, o lugar social do seu produtor - enfim, as diversas dimensões que definem seu caráter social e histórico – lançando mão delas unicamente com o objetivo de propiciar uma visualidade que contribua para a composição deste que estamos aqui chamando de um cenário urbano.

¹⁸ Desenvolvida no Capítulo 2.

¹⁹ Apropriando-nos, aqui, de expressão utilizada por Malinowski (1984, p. 29) manifestando sua postura frente ao conhecimento antropológico, ainda que referente à vida “na aldeia”.

de ocupação do solo no contexto urbano e concentração de atividades de comércio e serviços, a região inicialmente chamada de bairro comercial da cidade passou a ser identificada como centro comercial logo nos seus primeiros anos (LEMOS, 1988, 2003), constituindo-se como espaço de grande circulação – tanto de pessoas e mercadorias quanto de idéias. *Locus* significativo da sociabilidade urbana a partir da reunião dos diversos significados da vida na *urbe* - de comércio, de lazer, de negócios, de reunião, de manifestação pública, de boemia, de moradia... – a região constituiu-se, assim, como lugar de grande carga valorativa, fixando-se na representação dos habitantes como “‘centro da cidade’ e ‘de todos’” (SILVA, 2006, p.13).

1.1 Diversidade, passagem e permanência

Com ocupação acelerada e diversificada desde antes da inauguração da cidade especialmente em razão da presença da estação ferroviária - espaço por onde entravam as pessoas, materiais e produtos necessários à construção da nova capital – o centro comercial em formação abrigava não só edificações para armazenamento desses produtos, mas também oficinas, estabelecimentos comerciais diversos, hospedarias e residências, começando a exercer papel de centro urbano já nos primeiros anos da nova capital (FIG. 2, 3, 4, 5). Essa ocupação, ligada aos usos atraídos para a região em razão da presença da Estação e das necessidades advindas da construção da cidade, foi incentivada também pelo poder público, que em 1895 abriu a primeira concorrência para venda de lotes na área com vistas à construção de estabelecimentos comerciais - com a exigência de que os mesmos deveriam estar em funcionamento em um prazo máximo de um ano – e transformou este em um dos lugares de maior investimento de recursos públicos nos primeiros anos da capital.



FIGURA 2 – Galpões do Grande Empório Central, do Conde de Santa Marinha, um dos grandes empreiteiros da construção de Belo Horizonte. Região da Praça da Estação. Final do século XIX.

Fonte: <http://belo-horizonte.fotoblog.uol.com.br/photo20040630150753.html>. Acesso em 05 ago.2006.



FIGURA 3 - Recepção do presidente Silviano Brandão na Praça Rui Barbosa. 1898.
Fonte: MHAB. Coleção Belo Horizonte



FIGURA 4 - Vista da região da Estação a partir do bairro Floresta. 1900.
Fonte: APCBH. Coleção José Góes.



FIGURA 5 - Vista da região da Estação a partir do bairro Floresta. 1910.
Fonte: APCBH. Coleção José Góes.

Configurando-se como “lugar síntese da experiência cidadina, vocacionado a receber os diferenciados grupos, valores e estilos de vida” (LEMOS, 2003, p. 67), o centro comercial caracterizou-se portanto, desde as primeiras décadas da cidade, por uma diversidade social pouco vista em outros espaços da área urbana, marcada pela segregação e hierarquização presentes no projeto original de Belo Horizonte. Assim, a presença de trabalhadores das lojas e das construções, proprietários dos estabelecimentos comerciais²⁰, vendedores ambulantes, moradores, profissionais liberais fazia desse um lugar de confluência de usos, apropriações e representações diversas, acentuada pelo fato de sua existência como espaço de trânsito, não só

²⁰ Que muitas vezes residiam nos fundos de suas lojas e, posteriormente – especialmente a partir de finais dos anos 1920 - no segundo pavimento das edificações.

em razão da presença da estação ferroviária (FIG. 6, 7, 8) como também por ser o corredor entre esta e o lugar destinado ao abastecimento da cidade: o Mercado Municipal (FIG. 9)²¹.

Conforme nos diz Lemos:

(...) A região localizada entre a Praça da Estação e o Mercado Municipal destacava-se pela heterogeneidade de uso. O trem, como único meio de transporte e ligação com outras cidades e Estados, propiciava uma socialização no seu uso. Todos andavam de trem, desde o Presidente da República até um simples operário que chegava em busca de trabalho. Assim, a Estação era a única para todas as chegadas, mesmo que estas acontecessem em comboios menos luxuosos. Essa socialização acabou repercutindo nos arredores da Estação, que, na nova capital, fazia também o papel de 'porto'. Surgiu nas suas imediações um grande número de hotéis e pensões, caracterizados pela ausência de estrelas, por poucas estrelas ou por 'todas do céu'. (...) (LEMOS, 1988, p. 99-100)



FIGURA 6 - Antigo prédio da estação ferroviária. Entre 1902 e 1920.
Fonte: MHAB. Coleção Belo Horizonte.

²¹ Inaugurado em 1900, o Mercado Municipal funcionou no local até 1934, quando aí foi construída a Feira Permanente de Amostras, demolida em 1965 para a expansão do terminal rodoviário da cidade, que ocupa o local desde 1971.



FIGURA 7 – Estação Ferroviária, entre 1916 e 1920.
Fonte: MHAB. Coleção Belo Horizonte.

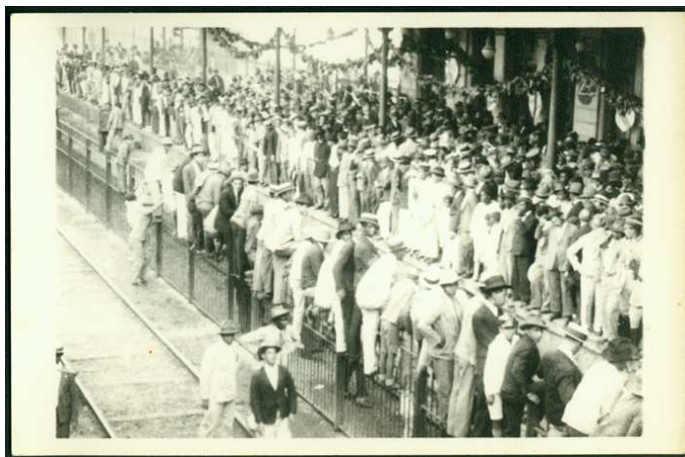


FIGURA 8 – Pessoas esperando o trem na estação. Entre 1920 e 1930.
Fonte: MHAB. Coleção Belo Horizonte.

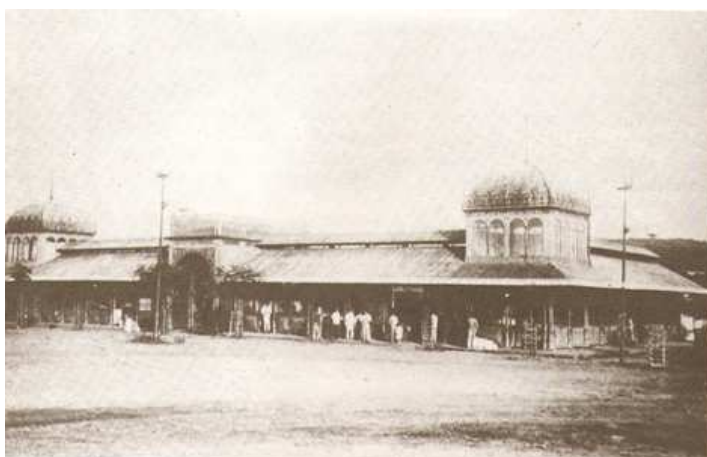


FIGURA 9 – Antigo mercado municipal. Sem data.
Fonte: BH VERSO E REVERSO, p.89.

Apropriado também como espaço de manifestação política (FIG.10), o centro comercial de Belo Horizonte configura-se assim, desde suas primeiras décadas, como espaço de transitoriedade, indicando uma rotatividade que, acentuada pela existência de grande número de estabelecimentos para hospedagem das pessoas que vinham à cidade, propiciou que ali se constituísse uma forte zona boêmia e de prostituição, freqüentada pelos mais diversos grupos sociais que conformavam a cidade nascente, e fortemente enraizada no imaginário belo-horizontino ainda hoje.



FIGURA 10 - Comício da Aliança Liberal na Praça da Estação. 1930.
Fonte: MHAB. Coleção Belo Horizonte

A concentração de pessoas, atividades e relações que ali se estabeleciam transformou o centro comercial em pólo de atração para um número cada vez maior de pessoas, que para lá se dirigiam em busca tanto das melhores condições urbanas ali existentes (FIG. 11, 12, 13) quanto de consumo, trabalho e mesmo moradia, o que caracteriza a região também como espaço de permanência. Marcado por usos, ocupações e apropriações diversas, onde tanto relações efêmeras quanto aquelas mais duradouras se estabelecem e onde a dinâmica entre a cidade que se quis - ordenadamente planejada para ser ocupada pelas camadas superiores da sociedade – e a “cidade real” se confronta de forma mais visível, o centro comercial materializa, assim, as contradições, os conflitos e as acomodações que sustentam a *urbe* em formação.



FIGURA 11 - Rua dos Caetés esquina com Rua Espírito Santo, entre 1902 e 1910.
Fonte: MHAB. Coleção Belo Horizonte



FIGURA 12 - Avenida do Commercio, 1911.
Fonte: MHAB. Coleção Belo Horizonte.



FIGURA 13 - Panorama da Avenida dos Andradas, nas proximidades da Praça da Estação, entre 1922 e 1930.
Fonte: MHAB. Coleção Belo Horizonte.

1.2 Diferenciações sócio-espaciais

A heterogeneidade social, dos usos e das apropriações do centro comercial estabelecido sobretudo na região conformada pela estação ferroviária, pelo mercado municipal, pela Avenida do Comércio²², pelo ribeirão Arrudas e pelas ruas dos Caetés e Guaicurus, acabou por proporcionar a migração do comércio dito nobre e das moradias para a região mais alta do centro, na Avenida Afonso Pena, nas proximidades das ruas Espírito Santo, Tupis e Bahia - região sul da cidade destinada, já em seu projeto original, à ocupação pelas classes sociais abastadas. Ficou reservado assim, a esse baixo centro, um comércio considerado de caráter popular, bem como a afirmação da zona boêmia da cidade, com seus hotéis para encontros, prostíbulos, cabarés, clubes e bares, sendo possível identificar a produção de uma hierarquia social no interior do próprio centro comercial – marcada pela distinção entre “alto” e “baixo” centro - desde pelo menos meados dos anos 1920, considerando as lembranças de Pedro Nava sobre o local nesta época:

Formavam-se grupos e todos tomavam a mesma direção, em Afonso Pena, sob os fícus, até virarem em Espírito Santo, Rio de Janeiro ou São Paulo, que eram os caudais que deságuam no quadrilátero da zona. Essa compreendia tudo que ficava entre Bahia, Caetés, Curitiba e Oiapoque, vasta área de doze quarteirões de casas. A partir da crista da Caetés, as ruas ladeiravam até despencarem no Arrudas. Assim, esse trecho da cidade ficava numa depressão (...). Seguimos lentamente a avenida sob a sombra espessa e cariciosa dos fícus (...). Fomos até a São Paulo, atravessamos a avenida do Comércio – iluminada como ‘La Ramble’, ‘La Gran Via’ - , a rua Guaicurus, que era um pedaço de Marselha jogado no sertão (...); olhamos as portas abertas da Petronilha, da Leonídia e, mais abaixo, em Oiapoque, a fachada misteriosa da Ela Brunatti* (...). Dobramos à direita contornando o Palácio das Águias e diminuimos o passo diante do portão também inacessível da Olímpia e da fachada acachapada do ‘Curral das Vacas’ (...) (NAVA *apud* LEMOS, 1988, p. 156).

A constituição desta região como “quadrilátero da zona” não ocorreu, no entanto, sem conflitos, e em finais dos anos 1930 e no decorrer da década de 1940 os proprietários de imóveis na área se mobilizaram com o intuito de acabar com as casas de prostituição ali localizadas. Essa “espacialização do centro em função dos momentos da vida noturna” (LEMOS, 1988, p. 112), portanto, associada ao fato desta ser uma região marcada pelo caráter

²² Que em 1903 passou a se chamar Avenida Santos Dumont, em homenagem ao ilustre personagem em visita à capital mineira.

* Nomes de cafetinas ou cabarés da Belo Horizonte dos anos 1920.

de passagem e de trânsito, acaba por identificar esse baixo centro ao popular²³ desde as primeiras décadas de existência da capital mineira, estabelecendo-se uma oposição e hierarquização que delimita os espaços no interior do próprio centro. Assim podemos pensar, como nos afirmam Souza e Carneiro, que

O simbólico do “alto” e do “baixo” predomina na forma espacial do Hipercentro. Desse modo, as áreas de beira-rio foram deixadas para grandes estabelecimentos que normalmente deveriam ser localizados em zonas mais afastadas da cidade: estações ferroviárias e rodoviárias, grandes estabelecimentos como galpões, depósitos de combustível, fábricas, garagens, oficinas e linhas férreas, tão características do Ribeirão Arrudas dentro da zona urbanizada (SOUZA e CARNEIRO, 2004, p.19-20)

Por outro lado assiste-se, no decorrer dos anos 1930, ao início do processo de verticalização das edificações do centro da cidade, e a concentração desse processo no entorno da Praça Sete - Avenida Afonso Pena e ruas da Bahia, Espírito Santo, Tupis, São Paulo e Rio de Janeiro – a partir dos anos 1940 e 1950 pode ser considerada um sinal desta delimitação e hierarquização dos espaços no interior da área central²⁴. Isto porque a verticalização pode ser vista como indicativa não só da valorização fundiária da região do alto centro, como também de sua valorização simbólica, transformando a região no emblema da modernização da cidade e acentuando-se a distinção em relação ao baixo centro que, com algumas exceções, mantém um padrão de edificações com número menor de pavimentos (FIG. 14). Estabelece-se, assim, certo paradoxo no centro da Belo Horizonte dos anos 1950, visto que a região reúne, ao mesmo tempo, ecumenismo social e segregação espacial (LEMOS, 2003, p.186), numa configuração que passa a marcar cada vez mais esta região, dando visibilidade às contradições que conformam a cidade.

²³ O qualificativo popular configura-se como termo polissêmico e de difícil definição, muitas vezes sendo utilizado de maneira naturalizada e não problematizada, como se sua compreensão e significação fosse unívoca ou até mesmo consensual. Utilizado como sinônimo de tradição por aqueles que se dedicam ao estudo das chamadas culturas populares, o termo é também bastante comum entre profissionais da indústria cultural, que o identificam à idéia de popularidade, e entre políticos, que o associam à idéia também nada consensual de “povo” (ORTIZ, 1994), muitas vezes servindo, também, para identificar espaços marcados pelo convívio de várias classes sociais. No entanto, uma dimensão presente em grande parte das abordagens que lançam mão do termo popular como explicação para alguma realidade ou fenômeno é sua relação com os segmentos de baixa renda da população, sentido fortemente presente tanto nos documentos oficiais quanto nos veículos da mídia impressa por nós pesquisados, e para o qual chamamos a atenção como significação que deve ser sempre lembrada quando nos referirmos ao termo no decorrer deste trabalho.

²⁴ Como nos indica Arroyo: “Apesar dos incentivos do poder público para a construção de edificações mais altas, os primeiros quarteirões da Rua dos Caetés e Avenida Santos Dumont irão manter uma volumetria de dois a quatro pavimentos. Será mantido também o uso tradicional e predominantemente comercial”. (ARROYO, 2004, p. 101)



FIGURA 14 - Vista aérea do centro de Belo Horizonte, 1954. À esquerda, margeia a foto a Rua da Bahia, a partir da Rua dos Caetés, até o bairro Santo Antônio.

Fonte: APCBH. Coleção José Góes.

Ao lado desse processo de valorização material e simbólica do alto centro assiste-se, a partir de meados dos anos 1950, à diminuição da importância da ferrovia como principal meio de transporte no país, configurando-se um enfraquecimento da centralidade da região Praça da Estação no contexto urbano. No entanto, apesar da cristalização da estrutura urbana do centro e de sua confirmação como principal pólo articulador de atividades, em nível político, social e econômico, nem mesmo o alto centro mantém seus patamares de valorização a partir dos anos 1960 e 1970, uma vez que neste período a cidade vivencia um processo de metropolização e de complexificação da questão da centralidade urbana, que passa a ser referenciada pelo surgimento de novos centros e pela expansão e fragmentação dos espaços (FRUGOLI JUNIOR, 2000; LEMOS, 1988, 2003; LEFEBVRE, 2004). O Hipercentro de Belo Horizonte, como um todo, é abandonado pelas elites tanto quanto local de moradia quanto de consumo e lazer, sofrendo um processo de desvalorização. Transforma-se, cada vez mais, em local de trânsito intenso, de veículos e de pedestres, inclusive em razão do caráter radial do sistema viário da cidade, que faz com que se torne lugar de passagem obrigatório tanto para o transporte coletivo quanto particular – o que passa a orientar, inclusive, grande parte das políticas públicas voltadas para a região, regidas, neste período, pela lógica da circulação e pela preocupação com a fluidez dos transportes (ARROYO, 2004).

A transformação do Hipercentro em pólo aglutinador do transporte coletivo da cidade propiciou, também, a concentração do comércio informal nas suas vias. Apesar de se constituir como preocupação do poder público desde as primeiras décadas da história da

capital²⁵, o controle do comércio de rua passa a fazer parte constante, principalmente a partir dos anos 1980, dos discursos sobre o centro da cidade, tanto por parte do poder público quanto da mídia da capital - além dos comerciantes da região, que nomeiam a concorrência do comércio informal como desleal, em razão de não estar submetido ao pagamento de impostos.

Considerados a causa do aumento das ocorrências policiais na região, bem como da sujeira, insegurança e desconforto que passam a ser identificados como alguns dos principais problemas do Hipercentro, os ambulantes²⁶ se constituem como personagens de peso nos processos de intervenção urbana realizadas na região a partir de então - conforme veremos no Capítulo 3 - e afirmam a região como espaço de busca alternativa pela sobrevivência (LEMOS, 1988).

Por outro lado, espaço “preferido ou obrigado dos moradores das periferias”, que “excluídos das pranchetas dos planejadores” insistem em sua presença na região (SOUZA e CARNEIRO, 2004, p.89), o Hipercentro de Belo Horizonte mantém sua dinamicidade, ocupando posição destacada na geração de postos de trabalho no âmbito da Região Metropolitana de Belo Horizonte - ainda que passando por mudanças significativas em seus padrões de ocupação residencial e econômica, com perda relativa de sua população residente. Neste caso, a afirmação de Silva relativa aos centros urbanos de forma geral, pode ser considerada pertinente à situação do Hipercentro de Belo Horizonte a partir dos anos 1970:

(...) [os centros] foram perdendo moradores e atividades, sobretudo as mais modernas ou aquelas ligadas à proximidade com as elites (...). Paralelamente, os centros antigos foram recebendo outras pessoas e atividades, que ocuparam o espaço deixado e se desenvolveram como zonas de comércio popular ou especializado, de importância regional. São cheios de vitalidade e concentram oportunidades, mas refletem o descuido do poder público com a qualidade dos espaços, os quais também permitem a visibilidade da pobreza e as diversas formas de sobrevivência buscadas pelos pobres. (SILVA, 2006, p.13).

Nesse contexto das transformações vividas a partir dos anos 1970 pelo Hipercentro, o baixo centro - que, como vimos, já trazia o caráter popular como referência há várias décadas - configura-se como o espaço no qual essas transformações se colocam de forma mais visível e acentuada, sendo-lhe continuamente associada, especialmente a partir da década de 1980, a imagem de decadência e deterioração. A concentração de pontos do transporte coletivo,

²⁵ Data de 1908 a primeira regulamentação do trabalho dos vendedores ambulantes e mascates na cidade (ARROYO, 2004).

²⁶ O termo ambulantes serve aqui para designar, de maneira geral, uma grande variedade de formas do trabalho ambulante na cidade, desde aqueles que trabalham em barracas, como os camelôs (licenciados pelo poder público) e os toreros (não licenciados), e aqueles que vendem suas mercadorias em trânsito, geralmente sem suportes específicos para colocá-las, dentre outros.

lugares privilegiados para intercâmbio de mercadorias; a presença massiva de vendedores ambulantes; a quase ausência de moradias; a predominância e dinamicidade do comércio e da prestação de serviços qualificados como populares; o trânsito intenso de pedestres e veículos, com constantes conflitos entre uns e outros e grandes congestionamentos; enfim, todas as características que passam a marcar o Hipercentro da capital²⁷ têm visibilidade e presença ainda mais destacada neste baixo centro - acrescidas pela quase ausência de investimentos do poder público, que realiza na região principalmente intervenções de caráter pontual e voltadas para melhoria da circulação de veículos - estabelecendo-se uma associação bastante íntima entre popularização, decadência e deterioração e estigmatizando-se aquele como um espaço perigoso, sujo, “mal freqüentado”, feio, que necessita de ordenação e regulação. Como nos dizem Vargas e Castilho:

Os conceitos de deterioração e degradação urbana estão frequentemente associados à perda de sua função, ao dano ou à ruína das estruturas físicas, ou ao rebaixamento do nível do valor das transações econômicas de um determinado lugar. (...) Em geral, a referência aos espaços degradados acontece quando, além das estruturas físicas, verifica-se a reverberação da mesma situação nos grupos sociais. Atribui-se à condição de empobrecimento e de marginalização a destruição das bases da solidariedade entre os indivíduos e o descrédito na noção de bem comum.

(...)

Essa imagem da deterioração/degradação e seus efeitos afetam os diferentes atores envolvidos de forma distinta, de acordo com os respectivos interesses e segundo a conjuntura local, cada vez mais internacionalizada. (VARGAS e CASTILHO, 2006, p.3-4).

A partir de meados dos anos 1980 a perspectiva de intervenção no Hipercentro passa a adquirir contornos mais nítidos e maior visibilidade, com a disseminação do discurso da importância da região para a história e memória da cidade²⁸ e da necessidade de melhoria das condições de seus espaços físicos, estabelecendo-se forte confluência entre as idéias de valorização simbólica e de recuperação física de um espaço considerado degradado.

No entanto é especialmente a partir de meados da década de 1990, quando o assunto sobre o esvaziamento, abandono e desvalorização imobiliária do Hipercentro se coloca como questão recorrente tanto nos discursos e projetos do poder público quanto na mídia da capital, que os projetos de intervenção – física e simbólica - na região se afirmam de forma mais

²⁷ Neste momento já configurada como centro de uma grande metrópole: a criação da Região Metropolitana de Belo Horizonte - RMBH data de 1973.

²⁸ Data de 1984 o estabelecimento da política municipal de proteção ao patrimônio histórico e cultural da cidade, com a promulgação da Lei 3802/84, que institui o Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do Município de Belo Horizonte – CDPCM-BH e o tombamento como principal instrumento jurídico de preservação patrimonial - nos mesmos moldes do Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, que organiza a proteção ao patrimônio histórico e artístico nacional.

sistêmica e concreta. Esses projetos acompanham, inclusive, as tendências internacionais de revalorização dos chamados centros históricos das grandes cidades e provocam significativas transformações neste cenário, bastante visíveis já em meados dos anos 2000²⁹, conforme pode ser depreendido da matéria jornalística abaixo que, apesar de longa, vale a pena ser transcrita em sua grande parte:

A segurança mais eficiente, com a vigilância das câmaras do Programa Olho Vivo em pontos estratégicos, a retirada dos camelôs das vias públicas e a restauração de praças, calçadas e edificações históricas são exemplos de iniciativas implementadas pelo poder público, nos últimos quatro anos, que deram nova vida ao hipercentro de Belo Horizonte e já começam a se refletir na valorização dos imóveis da região. Entre os sinais de recuperação do mercado local estão o crescimento acelerado da demanda por lojas e salas e o retorno de investimentos em empreendimentos residenciais, como o Edifício Chiquito Lopes, inaugurado no início do mês. O prédio, inicialmente de uso comercial, foi recuperado e transformado num moderno condomínio residencial pela Construtora Diniz Camargos, com investimento de cerca de R\$ 10 milhões.

“Essa iniciativa mostra que os empreendedores voltam a se interessar pelo centro, que começa a recuperar seu prestígio, depois de anos de abandono e degradação”, diz o presidente do Sindicato do Mercado Imobiliário e das Administradoras de Condomínios de Minas Gerais (Secovi-MG), Ariano Cavalcanti. Ele avalia que as ações de revitalização do hipercentro, principalmente a retirada dos camelôs das ruas, associadas à recuperação econômica do país, estão permitindo um desenvolvimento qualitativo da região, com o retorno e instalação de grandes lojas e escritórios de importantes empresas.

Já o empresário Teodomiro Diniz Camargos, diretor da Diniz Camargos, considera que com mais segurança e um espaço urbano requalificado o centro voltou a ser um bom lugar para se morar, principalmente para idosos, jovens casais, solteiros e estudantes. “A região tem toda uma infra-estrutura de serviços e lazer e é servida por linhas de ônibus que fazem ligação com qualquer ponto da cidade”, observa.

Em negociações para lançar um novo empreendimento residencial no hipercentro, Teodomiro acredita que a região pode, inclusive, atrair, a exemplo do que ocorre em Nova York e Londres, moradores de alto poder aquisitivo, que já trabalham ou estudam no local. “É o resgate de um modo de vida antigo, em que é possível, sem a necessidade de carro ou grandes deslocamentos, ter acesso a tudo: trabalho, estudo, serviços, lazer e cultura. Isso já é realidade nas grandes metrópoles do mundo e BH começa a fazer parte desse circuito”, afirma. (CENTRO..., 2007)

Um dos espaços privilegiados por estas intervenções é, justamente, a região sobre a qual esta pesquisa está focada: o baixo centro, que recebe atenção especial dos chamados projetos de revitalização urbana, os quais destacam a dimensão simbólica deste espaço e investem maciçamente em seus aspectos histórico-culturais e na produção, afirmação e legitimação de uma memória da/para a cidade. A Praça da Estação e a própria estação, a Rua dos Caetés, a Praça Sete – considerada aqui uma significativa delimitação espacial entre o alto

²⁹ Momento em que inclusive é lançado o Plano de Reabilitação do Hipercentro (PLANO..., 2007), constante do Programa Centro Vivo (2004) – políticas que serão o principal objeto de análise do Capítulo 3.

e o baixo centro³⁰ -, a Rua Aarão Reis, o Boulevard Arrudas³¹, a perspectiva de transferência do Terminal Rodoviário... enfim, uma série de ações e projetos que, concentrados na área, fazem dela um lugar de confluência da atenção – e muitas vezes do investimento - não só do poder público municipal como da mídia, da iniciativa privada e, também, das centenas de pessoas presentes nesse espaço de vivência cotidiana.

1.3 Vida cotidiana, lazer e arquitetura

Como dito anteriormente, o Hipercentro de Belo Horizonte é tradicionalmente caracterizado como lugar de trânsito e de passagem, de grande movimento e de estabelecimento de relações efêmeras (LEMOS, 1988, 1994, 2003; ARROYO, 2004; PRAXIS, 2007; SOUZA e CARNEIRO, 2004), podendo no entanto ser considerado, também, espaço de permanência e de criação de relações mais duradouras, tendo em vista configurar-se como lugar de convívio cotidiano para aqueles que ali se estabelecem em razão da moradia ou do trabalho, ou até mesmo para aqueles que por ali passam diária e rotineiramente, como os usuários do transporte coletivo que ali têm seus principais pontos de embarque – caracterizado por esperas às vezes longas - ou desembarque. Por outro lado, a região é historicamente marcada tanto pela presença maciça de estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços – e seu intenso uso por grande parcela da população não só da cidade como de sua região metropolitana - quanto pela existência de espaços, públicos e privados, de convívio e lazer como parques, praças, cinemas, cafés³², bares, dentre outros, o que indica a diversidade de usos e apropriações que podem ser encontrados na área.

³⁰ A Praça Sete de Setembro localiza-se no cruzamento das Avenidas Afonso Pena e Amazonas, e é considerada o marco físico e simbólico do Centro de Belo Horizonte, podendo ser vista não só como importante referência para a população belorizontina mas também como limite divisório (em seu sentido Leste-Oeste) da hierarquia social identificada no Hipercentro da cidade (LEMOS, 1988, 2003; VILELA, 2006; SOUZA e CARNEIRO, 2004).

³¹ Obra realizada pela Prefeitura de Belo Horizonte em parte do ribeirão Arrudas especialmente na região próxima à Estação Ferroviária, em parceria com o governo estadual, incluída no Projeto Linha Verde, deste último, que prevê a criação de uma via de ligação direta com o Aeroporto Internacional Tancredo Neves, em Confins, cidade da RMBH.

³² Ainda que não seja um tipo de estabelecimento tão comum hoje em dia, os cafés marcaram presença no Centro de Belo Horizonte ao longo de sua história – como de outras grandes cidades – havendo, inclusive, alguns que continuam atuando na região, como os cafés Nice e Palhares, situados na Praça Sete e na Rua Tupinambás, respectivamente.

Essa diversidade de usos e apropriações inclusive nos sugere a existência de uma grande variedade de possibilidades de expressão da vida cotidiana e das representações que se constroem no e sobre este lugar da cidade, e que o conformam como um espaço multifacetado, composto por inúmeras dimensões e dinâmicas, que incluem desde sua paisagem arquitetônica e urbanística, passando pelos usos de suas edificações e vias, até os movimentos que o marcam como “centro da cidade e de todos” (SILVA, 2006, p.13). A composição deste cenário urbano não pode prescindir, portanto, destas dimensões e dinâmicas mais afeitas ao cotidiano, ao imaginário e ao simbólico (CERTEAU, 1994; BOURDIEU, 1974, 1990, 1996a, 1998), marcadas por diversos trajetos – do trabalho, do lazer, da circulação, do consumo, da permanência – e partícipes de sua formação e de sua existência enquanto lugar que se produz, cotidianamente, como uma referência para a metrópole.

Propomos, nesse sentido, identificar alguns aspectos gerais que podem nos auxiliar em uma composição dos movimentos e referenciais - visuais, materiais e simbólicos - que configuram o cotidiano do Hipercentro de Belo Horizonte e a centralidade desse espaço, que se conforma como contexto no qual se insere o lugar específico objeto de nossas investigações, a Rua dos Caetés. Para tanto, tomaremos como parâmetro as categorias funcionais e formas de apropriação dos espaços públicos identificadas pela Práxis Consultoria em diagnóstico realizado sobre o Hipercentro de Belo Horizonte em 2005 (PRAXIS, 2007, p.141-147) e a análise de algumas questões afeitas às configurações, transformações e permanências de sua paisagem arquitetônico-urbanística, pretendendo assim contribuir para a construção de imagens, de uma fisiognomia (BOLLE, 2000) que nos auxiliem na compreensão das ações efetivadas pelo poder público na região e das representações que as pessoas que ali convivem cotidianamente elaboram sobre esse espaço e sobre as intervenções nele realizadas.

A pesquisa realizada pela Práxis Consultoria identificou três categorias funcionais e formas de apropriação dos espaços públicos na região: como local de lazer e descanso, como local de trabalho e consumo e como local de passagem (PRAXIS, 2007, p.141-147). No que diz respeito à apropriação do espaço como local de lazer e descanso, o diagnóstico destacou pessoas sentadas em mobiliário urbano, sozinhas ou em grupo (lendo jornais, ouvindo música, observando o movimento); conversando nas calçadas; jogando; dormindo; sentadas em mesas de bares, nas calçadas; namorando; dançando; praticando esportes; fazendo caminhadas; passeando com animais de estimação; crianças brincando nas praças ou calçadas... enfim, uma série de formas de apropriação do espaço público, para o lazer, que de acordo com o horário,

dia da semana e lugar específico onde ocorrem aparecem de forma mais ou menos intensa, marcando as especificidades que caracterizam o dinamismo e vitalidade da região.

Para além dessa ocupação cotidiana voltada ao lazer gostaríamos de considerar, ainda, algumas manifestações eventuais que ocorrem no Hipercentro, como apresentação de peças teatrais³³, shows musicais, festas - como a Banda Mole, manifestação carnavalesca tradicional da cidade, e o próprio carnaval, que apesar de não ser mais realizado no Hipercentro, marcou presença significativa em suas ruas ao longo da história³⁴ -, que também identificam de maneira representativa este como um espaço de encontro, de festa, de alegria, de diversão, produtor de sociabilidades pautadas pelo lúdico e pelo rompimento com a rotina (AMARAL, 1988; DA MATTA, 1978; MAGNANI, 2004; CERTEAU, 1994).

Por outro lado, além desta ocupação dos espaços públicos não há como deixar de considerar que o Hipercentro configurou-se como lugar referencial de diversão e cultura para a população belo-horizontina, no decorrer de sua história, também em seus espaços privados, concentrando parte significativa dos cinemas, teatros, clubes, livrarias, cafés, cabarés, bares que agitavam a vida cultural da cidade. Em grande parte marcados pela experiência do consumo, estes espaços distinguiram-se uns dos outros sobretudo em razão do poder aquisitivo do público que os freqüentava e do local onde estavam instalados, neles ficando bastante patente o processo de popularização que paulatinamente caracterizou a região.

Este fato não pode ser deixado de lado diante dos tradicionais diagnósticos de esvaziamento, a partir dos anos 1980, do papel de lazer desempenhado pelo Hipercentro, pois que este esvaziamento diz respeito, de forma geral, àqueles espaços que tinham os grupos de médio e alto poder aquisitivo como público principal³⁵. Mantiveram-se com grande vitalidade em todo este tempo, no entanto, as atividades de lazer dos grupos de baixa renda (SOUZA e CARNEIRO, 2004; LEMOS, 1988, 1994, 2003; PRÁXIS, 2007), geralmente moradores das periferias, que ainda se dirigem à região com o intuito de se divertir – fato que pode ser

³³ Principalmente quando da realização do Festival Internacional de Teatro – FIT, realizado na cidade de dois em dois anos desde 1995. Nas quase duas semanas durante as quais se realiza o Festival, várias peças teatrais são apresentadas nas ruas e praças do centro e de alguns bairros da cidade.

³⁴ Outras festas realizadas nas ruas do centro foram descritas por Lemos (1988, p.108), que cita as festas juninas e o Reinado como comemorações que ocorriam na região nas primeiras décadas de sua história.

³⁵ Com exceção aqui para os cinemas, que tiveram sua saída do Hipercentro marcada por uma dinâmica diferenciada, visto que sua saída não foi do Centro, mas da rua, com sua ida para os shopping center. Há que se destacar ainda, no entanto, que antes de saírem definitivamente das ruas, os cinemas do Centro sofreram uma alteração não só do público freqüentador, como também do tipo de filmes exibidos, dentre os quais passaram a preponderar os filmes pornográficos.

observado através da realização de caminhadas e “passadas”³⁶ pelo Hipercentro nos finais de semana, à noite e na madrugada. Sendo assim, como nos dizem Souza e Carneiro “O fato de os moradores das Periferias ainda encontrarem motivo de lazer no Hipercentro não deixa de ser um indicador importante para o estudo dessa função enquanto metropolitana” (2004, p.91).

Já no que se refere à apropriação do espaço público como local de trabalho e consumo, o diagnóstico citado anteriormente (PRÁXIS, 2007) indica uma série de formas de usos que caracterizam a região, também relacionadas aos horários, dias da semana e lugares específicos em que ocorrem. Temos assim o vendedor ambulante³⁷, com e sem banca de mercadorias, ou com veículos estacionados; artistas que se exibem nas ruas; policiais; flanelinhas; pessoas fazendo panfletagem e/ou anúncio de serviços; funcionários à porta dos estabelecimentos; trabalhadores fazendo carga e descarga de mercadorias na calçada; engraxates; pipoqueiros; jornaleiros; catadores de papel; crianças vendendo balas nos semáforos; mendigos pedindo esmolas; feirantes... e também os consumidores dos produtos ou serviços ofertados, muitas vezes usuários destes espaços como locais de passagem, pessoas que não estão ali com o objetivo do consumo, mas que acabam adquirindo produtos ou serviços em razão da rua se transformar em uma “vitrine aberta”, estimuladora do ato da compra. Há que se destacar, ainda, que essa caracterização do espaço como lugar de trabalho e de consumo também se configura como marca significativa da região ao longo de sua história, sendo encontradas referências à presença dos trabalhadores ambulantes nas ruas da cidade, por exemplo, desde os primeiros anos da existência da capital (ARROYO, 2004; LEMOS, 1988, 1994, 2003; VILELA, 2006).

Por fim temos, ainda segundo o referido Diagnóstico (PRÁXIS, 2007), as apropriações do espaço público como local de passagem - de pedestres e de veículos -, uso de grande peso nas caracterizações geralmente feitas sobre o Hipercentro. Pessoas que para ali se deslocam com objetivo de trabalho, estudo ou consumo, ou ainda que utilizam a área como simples local de transbordo, em direção a outras regiões da cidade³⁸, e o grande número de veículos coletivos ou privados que por ali transitam diariamente, geralmente em caráter de passagem,

³⁶ Ao longo do período em que foi realizada esta pesquisa, além das observações sistemáticas foram feitas também observações informais, tendo em vista ser a região pesquisada lugar de moradia e de trajeto da pesquisadora. Algumas destas observações foram registradas, outras não, mas nos auxiliaram a perceber a dinamicidade e a diversidade das apropriações que caracterizam a área estudada.

³⁷ Apesar de removidos das ruas, os vendedores ambulantes continuam marcando presença no Hipercentro da cidade.

³⁸ O transbordo costuma ser considerado, inclusive, um dos grandes “vilões” da deterioração da região, pois aumenta significativamente o fluxo de pessoas que por ali transitam sem nenhum objetivo que não seja o da passagem.

identificam o Hipercentro como o lugar do transitório, do efêmero, do fugaz, imprimindo-lhe uma dinâmica peculiar que marca grande parte de sua distinção em relação a outros espaços da cidade e de sua história, conforme abordado no item 1.1 deste capítulo.

Todo este movimento concretiza-se em uma paisagem arquitetônica e urbanística específica, caracterizada sobretudo pela diversidade e sobreposição de estilos e marcada por uma trajetória de demolições e construções que fez com que a cidade fosse identificada, praticamente em toda a primeira metade do século XX, como “cidade canteiro de obras”³⁹, conforme destacado em grande parte da bibliografia que aborda questões afeitas à história da cidade (LEMOS, 1988, 1994, 2003; CHACHAM, 1996). O processo de valorização fundiária do Hipercentro, com a verticalização das edificações a partir dos anos 1930, e a constante busca pelo novo que marcou a arquitetura e o urbanismo da capital até os anos 1970 indicam, nesse sentido, a significativa presença de um paradigma pautado na demolição e na destruição⁴⁰ que faz com que esta paisagem se apresente para nós, hoje, como um mosaico de gostos, estilos, concepções urbanísticas e arquitetônicas representativas das transformações pelas quais a região passou ao longo de sua história e que contribuem para a criação da imagem de abandono, degradação, ruína e envelhecimento que geralmente se associou à região até pelo menos o final dos anos 1990.

No entanto, apesar de historicamente constituída como “um artefato passível de ser consumido e esquecido” (LEMOS, 1988, p.288), constantemente transformada em nome do progresso e da modernidade (LEMOS, 1988, 1994, 2003; CHACHAM, 1996; VILELA, 2006), a paisagem do Hipercentro de Belo Horizonte tem passado, nas últimas duas décadas, pelas conseqüências da mudança de paradigmas que caracteriza o urbanismo contemporâneo, que tem na preservação do patrimônio arquitetônico uma de suas principais marcas⁴¹. Manifestam-se assim, a partir de meados dos anos 1980, as primeiras preocupações com a preservação desse espaço urbano, que passa a ter conservados esses fragmentos, pedaços de história que se constituem como referências significativas para a produção de uma memória da/para a cidade.

Assim, ao lado das poucas edificações representativas dos estilos eclético, neo-clássico e art-decô (FIG. 15, 16, 17, 18, 19) que caracterizaram as primeiras construções da cidade até

³⁹ Referência retomada nos últimos anos em relação às constantes obras que vêm sendo realizadas no Centro de Belo Horizonte, especialmente a partir da implementação do Programa Centro Vivo – nosso objeto de análise no Capítulo 3.

⁴⁰ Paradigma não restrito à cidade de Belo Horizonte, mas fundamento do urbanismo moderno (VARGAS e CASTILHO, 2006).

⁴¹ Segundo Vargas e Castilho (2006), o urbanismo contemporâneo caracteriza-se especialmente pela preocupação com a preservação do patrimônio arquitetônico e urbanístico, contrapondo-se ao urbanismo moderno, que tinha na destruição um de seus paradigmas principais.

meados da década de 1930 e se inseriam no contexto de uma urbanística que buscava representar a ordem e a autoridade através da produção de espaços de caráter monumental, encontramos também as construções características do modernismo arquitetônico (FIG. 20, 21) e os chamados arranha-céus (FIG. 22, 23, 24), que proliferaram pela cidade a partir dos anos 1940⁴² e afirmaram a verticalização como um dos grandes paradigmas da modernidade, com a conseqüente intensificação da funcionalidade dos espaços, em detrimento de sua sociabilidade (LEMOS, 2003).



FIGURA 15 - Rua dos Caetés nº 245 a 263. Estilo Eclético 1ª fase com influência neoclássica. Data da construção: 1912. Foto: 02/04/2007. Crédito: Maria Elisa Rodrigues Moreira



FIGURA 16 - Av. Amazonas, nº 478. Estilo eclético 1ª fase com influência neoclássica. Data da construção: 1919. Fonte: CASTRO (2006, p. 120).

⁴² Construídos geralmente a partir da demolição de grande parte daquelas primeiras edificações.



FIGURA 17 - Av. Augusto de Lima, nº 104. Estilo eclético 1ª fase com influência neoclássica.
Data de construção: possivelmente década de 20.
Fonte: CASTRO (2006, p. 149).



FIGURA 18 - Rua Espírito Santo nº 284. Tomada a partir da Rua dos Caetés. Estilo Art Déco.
Data de construção: 1930/1940. Foto: 02/04/2007.
Crédito: Maria Elisa Rodrigues Moreira



FIGURA 19 - Av. Afonso Pena, nº 551/565. Estilo Art Déco. Data da construção: 1933.
Fonte: CASTRO (2006, p.108).



FIGURA 20 – Av. Afonso Pena, nº 114. Palácio das Artes. Estilo Modernista. Data da construção: 1966.
Fonte: CASTRO (2006, p. 114).



FIGURA 21 – Av. Afonso Pena, nº 1626. Estilo Modernista. Data de construção: 1961.
Fonte: CASTRO (2006, p.115).



FIGURA 22 – Arranha-céu - Av. Amazonas, nº 61. 1952-1962,
Fonte: PASSOS (1998, p. 49).



FIGURA 23 – Arranha-céus – Av. Afonso Pena com Rua Carijós. Sem data.
Fonte: CASTRO (2006, p.131).



FIGURA 24 – Arranha-céu – Av. Paraná esquina com Rua Carijós. Data da construção: 1945.
Fonte: PASSOS (1998, p. 47).

Aprofundada pela aceleração do crescimento da cidade especialmente a partir dos anos 1960, essa bricolagem de estilos hoje conservada pelas políticas de preservação patrimonial e revitalização urbana compõe portanto um cenário em que destruição, fragmentação e transformação acelerada convivem contemporaneamente com a conservação e a tentativa de afirmação de uma paisagem que se converta em um “lugar de memória” (NORA, 1993), produtora de referenciais que se pretendem como escrita física da história da cidade e que se materializa em espaços específicos da *urbe* – espaços como a Rua dos Caetés, cenário referencial para nossas análises e foco de nossas atenções no próximo capítulo.

CAPÍTULO 2 – CENÁRIO URBANO (II): RUA DOS CAETÉS, CENTRO, BAIXO CENTRO

Parte do plano original de Belo Horizonte, construída e ocupada junto com a formação da cidade, a Rua dos Caetés (FIG. 25) está localizada no Hipercentro da capital mineira e é caracterizada, tradicionalmente, como uma rua marcada pelas atividades comerciais e de prestação de serviços. Considerado um dos representantes arquitetônicos melhor preservados dos primeiros anos da cidade, esta rua inclusive dá nome a conjunto urbano tombado pelo poder público municipal como patrimônio cultural no início dos anos 1990 – o Conjunto Urbano da Rua dos Caetés e Adyacências (FIG. 26).



FIGURA 25 - Rua dos Caetés – Trecho observado destacado em vermelho
Fonte: www.telelistas.net



FIGURA 26 - Conjunto Urbano da Rua dos Caetés e Adjacências
Fonte: BELO HORIZONTE, 2000.

Segundo Abílio Barreto (1995), meses antes da inauguração da nova capital (em julho de 1897) já existiam vários estabelecimentos em funcionamento na Rua dos Caetés - como o Restaurante do Comercio, o Restaurante da Itália, o Açougue Mineiro, o Hotel Belém, a Relojoaria e Joalheria do Sr. João Ricardo Setragni, o Hotel de Minas (Sr. Oliveira e Comp.), a Refinação de Açúcar (Miguel Búfalo), a Fábrica de Ladrilhos e ornados (de Leopoldino Emílio da Costa e Comp., dirigida pelo Sr. Lunardi Geovani e filhos), dentre outros – tendo nela surgido o primeiro sobrado construído na cidade, o armazém “A Esperança”. Essa quantidade e diversidade de serviços ali prestados podem nos sugerir, como inclusive nos afirma Arroyo (2004), que a região se configurou como centralidade já nos primeiros anos de existência da capital, conformando um dos vários “espaços territoriais” constitutivos do Centro de Belo Horizonte desde então:

Do ponto de vista de centralidade econômica, no entorno da Praça [da Estação] se localizavam duas áreas extremamente valorizadas: a área que compreendia a Av. do Comércio, atual Santos Dumont, e a Rua dos Caetés, onde se concentravam praticamente todo o serviço e comércio da cidade; e a área entre o Ribeirão Arrudas e a linha férrea, destinada à ocupação por indústrias e galpões para armazenamento de produtos e matérias primas (ARROYO, 2004, p. 77)

Esta imagem de centralidade está ainda hoje presente no imaginário da população que frequenta a região, conforme nos diz esta mesma autora a partir da análise dos mapas

mentais⁴³ elaborados por estas pessoas: “A Rua dos Caetés, mesmo fazendo parte do cotidiano dos que usam a Praça da Estação é identificada como outra centralidade, com características próprias” (ARROYO, 2004, p. 150). Além disto, consideramos que a atenção dada pelo poder público a esta rua a partir dos anos 1990, com a sua inclusão em vários dos projetos de patrimonialização e de revitalização urbana propostos para o Centro de Belo Horizonte⁴⁴, pode configurar-se como mais um indício dos significados da Caetés como importante espaço constitutivo da centralidade da região no contexto urbano (FIG. 27, 28).



FIGURA 27 - Fábrica de ladrilhos de propriedade de Lunardi e Machado, localizada na Rua dos Caetés. Entre 1910 e 1925.

Fonte: MHAB. Coleção Belo Horizonte.



FIGURA 28 - Fachada principal e lateral da Casa Comercial Nogueira e Cia., antiga Casa Benjamin. As pessoas e carroças estão na Rua dos Caetés. 1904.

Fonte: MHAB. Coleção Belo Horizonte.

Ainda que muito próxima à zona de boemia e prostituição tradicional das primeiras décadas da cidade, a Rua dos Caetés manteve-se distinta desta caracterização neste período,

⁴³ A pesquisa desenvolvida por Arroyo (2004) lançou mão da metodologia dos mapas mentais como forma de perceber as representações que a população elabora sobre a Praça da Estação, em Belo Horizonte, e sobre a conformação da centralidade da região no contexto urbano.

⁴⁴ Conforme veremos no Capítulo 3.

sendo seus hotéis considerados “de família” e de boa qualidade (LEMOS, 1988), e seu lazer voltado para vários segmentos sociais, com a presença do Cinema Teatro Comércio (FIG. 29) - segundo cinema inaugurado na cidade e situado na esquina das ruas dos Caetés e São Paulo - e de dois dos três coretos de Carnaval que agitavam a festa na capital mineira entre os anos de 1910 e 1915: um na esquina da Caetés com Avenida Afonso Pena e outro na Rua Espírito Santo esquina com Caetés (LIMA, 1996). Assim, conforme nos afirma Lemos:

Submetidas aos estilos de vida vinculados a outra instância do capital cultural, as vias situadas nos vetores noroeste e nordeste do Centro compartilham também da condição de ‘centro de peregrinação ao fetiche mercadoria’. Liderada pela Rua dos Caetés, a área pontua-se também por variados serviços de consumo e entretenimento, como hotéis, cafés, cinemas e clubes. (LEMOS, 2003, p. 83)



FIGURA 29 - Funcionários e componentes da orquestra do “Cinema Teatro Comércio”, que existiu na Rua dos Caetés, esquina com Rua São Paulo. Fonte: MHAB. Coleção Belo Horizonte.

Com um comércio identificado a um caráter mais especializado, destinado a vários segmentos sociais, esta rua afirmou-se, nos anos 1920, como lugar do comércio de armazéns e fazendas, tendo sido ocupada principalmente pelos imigrantes “turcos” (sírio-libaneses, judeus e árabes) que marcaram seu cenário cultural e socioeconômico ao longo do tempo⁴⁵. Na descrição de Carlos Drummond de Andrade, a Caetés dos anos 1920:

(...) era a rua mais interessante da cidade. Rua dos bigodes e gritos joviais, de pequeninos arranha-céus e de grandes laranjas amadurecendo em caixotes. Rua das sedas e vitrolas (...). E depois também é a rua mais camarada de todas: sempre disposta a fazer uma diferença, para você ficar freguês (...) (ANDRADE, 1984, p.39)

⁴⁵ Em pesquisa realizada na Planta Básica Tributária e Cadastral, da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, verificou-se que grande quantidade das edificações da Rua dos Caetés, no trecho observado, ainda são propriedade de imigrantes ou descendentes destas nacionalidades, o que pode ser percebido pelos seus nomes e sobrenomes, como Nacifi, Couri, Khalil, Farah, Abras, Nasser, Mohamed, Alayeli, Kuperman, Fakhouri, dentre outros.

De acordo ainda com Arroyo, no decorrer dos anos 1930 e 1940 o número de estabelecimentos comerciais na Avenida Afonso Pena – nas proximidades da Praça Sete e da Rua dos Caetés a partir da Praça da Estação – vai dobrar, e “a Rua dos Caetés se afirma com um comércio variado e lojas de enxovais para noivas. Além de ter um caráter de rua popular também era freqüentada por vários segmentos sociais.” (ARROYO, 2004, p.102). Em pesquisa realizada por Lemos (1988, p.198) nas listas telefônicas de 1932 e de 1942, foram encontrados 29 e 32 estabelecimentos comerciais nesta rua, respectivamente, diante dos 38 e 62 da Afonso Pena e dos 14 e 9 da Rua da Bahia (FIG. 30, 31, 32).



FIGURA 30 - Tomada da Rua dos Caetés a partir da Rua Espírito Santo, no sentido do Bairro da Floresta. 1930.

Fonte: APCBH. Coleção José Góes.



FIGURA 31 - Edificações na Rua dos Caetés esquina com a Rua Rio de Janeiro. 1940.

Fonte: MHAB. Coleção Romeo de Paoli.



FIGURA 32 - “Esquina do Barulho”. Rua dos Caetés, nº 300. 1947.
Fonte: MHAB. Coleção Belo Horizonte.

Com uma tipologia arquitetônica que acompanhava o estilo eclético, geralmente em dois pavimentos geminados, onde o primeiro andar era destinado ao uso comercial e o segundo ao residencial, os primeiros quarteirões da Rua dos Caetés não participaram do processo de verticalização que caracterizou a arquitetura do Centro de Belo Horizonte a partir de finais da década de 1930. Manteve-se aí uma volumetria de dois a quatro pavimentos, característica desta rua ainda hoje (QUADRO 1), que possui grande número de edificações datadas entre as décadas de 1920 e 1950⁴⁶.

QUADRO 1
Verticalização – Rua dos Caetés

| PAVIMENTOS | QUANTIDADE | % |
|--------------|------------|------------|
| 1 | 4 | 7,7 |
| 2 | 14 | 26,9 |
| 3 | 13 | 25 |
| 4 | 4 | 7,7 |
| 5 | 6 | 11,5 |
| Mais de 6 | 11 | 21,2 |
| Total | 52 | 100 |

Rua dos Caetés entre Av. Amazonas/Rua da Bahia e Avenida Afonso Pena. Quadro elaborado pela pesquisadora a partir de observações realizadas entre junho de 2006 e abril de 2007.

⁴⁶ A pesquisa das datas de construção das edificações do trecho observado foi realizada no ato de tombamento das mesmas (Deliberação nº 03/94, do CDPCM-BH, publicada no Diário Oficial de Minas Gerais em 18/11/1994), no Guia dos Bens Tombados de Belo Horizonte (CASTRO, 2006) e no sistema de Planta Básica Tributária e Cadastral, da PBH, referente ao trecho estudado da Rua dos Caetés. Vale destacar, no entanto, a disparidade de informações constante nestas fontes – o que nos causou inclusive espanto, uma vez que todas elas podem ser consideradas documentos oficiais do município (uma vez que o Guia dos Bens Tombados lançou mão dos dados oficiais para sua elaboração) - sendo que as datas quase nunca coincidem entre elas. Mesmo assim o dado continua válido, tendo sido identificadas, entre as edificações tombadas, 24 construídas entre as décadas de 1920 e 1950 e, na Planta Básica, 30 pertencentes ao mesmo período.

O estreitamento da vinculação da Rua dos Caetés ao chamado baixo centro da cidade é identificado, pela parca bibliografia existente a respeito, a partir de meados do século XX, quando se acentua o processo de distinção sócio-espacial visível no interior do próprio Centro da cidade desde os primeiros anos de sua história. A partir desta época o qualificativo popular se afirma como referência à região do baixo centro, contexto espacial no qual a Caetés passa a ser incluída:

(...) a Rua da Bahia, que ligava a estação ferroviária aos primeiros bairros da população de mais alta renda e à sede do Governo Estadual – Palácio da Liberdade – foi adquirindo um comércio mais sofisticado, talvez pelo fato de circular por ali toda a elite belo-horizontina. Ocorre, então, por volta de meados do século XX, a bipartição do centro de Belo Horizonte: a Rua dos Caetés que, partindo da estação ferroviária levava aos bairros mais populares, foi ocupada por um comércio orientado para essas classes; e a Rua da Bahia, concentrava a sociedade considerada como a elite da capital. (VILELA, 2006, p. 53)

Os anos 1970 serão marcados pela extensão desse processo de popularização em direção a outras áreas do Hipercentro (LEMONS, 1988, 2003; VILELA, 2006; ARROYO, 2004; SOUZA e CARNEIRO, 2004), mas este fato não eliminará a distinção existente entre alto e baixo no interior desta região, aprofundando-se a dinâmica de diferenciação e hierarquização sócio-espacial que a marca historicamente. Assim, segundo a pesquisa *Origem e Destino* de 1982, a queda mais expressiva de população residente no Hipercentro entre os anos 1970 e 1980 concentra-se entre a Rodoviária e a Praça da Estação, onde a população se reduziu para menos da metade, sendo esta também a área que mostra alterações mais substantivas do padrão de ocupação residencial ao longo da década, com domicílios com número mais reduzido de moradores (SOUZA e CARNEIRO, 2004, p.47-50) – tendência mantida nos anos 1980 e 1990, segundo a mesma pesquisa, relativa a essas décadas (1992 e 2002).

Por outro lado, a pesquisa *Origem e Destino* também aponta que essa evasão da população moradora vem acompanhada de aumento dos postos de trabalho oferecidos na região, que junto com as áreas do Viaduto B/Mercado Novo e do Viaduto Santa Tereza concentra as ocupações produtivas do Hipercentro no decorrer da década de 1980. No entanto, ao que tudo indica essa concentração de atividades produtivas em grande parte da região aqui identificada como baixo centro não significou a sua valorização, visto que, conforme nos diz Vilela:

(...) o projeto PACE, implantado em 1980, promoveu uma verdadeira reconstrução da área central, através da reestruturação do sistema de transporte coletivo e da

transferência de atividades que eram consideradas degradantes ambientalmente (comércio atacadista, supermercados populares, etc.) para áreas menos visíveis, como as imediações das Praças da Estação e Rodoviária. Isso significou, por um lado, a acentuação da degradação ambiental nos eixos das avenidas Paraná e Santos Dumont, que passaram a concentrar a maior parte das linhas de ônibus. (VILELA, 2006, p. 59-60)

Assim consideramos, como nos afirmam Souza e Carneiro, que “A diretriz do alto e do baixo define o Hipercentro como uma área das contradições, ensejando a compreensão da centralidade metropolitana” (SOUZA e CARNEIRO, 2004, p.20) e conformando boa parte das características que passaram a marcar a Rua dos Caetés nesse contexto espaço-temporal. O grande número de pontos do transporte coletivo, a concentração de vendedores ambulantes nas ruas, a presença de bares, motéis e casas noturnas voltados à população de baixa renda, bem como de estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços também destinados a esta população acabam por identificar esta rua, desde então, às imagens de deterioração, decadência, perigo e sujeira que passam constantemente a qualificar o baixo centro até finais dos anos 1990 (FIG. 33, 34), quando ações de intervenção urbana começam a ser sistematicamente realizadas na região – várias delas ocorrendo na própria Rua dos Caetés, como afirmado anteriormente.



FIGURA 33 – Rua dos Caetés em 1996.
Fonte: Hoje em Dia. 25/07/1996.

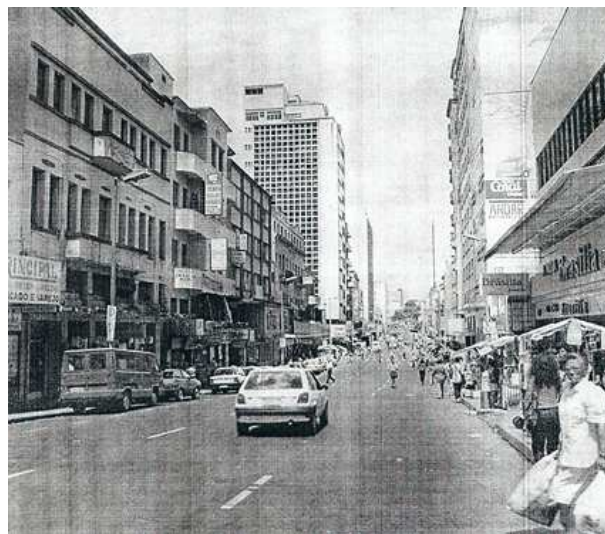


FIGURA 34 – Rua dos Caetés em 1999.
Fonte: O Tempo. 07/05/1999.

O cenário urbano composto a partir daqui – a Rua dos Caetés atual - insere-se, portanto, nesse momento de transformação pelo qual passa o Hipercentro de Belo Horizonte, e a própria Rua dos Caetés, e objetiva a produção de uma “descrição densa” que nos possibilite perceber se as alterações produzidas em sua paisagem geram novas formas de apropriação desse espaço e repercutem nas representações que são elaboradas a seu respeito. Pretendemos, assim, compreender como as dinâmicas de movimento e permanência se configuram nas relações estabelecidas pelas pessoas com este espaço de vivência cotidiana, a partir da identificação tanto de seus usos e dos territórios e ambiências aí construídos diariamente, quanto dos hábitos da população que, consolidados neste cenário, marcam esta “dinâmica urbana em permanente construção” (SOUZA e CARNEIRO, 2004, p.140).

Para tanto, parte da pesquisa de campo realizada no decorrer de nossas investigações voltou-se para a observação da arquitetura, dos usos das edificações e dos movimentos do trecho da Rua dos Caetés eleito para análise, observação esta realizada através de caminhadas no decorrer das quais eram registrados, por escrito e em fotografias, aspectos que chamavam a atenção no sentido de contribuir para a elaboração da caracterização pretendida, tais como as condições físicas, número de pavimentos e ocupações visíveis das edificações e os movimentos da rua nos mais diversos horários e dias da semana. A partir dessas observações foi elaborado um quadro inicial no qual identificamos cada edificação, suas características físicas e seus usos, bem como foram produzidos registros escritos que descrevem os movimentos que marcam o lugar e seus diversos momentos, um dos materiais que fundamentarão a composição deste nosso cenário urbano.

Outra importante fonte utilizada na composição deste cenário foi a lista telefônica comercial eletrônica da área estudada, que nos possibilitou a identificação dos usos dos pavimentos superiores das edificações. Vejamos, então, como essas diversas imagens se sobrepõem, complementam, contrapõem e justapõem na composição deste cenário, uma das possíveis fisionomias que, junto a outras, conformam a centralidade da região no contexto da *urbe* contemporânea.

2.1 Movimentos

Uma das características mais marcantes da Rua dos Caetés é a intensidade do trânsito, de pedestres e de veículos. Por ali passa, nos mais variados horários e dias da semana, um grande número de pessoas, para compras, para uso do transporte coletivo ou como caminho para outras regiões da cidade ou do próprio centro, o que imprime uma dinâmica de grande movimentação a este espaço (FIG. 35, 36). Esse movimento, no entanto, não diz respeito unicamente ao trânsito de passagem⁴⁷, pois se constitui também pelo grande número de pessoas que ali trabalham – nas suas diversas lojas, consultórios, lanchonetes, escritórios, e na própria rua. Podemos perceber, assim, que este é um território que se configura tanto como espaço de transitoriedade e fugacidade quanto de permanência e rotina – tanto para os que ali trabalham quanto para aqueles que por ali têm que passar cotidianamente –, dinâmicas estas impressas de forma diversa no cotidiano deste cenário urbano, de acordo com os horários e dias da semana.

⁴⁷ De acordo com o diagnóstico apresentado pelo Plano de Reabilitação do Hipercentro, a Rua dos Caetés aparece em três dos cinco trechos identificados como principais espaços do Hipercentro utilizados pelo tráfego de passagem, sendo sua esquina com a Avenida Afonso Pena o 4º local (entre cinco) mais saturado de trânsito na região (PRÁXIS, 2007, p.68-74).



FIGURA 35 - Rua dos Caetés, esquina com Rua Rio de Janeiro. 02/04/2007.
Crédito: Maria Elisa Rodrigues Moreira



FIGURA 36 - Rua dos Caetés, entre as ruas Rio de Janeiro e São Paulo. 02/04/2007.
Crédito: Maria Elisa Rodrigues Moreira

No início da manhã, entre aproximadamente 8 e 10 horas, durante a semana e aos sábados, a rua começa a ganhar maior movimento, com pessoas desembarcando nos muitos pontos de ônibus ali existentes, chegando para o trabalho na própria Caetés ou se dirigindo apressadamente para seu local de destino, passando vagarosamente nas vitrines das lojas que estão abrindo suas portas, entrando nas lanchonetes para um rápido café da manhã ou subindo para os pavimentos superiores das edificações. As lojas têm pouco movimento, alguns de seus vendedores ficam na porta, conversando ou tentando atrair os primeiros clientes, arrumando os mostruários de produtos, ou simplesmente observando o movimento que aos poucos vai aumentando.

Os trabalhadores das ruas, vendedores de produtos variados (FIG. 37, 38) – como frutas, jornais, créditos e cartões para celulares, balas, doces, utensílios domésticos, pilhas, celulares, cortadores de unha, tapetes e redes, vale-transporte, cigarros, CD's e DVD's, água, refrigerante - também começam a chegar, montando bancas improvisadas, abrindo banquetas,

ou simplesmente circulando pelas calçadas. Junto a esse comércio ambulante – realmente ambulante pois que geralmente feito em trânsito, com mesas que se abrem e fecham com grande velocidade ou, em sua maioria, com produtos carregados nas mãos ou acondicionados em pequenas caixas de isopor, transportadas no ombro do vendedor⁴⁸ - vê-se na rua também alguns funcionários de lojas, que vigiam suas entradas ou ficam nas portas ou no meio das calçadas esperando ou abordando possíveis clientes⁴⁹, e pessoas que fazem propaganda das casas de comércio e de prestação de serviço – como clínicas odontológicas e cabeleireiros - além de jovens que anunciam a venda, troca, conserto e desbloqueio de celulares⁵⁰.



FIGURA 37 – Vendedor de frutas ambulante, na Rua dos Caetés esquina com Rua São Paulo. 08/06/2007.
Crédito: Maria Elisa Rodrigues Moreira

⁴⁸ Meio encontrado por estes vendedores, inclusive, para fugir à fiscalização do poder público, bastante intensa na área.

⁴⁹ Dentre estes gostaríamos de destacar os que trabalham em firmas de crédito pessoal, que abordam incisivamente os passantes oferecendo empréstimos e serviços financeiros e que têm marcada presença não só no trecho em análise como em várias regiões do Hipercentro, conforme observado pela pesquisadora em suas caminhadas cotidianas como moradora da região.

⁵⁰ Em nossas observações pudemos registrar alguns jovens – nem sempre os mesmos - que se encontram na esquina das ruas Caetés e Rio de Janeiro para anunciar este tipo de serviço. Este grupo – em média com seis a oito pessoas - constitui-se, em sua grande parte, por rapazes que aparentam ter entre 16 e 25 anos e algumas garotas, a maior parte delas parecendo não ter mais de 20 anos, que demonstram intimidade uns com os outros, se beijando ou abraçando ao chegar e conversando animadamente. Aos poucos eles se dispersam no quarteirão, geralmente ficando uns no campo de visão dos outros, o que nos parece ser uma maneira de se protegerem da ação de fiscalização.



FIGURA 38 – Vê-se, atrás do poste, um carrinho de pipoca. Rua dos Caetés entre as ruas Rio de Janeiro e São Paulo. 02/04/2007.
Crédito: Maria Elisa Rodrigues Moreira

A grande presença de pessoas que trabalham na rua nos chamou a atenção sobretudo em razão da remoção dos camelôs e toreros das vias do Hipercentro a partir de 2003⁵¹, atestando as dificuldades de se conter a ocupação das ruas por pessoas que ali buscam um meio de sobrevivência, especialmente em locais de grande concentração de pontos do transporte coletivo e circulação de pessoas. Mas este fato nos chamou a atenção também em razão de que pudemos constatar que não são somente vendedores informais e ambulantes que trabalham na rua, existindo uma grande diversidade de atividades que ali são exercidas, grande parte delas relacionada aos estabelecimentos formais, e que pode caracterizar certo tipo de apropriação privada do espaço público que, ao contrário dos vendedores ambulantes, não é questionada pela população ou pelos próprios proprietários destes estabelecimentos, ainda que muitas vezes percebida como indesejada por aqueles que trabalham nas lojas, escritórios e consultórios ali localizados e que, em algumas das entrevistas realizadas, reclamaram do barulho provocado por estas atividades.

O barulho, inclusive, é uma das características marcantes da Rua dos Caetés. A diversidade e mistura de sons, já bastante presente nesta primeira parte da manhã, compõe uma paisagem sonora⁵² frenética, muitas vezes atordoadora, que no decorrer do dia se amplia, de acordo com o aumento do movimento da rua. Assim temos - ao lado dos sons característicos do intenso trânsito de veículos que marcam a área - pessoas que, com sua própria voz ou utilizando microfones ou megafones, chamam possíveis consumidores, além

⁵¹ Remoção considerada ação de fundo para a implementação dos projetos de requalificação urbana realizados no Hipercentro, como veremos no Capítulo 3.

⁵² A idéia de paisagem sonora vem sendo desenvolvida em inventário em curso sobre o Toque dos Sinos nas cidades históricas mineiras, realizado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, e diz respeito aos sons, ruídos, barulhos, músicas que compõem um determinado espaço de vivência cotidiana.

de lojas fazendo propaganda, sobretudo com aparelhos de som e/ou com música alta, dimensão que se configura como um aspecto bastante significativo da composição deste cenário urbano, que não pode prescindir desse caráter sonoro para ser compreendido em toda sua multiplicidade e dinâmica.

Na medida em que a manhã vai avançando, aproximando-se o meio-dia, o movimento da rua intensifica-se, até o final da tarde, entre 17 e 19 horas, quando o volume de carros, ônibus e pedestres aumenta consideravelmente, destacando-se a grande presença de pessoas nos pontos de embarque do transporte coletivo (FIG. 39). No trecho analisado existem 12 (doze) pontos distribuídos nos quatro quarteirões observados, atendendo a um total de 22 (vinte e duas) linhas, entre municipais (doze, que servem principalmente às regiões Leste, Nordeste, Pampulha, Noroeste e Venda Nova) e metropolitanas (nove, que atendem Sabará, Santa Luzia, Lagoa Santa e Vespasiano)⁵³. Há que se lembrar, ainda, que esses quarteirões constituem-se como uma das principais ligações entre a Estação Ferroviária, nas imediações da qual se encontra também um terminal do BHBUS⁵⁴, e a Praça Rio Branco, onde se localiza a estação rodoviária da cidade, o que nos ajuda a compreender o fato deste ser um trecho de grande tráfego de passagem no Hipercentro, atendendo especialmente bairros periféricos e várias das cidades que compõem a RMBH.



FIGURA 39 – Pontos de ônibus na Rua dos Caetés entre as ruas Rio de Janeiro e São Paulo. 08/06/2007.

Crédito: Maria Elisa Rodrigues Moreira

⁵³ A linha n° 1059, presente em uma das placas de ponto de ônibus do trecho pesquisado, não foi encontrada nem no sistema municipal (gerido pela Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte S/A - BHTRANS) nem no metropolitano (gerido pelo Departamento de Estradas de Rodagem - DER).

⁵⁴ Novo sistema do transporte coletivo da cidade, em fase de implantação, e que prevê a instalação de diversos terminais de integração do transporte coletivo na cidade.

À noite o cenário sofre algumas transformações, com o encerramento do expediente comercial às 19h, mantendo-se no entanto um movimento ainda significativo: algumas das lanchonetes e restaurantes transferem suas mesas para as calçadas, alguns vendedores ambulantes permanecem nas ruas - agora mais à vontade, talvez por saberem ser um horário de pouca fiscalização -, os pontos de ônibus continuam recebendo os usuários do transporte coletivo, que também mais à vontade muitas vezes sentam-se no meio fio ou nos degraus dos edifícios, estudantes dirigem-se às escolas e cursinhos presentes na região, geralmente em grupos animados, dando novo colorido ao ambiente, até por volta das 23 horas, quando termina o horário de aulas e o movimento diminui ainda mais. Mas ainda que bastante reduzido em relação ao tumulto do dia, o trânsito de pessoas e veículos não cessa em nenhum momento, adentrando a madrugada, período durante o qual realizamos poucas e menos sistemáticas observações, mas no qual encontramos um movimento superior às nossas expectativas, principalmente nos pontos de ônibus e em alguns bares e lanchonetes, que permanecem abertos durante boa parte da madrugada.

Nos finais de semana, na manhã de sábado podemos perceber um grande movimento na rua, pois as lojas, em sua maioria, ficam abertas. É interessante destacar que, diferente da maior parte de outras áreas do Hipercentro, nesse dia o trecho da Rua dos Caetés observado permanece com algumas lojas abertas e um significativo movimento também no período da tarde, até por volta das 16 horas (as outras áreas do centro ficam bastante vazias a partir das 13 horas, quando se encerra o expediente comercial), movimento este que diminui um pouco a partir deste horário, mas que não cessa em horário nenhum, mesmo com o fechamento das lojas. A noite e a madrugada do sábado possuem também um movimento significativo, com pessoas passando pela rua, paradas nos pontos de ônibus, e sentadas nas mesas de bares colocadas nas calçadas. No domingo o trânsito de pedestres e veículos na rua é bastante intenso – ainda que não se compare aos dias de semana - desde a manhã até meados da tarde, mesmo com todas as lojas fechadas. Famílias passeando com seus filhos, casais, grupos de jovens transitam pela rua – o caráter de lugar de passagem fica bastante visível neste momento, pois que só vimos paradas na rua aquelas pessoas que estão nos pontos de ônibus - ao que tudo indica dirigindo-se para alguns dos espaços de lazer existentes no Hipercentro, como o Parque Municipal, a Praça da Estação e a Feira de Artesanato da Avenida Afonso Pena.

Para finalizar a composição de movimento do nosso cenário urbano, gostaríamos de destacar uma ausência que nos chamou a atenção em nossas observações: a pequena expressão de formas de lazer nos espaços públicos do trecho analisado, se levarmos em

consideração a diversidade de apropriações com estes fins identificadas no Hipercentro de Belo Horizonte na pesquisa realizada pela Práxis (PRÁXIS, 2006) e a histórica ocupação da região por estas atividades, conforme visto anteriormente. Assim, dentre aquelas descritas no referido diagnóstico - pessoas sentadas em mobiliário urbano, sozinhas ou em grupo (lendo jornais, ouvindo música, observando o movimento); conversando nas calçadas; jogando; dormindo; em mesas nas calçadas; namorando; dançando; praticando esportes; fazendo caminhadas; passeando com animais de estimação; crianças brincando nas praças ou calçadas – só encontramos duas, quais sejam, pessoas conversando e pessoas sentadas em mesas nas calçadas, estas últimas especialmente à noite, uma vez que durante o dia os bares mantêm suas mesas e cadeiras no interior das lojas.

Diante dessas observações e informações podemos perceber, portanto, a diversidade, intensidade e vitalidade dos movimentos que caracterizam o trecho escolhido como objeto de análise em nossas investigações, marcas que não lhe dizem respeito de forma restrita, pois que compartilhadas com outras regiões que constituem o Hipercentro de Belo Horizonte, mas que trazem consigo especificidades – conforme veremos também a seguir – que imprimem certa identidade à área em estudo.

2.2 Usos e apropriações

A descrição e análise dos usos e apropriações das edificações que conformam o espaço investigado baseiam-se aqui, sobretudo, nas observações feitas durante as caminhadas várias vezes realizadas ao longo do trecho escolhido e que, junto às pesquisas na lista telefônica, serviram para elaboração de um quadro descritivo das principais características ali encontradas, como descrição física de cada edificação, seus usos, se é tombada e se está restaurada. A identificação de cada edificação, de suas características físicas e de seus usos não foi realizada sem dificuldades, uma vez que os prédios se unem pela imensidade de lojas que contém em seus pavimentos térreos (FIG. 40, 41, 42, 43), cada uma delas com uma numeração específica, ainda que pertencentes à mesma edificação, o que na maior parte das vezes dificulta a própria visão do edifício como um todo e como uma unidade.



FIGURA 40 - Rua dos Caetés esquina com Av. Amazonas. 02/04/2007.
Crédito: Maria Elisa Rodrigues Moreira



FIGURA 41 - Rua dos Caetés entre as ruas Espírito Santo e Rio de Janeiro.
08/06/2007.
Crédito: Maria Elisa Rodrigues Moreira.



FIGURA 42 - Rua dos Caetés entre as ruas Rio de Janeiro e São Paulo. 08/06/2007.
Crédito: Maria Elisa Rodrigues Moreira



FIGURA 43 - Rua dos Caetés entre as ruas Espírito Santo e São Paulo. 02/04/2007.
Crédito: Maria Elisa Rodrigues Moreira

Como podemos perceber pelas fotos, cada edifício agrega, em si, uma ampla variedade de usos em seus pavimentos térreos, em sua grande maioria voltada ao comércio e à prestação de serviços diversos, destacando-se as lojas ligadas ao vestuário, como roupas feitas para adultos e crianças, enxovais, armarinhos, artigos esportivos, lojas de tecidos e sapatarias – grande maioria dos estabelecimentos de rua –; os serviços de alimentação, especialmente bares, restaurantes e lanchonetes, alguns deles abertos também durante a noite e início da madrugada, todos bastante movimentados e que, ao lado de um Bingo⁵⁵ e de uma boate, são os espaços de lazer mais visíveis do trecho observado; e os serviços e comércio de produtos relativos à saúde, como óticas e farmácias.

Gostaríamos de ressaltar, ainda, que apesar de menos expressivas numericamente, algumas atividades nos chamaram a atenção na paisagem observada, dentre as quais destacamos as casas lotéricas⁵⁶, pequeníssimas portas onde muitas vezes também podemos encontrar um chaveiro; os açougues, muito movimentados, sendo que um deles inclusive vende, aos sábados, “churrasquinhos” e bebidas na porta, com música bem alta e um funcionário convidando, com aparelhagem de som, os passantes a experimentarem o petisco (FIG. 44); dois Shoppings Populares – o Tocantins e o Caetés⁵⁷; e grande quantidade de pequenas lojas, geralmente ocupadas pelas sapatarias, loterias, relojarias, chaveiros,

⁵⁵ Esse Bingo – quase na esquina com Avenida Afonso Pena – já está há algum tempo fechado, num lento processo de disputa judicial no município em torno da legalização desses estabelecimentos na cidade e que, a cada momento, dita o funcionamento ou não destes espaços.

⁵⁶ Em sua grande maioria não são, na verdade, casas lotéricas formalmente falando – vinculada à Caixa Econômica Federal, e das quais só encontramos uma, dentre as sete registradas - pois que são as pequenas “bancas” de jogo do bicho que se espalham por todo o centro da cidade.

⁵⁷ As questões relativas à remoção dos camelôs das vias públicas e sua transferência para os shopping populares serão abordadas com maior vagar no Capítulo 3.

bijuterias e que muitas vezes expõem parte de seus produtos à beira da porta, já ocupando parte das calçadas⁵⁸.



FIGURA 44 – Frigorífico Serradão. Rua dos Caetés esquina com Rua São Paulo. 05/06/2007.

Crédito: Maria Elisa Rodrigues Moreira

Já os pavimentos superiores são ocupados, em grande parte, pelos depósitos das lojas ou por escritórios – de contabilidade e de advocacia, principalmente -, clínicas, laboratórios, salões de beleza e estabelecimentos de ensino. Há que se destacar, ainda, a existência de alguns hotéis e motéis que, mesmo que não tão numerosos quanto os serviços de comércio e de alimentação, acrescidos a estes nos remetem aos usos tradicionais que ali se instalaram desde as primeiras décadas da história da capital, caráter amplamente destacado em toda a bibliografia e documentação consultada (LEMOS, 1988, 2003; SOUZA e CARNEIRO, 2004; VILELA, 2006; CASTRO, 2006) e que diz respeito ao contexto imediato no qual a Rua dos Caetés se insere: o baixo centro, eixo de ligação entre as estações ferroviária e rodoviária.

Essas observações, acrescidas das pesquisas na lista telefônica, nos possibilitaram perceber com maior clareza a diversidade de serviços que são prestados na Rua dos Caetés (QUADRO 2), que cotejada ao exposto acerca dos usos desta rua ao longo do tempo na bibliografia consultada (LEMOS, 1988, 2003; SOUZA e CARNEIRO, 2004; VILELA, 2006), nos permite perceber com maior clareza a adjetivação “tradicional” que costuma ser a ela atribuída. Assim, ao lado das lojas de rua, majoritariamente voltadas para itens do vestuário e de alimentação - que, como já vimos, configura-se como comércio historicamente

⁵⁸ Fato, inclusive, que indica a insatisfação desses comerciantes com a retirada dos camelôs das ruas, conforme exposto pelos dois entrevistados que possuem esses tipos de estabelecimentos, que afirmam que a retirada dos camelôs lhes foi prejudicial tanto em razão de não poderem mais expor parte dos produtos de suas lojas nas calçadas quanto porque os ambulantes acabavam por agregar consumidores às suas lojas. As entrevistas serão exploradas em profundidade no Capítulo 4.

instalado no local – temos a saúde, a contabilidade e a advocacia, serviços que também podem ser considerados bastante comuns na região no decorrer de sua história.

QUADRO 2
Usos das edificações – Rua dos Caetés

| USO DAS EDIFICAÇÕES | Nº | % |
|--|-----|------|
| Prestação de serviços diversos ⁵⁹ | 113 | 33,9 |
| Serviços de Comércio | 103 | 30,9 |
| Serviços de Saúde | 44 | 13,2 |
| Serviços de Alimentação | 22 | 6,6 |
| Lojas fechadas | 10 | 3,0 |
| “Pessoas” ⁶⁰ | 09 | 2,7 |
| Serviços de alojamento | 08 | 2,4 |
| Serviços financeiros | 08 | 2,4 |
| Associações | 07 | 2,1 |
| Diversões | 03 | 0,9 |
| Serviços religiosos | 03 | 0,9 |
| Serviços públicos | 02 | 0,6 |
| Serviços culturais | 01 | 0,3 |

Rua dos Caetés entre Av. Amazonas/Rua da Bahia e Avenida Afonso Pena. Quadro elaborado pela pesquisadora a partir de observações e de pesquisa na lista telefônica, entre junho de 2006 e abril de 2007.

Um outro tipo de atividade que costuma ser destacada na bibliografia consultada como sendo comum ao Hipercentro – os serviços especializados - também tem significativa representatividade na Caetés, principalmente os serviços de consertos diversos (de jóias, de máquinas de costura, de brinquedos...) e duas grandes lojas de cosméticos, uma delas já há bastante tempo ali localizada e sem filiais na cidade, sempre muito movimentada e a outra, nova, participante de uma cadeia que possui várias lojas no Centro. No entanto é interessante destacar que, ao lado desse comércio e serviços tradicionais, podemos notar a convivência de algumas novas lojas – celulares, eletrodomésticos, videogames e as chamadas “lojas de R\$1,99” (de utilidades domésticas, em geral), por exemplo - e serviços – como Planos de Saúde, Promoção de Eventos e Financeiras – o que pode ser indicativo de certa renovação do lugar.

Ainda que não diretamente observáveis na paisagem, pois geralmente abrigados nos pavimentos superiores dos edifícios, nos chamou a atenção, também, um representativo número de Associações – beneficentes, de estudantes, de trabalhadores, aposentados e funcionários públicos, dentre outras – e de serviços de educação, especialmente cursos

⁵⁹ Dentre os quais destacamos, pela sua marcante presença, os serviços de contabilidade (39), de advocacia (21), os salões de beleza (10), as casas lotéricas (07) e os serviços de consertos diversos (06). Dentre os outros, com menor expressividade numérica, encontramos escolas, chaveiros, estacionamentos, imobiliárias, recursos humanos, gráficas e copiadoras.

⁶⁰ O termo “pessoas” refere-se, aqui, a nomes encontrados na lista telefônica sem a identificação do tipo de serviço prestado.

supletivos e voltados para a preparação para concursos, atividades que pensamos propiciar uma movimentação diferenciada para a rua, principalmente as escolas, e que também são bastantes características de todo o Hipercentro da cidade.

Um outro aspecto que se destacou no decorrer de nossas observações refere-se ao número de lojas fechadas e à alteração na ocupação de algumas delas – não em grande quantidade, mas possíveis indicadores de certa rotatividade das atividades ali realizadas – sendo que, dentre os edifícios fechados ressaltamos um prédio de nove pavimentos, ainda com sua placa indicativa – Laboratório do INSS - apesar de trancado com uma corrente e cadeado colocados na grade externa da portaria do edifício (FIG. 45).

O Liceu de Artes, Cultura, Esporte e Saúde Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira – LACES JK, do Serviço Social do Comércio – SESC⁶¹, também atrai a atenção do passante, até mesmo do menos atento, em razão da grandiosidade do edifício – não tão alto, tem seis pavimentos, mas bastante imponente – e do destaque que ganhou após sofrer ampla reforma e nova pintura, com cor bastante chamativa (azul celeste), no contexto do processo de revitalização urbana pelo qual passou a Rua dos Caetés (FIG. 46, 47). Abrigando a sede da Biblioteca Central do SESC/MG, aberta ao público, um auditório, salas de curso e lanchonetes, além de uma clínica de ultra-som e uma academia de ginástica (estes últimos em regime de comodato, segundo informação constante no vidro interno do prédio), este edifício pode constituir-se como centro para realização de atividades culturais na região – caso suas atividades venham a ser efetivamente apropriadas pela população, o que não parece ser o caso, ao menos visivelmente e diante das observações realizadas no decorrer da pesquisa de campo.



FIGURA 45 - Laboratório Central do INSS. Rua dos Caetés nº 331. 02/04/2007.
Crédito: Maria Elisa Rodrigues Moreira.

⁶¹ O prédio que hoje abriga o LACES JK foi construído em 1928, sendo a primeira edificação com mais de quatro pavimentos da capital.



FIGURA 46 - LACES JK. 02/04/2007.
Crédito: Maria Elisa Rodrigues Moreira



FIGURA 47 - LACES JK.
Fonte: <http://www.metamorphose.com.br/mapa/index.html>.

Não identificado nos pavimentos inferiores e nem na pesquisa realizada na lista telefônica⁶², o uso residencial, no entanto, foi citado por alguns dos entrevistados, que quando perguntados se conheciam alguém que residia naqueles quarteirões da Rua dos Caetés sempre se referiram a uma mesma pessoa, ao que tudo indica uma das únicas moradoras permanentes da área, apesar de algumas pessoas terem dito saber da existência de pessoas residentes nos hotéis e escritórios da área estudada, geralmente em caráter provisório. Esta quase ausência do uso residencial vai ao encontro, portanto, dos últimos diagnósticos realizados na região, que indicam a perda significativa de residências no baixo centro e sua ocupação preponderante pelo comércio e pela prestação de serviços.

⁶² Até mesmo porque não existe mais uma lista telefônica de endereços residenciais disponível na cidade, conforme vimos na Introdução.

2.3 Edificações restauradas e tombadas

Quando chegamos à Rua dos Caetés uma das primeiras coisas que nos chama a atenção em sua paisagem – para além do intenso trânsito que lhe confere grande movimento, como vimos no item 2.1 - é o colorido de suas edificações e a visibilidade de suas fachadas, desobstruídas e passíveis de serem admiradas em toda a sua imponência e antiguidade. Nesse sentido, o último elemento que gostaríamos de agregar ao nosso cenário diz respeito às intervenções urbanas realizadas na área a partir de meados dos anos 1990, motivadoras de alterações significativas na sua paisagem: o tombamento de edificações consideradas de interesse histórico e cultural para o município – 1994 - e as ações de revitalização realizadas pela PBH em parceria com a iniciativa privada, a partir de 2004.

As edificações tombadas – o maior número de tombamentos isolados em uma única rua na capital - inserem-se em conjunto urbano tornado patrimônio histórico e cultural da cidade pelo poder público municipal em 1994: o Conjunto Urbano da Rua dos Caetés e Adjacências⁶³. Considerado como um conjunto que confere identidade à área central de Belo Horizonte, ele nos é apresentado como um dos poucos representantes da arquitetura das primeiras décadas da capital ainda preservado na cidade, abrigando estabelecimentos tradicionais - alguns deles quase centenários, como é o caso da Casa Salles (FIG. 48), especializada em armas e munições - e conservando o uso comercial que o caracteriza desde a construção de Belo Horizonte.



FIGURA 48 – Casa Salles. Rua São Paulo n° 331, esquina com Rua dos Caetés.
02/04/2007.

Crédito: Maria Elisa Rodrigues Moreira

⁶³ Vale destacar que, de acordo com Castro (2006) algumas das edificações tombadas da Rua dos Caetés pertencem aos conjuntos urbanos da Rua da Bahia e da Avenida Afonso Pena.

A preservação desse conjunto urbano através de seu tombamento fundamentou-se na perspectiva de reversão daquele que era considerado um processo progressivo de degradação da área – não restrito à Rua dos Caetés, conforme vimos no item 1.2 - o que serviria como justificativa para a adoção de medidas revitalizadoras, divulgadas pela mídia impressa da capital desde 1996 (RUA..., 1996). Essas ações tiveram início em 2004, indicando a existência de um projeto de médio e longo prazo com vistas à revalorização da região, e consistiram em novos revestimentos das calçadas, que foram alargadas no lado da rua onde se concentram os vários pontos de ônibus que aí se localizam; implantação de sinalização especial nas travessias para os pedestres, incluindo tratamento especial para deficientes físicos; implementação de projeto paisagístico e de equipamentos urbanos; reformulação do sistema de iluminação pública; substituição das redes de água e esgoto; remodelação dos pontos de ônibus; retirada e padronização dos engenhos de publicidade das fachadas dos edifícios; e, nosso foco especial de atenção aqui, para efeitos de registro, a recuperação de várias de suas edificações, que foram reformadas e pintadas com cores bastante destacadas, imprimindo – literalmente - novo colorido ao cenário que vimos compondo até agora (FIG. 49, 50, 51, 52).



FIGURA 49 - Rua dos Caetés nº 603. Antes da reforma.
Fonte: <http://www.metamorphose.com.br/mapa/index.html>.



FIGURA 50 - Rua dos Caetés nº 603. Depois da reforma.
Fonte: <http://www.metamorphose.com.br/mapa/index.html>



FIGURA 51 - Rua dos Caetés nº 630. Antes da reforma.
Fonte: <http://www.metamorphose.com.br/mapa/index.html>



FIGURA 52 - Rua dos Caetés nº 630. Depois da reforma.
Fonte: <http://www.metamorphose.com.br/mapa/index.html>

Como pode ser observado no quadro abaixo (QUADRO 3), das cinquenta e duas edificações identificadas em nossa observação, trinta e quatro são tombadas ou restauradas⁶⁴ – ou os dois – o que corresponde a 65% dos prédios que compõem os quatro quarteirões em foco, número bastante significativo e que representa o grande investimento feito na recuperação – material e simbólica – da Caetés, demanda antiga dos comerciantes da região⁶⁵. Vale destacar, ainda, que o Conjunto Urbano da Praça Rui Barbosa e Adjacências – contíguo ao Conjunto da Rua dos Caetés – vem sofrendo intervenções há já algum tempo, como a reforma da Praça da Estação – ocorrida em 2003 –, a instalação do Museu de Artes e Ofícios no edifício da Estação Central – 2005 – e a recentíssima inauguração das obras do Boulevard Arrudas – 2007.

QUADRO 3
Edifícios tombados e restaurados – Rua dos Caetés

| TOMBADO E RESTAURADO | SÓ RESTAURADO | SÓ TOMBADO | SEM INTERVENÇÃO | TOTAL |
|-----------------------------|----------------------|-------------------|------------------------|--------------|
| 14 | 13 | 7 | 18 | 52 |

Rua dos Caetés entre Av. Amazonas/R. da Bahia e Av. Afonso Pena. Quadro elaborado pela pesquisadora a partir de observações realizadas entre junho de 2006 e abril de 2007.

Todas essas obras e investimentos – congregadas em um Programa específico da PBH, o “Centro Vivo”, nosso objeto específico de análise no Capítulo 3 – sinalizam uma tentativa de revalorização da região, pautadas em intervenções de grande visibilidade e de acentuado caráter estético, acrescidas de ações com vistas a incentivar o retorno das residências ao Hipercentro de Belo Horizonte e a dinamização tanto do mercado imobiliário quanto do comércio e da prestação de serviços – inclusive os de lazer e cultura – na região. Mas este será nosso objeto de discussão no próximo Capítulo, que apresentamos a seguir.

⁶⁴ Os tombamentos foram consultados no Diário Oficial Estadual – Minas Gerais, que publicou a Deliberação n. 03/94 de 10 de novembro de 1994 do CDPCM-BH, que identifica as edificações tombadas no Conjunto Urbano da Rua dos Caetés e Adjacências, e em Castro (2006); já o que estamos chamando aqui de restaurações depreende-se da observação direta das edificações – e de sua aparência física, especialmente se foi ou não pintada mais recentemente.

⁶⁵ Demanda antiga dos comerciantes, mas que não deixou de estar permeada de conflitos quando das intervenções do poder público, especialmente no que diz respeito ao tombamento dos imóveis – instrumento legal que atinge diretamente os direitos de uso das propriedades. A esse respeito, ver Botelho e Andrade (2005).

CAPÍTULO 3 – PATRIMÔNIO CULTURAL E REVITALIZAÇÃO URBANA: INTERFACES DO PROGRAMA CENTRO VIVO, BELO HORIZONTE

Desde meados dos anos 1990 tem-se acentuado, no âmbito da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, o investimento na elaboração de políticas de intervenção no Centro da cidade com vistas à sua revalorização como principal centralidade, material e simbólica, do município e de sua região metropolitana. Pautadas em diagnósticos que apontam, dentre outras situações, a redução da dinâmica econômica da região, a perda de sua população residente e a substituição das atividades tradicionais ali realizadas, essas propostas começaram a se materializar em ações nos primeiros anos da década seguinte, com a realização de uma série de obras que mais tarde, em 2004, seriam conjugadas em um Programa de revitalização da área central de Belo Horizonte, o Programa Centro Vivo.

Acompanhando uma tendência de investimento em políticas de valorização dos espaços centrais de grandes cidades que se sustentam em um discurso de caráter preservacionista bastante acentuado - políticas estas que vêm se disseminando por diversos países, e também no Brasil há pelo menos duas décadas⁶⁶ - o Programa Centro Vivo propõe uma gama variada de objetivos e ações. Abrangendo desde a recuperação econômica, a inclusão social, a mobilidade urbana e a segurança na região até sua chamada requalificação urbanística e ambiental, configura-se como uma ação pautada por forte apelo à dimensão simbólica e à produção de uma imagem de centro que se constrói continuamente como afirmação de uma memória e de uma identidade da/para a cidade.

As propostas de intervenção em centros urbanos não são o que se pode chamar exatamente de uma novidade, posto que o urbanismo já surge, em meados do século XIX, como uma tentativa de sistematização de modelos para o desenvolvimento urbano frente ao que se considerava a existência de problemas gerados pelo crescimento das cidades, especialmente a partir do advento da industrialização. Desde então - que é quando temos o famoso exemplo da Paris de Haussmann - até princípios do século XXI, com as intervenções de caráter espetacular realizadas em um grande número de cidades em vários países, as ações dos poderes instituídos - locais ou nacionais - sobre as cidades se fazem presentes, e constantes, em sua história. É como se a acelerada - e sempre imprevisível - transformação

⁶⁶ Como, por exemplo, em Barcelona, Lisboa, Nova York, Paris, Buenos Aires e Cidade do México; e, no Brasil, em Salvador, Recife, Rio de Janeiro, Fortaleza, São Paulo e São Luís.

das cidades gerasse uma eterna sensação de descontrole, de caos, de insegurança vertida em tentativas de dominar, organizar e garantir a reprodução tanto da vida na *urbe* como de toda uma configuração sobre a qual se sustenta o sistema que a nutre.

As intervenções urbanas contemporâneas são costumeiramente contextualizadas em um processo de valorização das áreas centrais das grandes cidades que teve início em meados dos anos 1950 quando, na Inglaterra e nos Estados Unidos, setores médios e médio-altos da população passaram a procurar as áreas centrais das cidades – já ocupadas pelos chamados setores populares - com o intuito de moradia, restaurando edificações antigas e valorizando esses espaços, simbólica e financeiramente (SMITH, 2006). Isto gerou situações sociais conflituosas, tendo em vista que as populações tradicionalmente residentes na região muitas vezes não tiveram condições de ali permanecer face à valorização imobiliária, o que provocou um processo de transformação do perfil de ocupação dessas áreas conhecido como gentrificação⁶⁷ (BIDOU-ZACHARIASEN, 2006; SMITH, 2006; LEITE, 2002), termo ainda hoje utilizado para caracterizar os processos de exclusão social gerados pelas políticas de revitalização urbana.

A partir dos anos 1990 esse processo, em princípio “resultante da estrutura do mercado imobiliário e do comportamento dos atores privados”, passou a fundamentar a elaboração de políticas urbanas que visavam valorizar os centros, tornar as cidades mais atrativas e favorecer o seu desenvolvimento econômico (BIDOU-ZACHARIASEN, 2006, p.29). Inseridos em um contexto de disseminação da competição entre as cidades frente às demandas do mundo globalizado, e representando muitas vezes uma conquista classista sobre a centralidade urbana (SMITH, 2006), esses projetos de intervenção urbana têm na preservação do chamado patrimônio cultural um de seus focos principais – inclusive nos remetendo ao que Jeudy chama de “obsessão pelo patrimônio” (JEUDY, 2005) - apresentando uma associação estrita entre cultura e consumo e restringindo, na maior parte das vezes, a preservação patrimonial a seus aspectos imagéticos, monumentais e espetaculares.

Conforme nos aponta Leite (2001; 2002; 2006a), essas políticas de revitalização visariam adequar as cidades às “demandas e aos fluxos internacionais do turismo e do consumo urbano”, o que implicaria em uma “reapropriação cultural das imagens da cidade” (LEITE, 2002, p.115), que passa a ser vista como uma mercadoria a ser consumida por cidadãos de renda elevada, investidores e turistas. A “estetização da paisagem urbana” indicada por essas políticas poderia ser vista, então, como “a forma predominante de

⁶⁷ Do inglês *gentrification*, uma tradução possível e que também vem sendo utilizada é enobrecimento.

recuperar os sentidos dos lugares e da tradição no contexto da acumulação flexível e da compressão espaço-temporal” (LEITE, 2002, p. 120), estabelecendo-se uma transformação do estatuto do patrimônio cultural que, de bem simbólico, transmuta-se em mercadoria cultural. Nesse processo, as formas de interação social passariam a pautar-se pelo consumo, independente dos laços de lealdade cultural existentes, sendo que ao mesmo tempo em que os usos e usuários desses espaços enobrecidos são alterados – a partir do estabelecimento de demarcações sócio-espaciais excludentes pautadas por padrões de consumo que induzem à discriminação econômica - são também elaboradas complexas dinâmicas de demarcação sócio-espacial, indicativas de novas possibilidades de apropriação desses espaços pela população local.

Há que se destacar, no entanto, que ainda que uma série de processos de revitalização urbana realizados no Brasil apresente algumas características gerais que os aproximam da reflexão anterior – como Salvador, Rio de Janeiro, Fortaleza e Recife, por exemplo – certas particularidades os distinguem uns dos outros, aproximando-os ou afastando-os mais ou menos da perspectiva descrita anteriormente (BOTELHO, 2005) e propiciando novas possibilidades de análise e reflexão. No caso de Belo Horizonte, o que podemos perceber é que ainda que dentre os principais objetivos do Programa Centro Vivo possamos encontrar a intenção de valorizar o centro e favorecer o seu desenvolvimento econômico (BIDOU-ZACHARIASEN, 2006), essa valorização não nos parece visar a inserção da cidade nos fluxos globais do turismo e do consumo (do) urbano⁶⁸, característica de parte significativa dos projetos de revitalização urbana para os quais se voltam as reflexões anteriormente indicadas.

Por outro lado, mesmo não objetivando diretamente esse tipo de inserção, algumas concepções, orientações e ações deste Programa indicam a existência de uma perspectiva de estetização da paisagem urbana, marca que também destaca os processos de revitalização contemporâneos e que vem associada, geralmente, à valorização daquele que é nominado bem patrimonial da cidade, como vimos há pouco. Tendo como um de seus eixos estruturantes a chamada requalificação urbanística e ambiental – no qual se insere a questão patrimonial – o Centro Vivo tem indicadas, entre suas ações referenciais, a preservação do patrimônio edificado e dos espaços públicos do Centro da cidade, ações que imprimem grande

⁶⁸ Consideramos mais adequado, aqui, pensar na idéia de consumo **do** urbano, e não de consumo urbano como costumeiramente referido (LEITE, 2002; 2006a), pois compreendemos que o foco da questão, neste trabalho, diz respeito não ao exercício do consumo na cidade – processo infindável, disseminado nas mais diversas relações e espaços da *urbe* – mas sim a uma prática de consumo específica, que se vem disseminando globalmente nas últimas duas décadas, que é a do consumo dos espaços e, aqui mais especificamente, da própria cidade.

visibilidade às intervenções realizadas e que aparecem, com grande constância, nas imagens elaboradas a respeito dessas intervenções e do espaço na qual elas se efetivam⁶⁹.

Mas, levando em consideração que a inserção da cidade nos fluxos globais do turismo e do consumo (do) urbano não se configura como intenção precípua do Programa Centro Vivo, e que ainda assim a valorização estética da paisagem urbana constitui-se como referência de peso em suas propostas e ações - como veremos no decorrer deste capítulo - parece-nos significativo refletir sobre qual o lugar ocupado pelo eixo da requalificação urbanística e ambiental, e mais especificamente pela questão patrimonial, neste processo de revitalização urbana. Levamos em conta, para tal intento, tanto a perspectiva do poder público municipal – objeto deste capítulo – quanto as percepções da população a respeito destas intervenções e as possíveis transformações que provocam nas representações e na apropriação desse espaço de convivência cotidiana, procurando compreender como se estabelecem diálogos entre essas duas perspectivas e em que medida as reflexões sobre estetização da paisagem urbana acima referidas podem nos auxiliar nessa compreensão.

Não estando voltado diretamente para o atendimento dos interesses de consumo do espaço representados pelo turismo – distanciando-se, neste sentido, do contexto de disseminação da competição entre as cidades frente às demandas do mundo globalizado (SMITH, 2006), ao menos no que diz respeito a esta dimensão do consumo – consideramos que o Programa Centro Vivo dirige-se sobretudo para, digamos, um público interno à cidade⁷⁰ e para a proposição de soluções para questões consideradas problemáticas naquele que é considerado seu Centro, como a segurança, a inclusão sócio-econômica e a mobilidade urbana, por exemplo. Esse foco “interno” do Programa nos faz pensar que o peso dado aos discursos e ações relativos ao patrimônio e àquele que aqui estamos chamando de processo de estetização da paisagem urbana relaciona-se à produção de uma referenciação simbólica que visa tanto a instauração ou manutenção de uma determinada ordem social, pautada na produção de uma imagem e de uma memória da/para a cidade, quanto a legitimação das próprias intervenções realizadas – processo que não se constitui sem conflitos, como veremos no decorrer deste capítulo, e também no Capítulo 4.

⁶⁹ No caso, aqui, quando nos referimos às imagens elaboradas estamos levando em consideração as representações expressas a esse respeito por aquelas pessoas que entrevistamos em nossa pesquisa de campo, conforme veremos no Capítulo 4.

⁷⁰ Lembrando que essa cidade a que nos referimos – Belo Horizonte – é uma metrópole, capital de um estado de grande peso na conformação da federação, o que nos leva a considerar que quando falamos em um “público interno” à cidade estamos nos referindo a um conjunto que extrapola aqueles que moram propriamente nesta *urbe*, e que diz respeito também àqueles que, mesmo “de fora”, estabelecem relações de proximidade frente à capital mineira.

Há que se considerar, ainda, que tanto o fato de não estar voltado para uma associação estrita entre consumo e cultura quanto o de configurar-se como um programa que expressa preocupação com aqueles que convivem cotidianamente com a cidade e com as possibilidades de exclusão que sua implementação corre o risco de gerar⁷¹, não significam que exclusões não venham ocorrendo. É um processo em curso, mas alguns indicativos incorporados à nossa reflexão – como aqueles que dizem respeito à retirada dos vendedores ambulantes das ruas e ao processo de valorização imobiliária que pode ser identificado no Centro da cidade, conforme veremos no decorrer desse capítulo - nos permitem tecer considerações que podem nos aproximar, de certa maneira, das discussões sobre gentrificação anteriormente apontadas, tomando por referência, ainda, o lugar que as representações de memória, história e patrimônio⁷² podem ocupar no contexto dessas exclusões.

É nesse contexto que propomos abordar, neste capítulo, algumas das dimensões constitutivas da política de revitalização urbana empreendida pelo poder público municipal no Centro de Belo Horizonte – o Centro Vivo – bem como das políticas de patrimônio cultural presentes na cidade e no espaço tomado como referência para a pesquisa empírica, a Rua dos Caetés. Pretendemos, com isso, criar possibilidades para a compreensão tanto das interfaces existentes entre essas duas políticas e do lugar que a questão do patrimônio ocupa no programa em foco, quanto dos diálogos estabelecidos entre essas políticas – consubstanciadas em um programa de grande visibilidade local, dada não só pelas próprias intervenções já realizadas, de forte impacto na paisagem do Centro, mas também pela mídia da capital e pela publicidade da PBH – e a população. Gostaríamos de lembrar, ainda, que mesmo que estejamos muitas vezes no referindo ao lugar ocupado pela questão do patrimônio no contexto da política de revitalização urbana, há que se destacar que em Belo Horizonte a dimensão patrimonial não se restringe às discussões sobre revitalização. Isto porque há, na cidade, uma efetiva política de patrimônio cultural que vai além – inclusive sendo anterior – das propostas de intervenção urbana consolidadas no Programa Centro Vivo, e que se configura, nos dizeres de Maria Caldas, como uma “bandeira” das políticas urbanas da cidade.

Apropriada preponderantemente como lugar de trabalho por aqueles que ali convivem diariamente⁷³, não destinada para os cidadãos de renda elevada, investidores e turistas (LEITE, 2002) e na qual um dos elos da interação social é, efetivamente, o consumo -

⁷¹ Conforme afirmado constante e contundentemente nos documentos analisados e por Maria Caldas, em sua entrevista.

⁷² Tanto as representações elaboradas pelo poder público municipal quanto por aqueles que convivem cotidianamente com o espaço foco das intervenções.

⁷³ Como veremos no Capítulo 4.

geralmente associado ao popular -, consideramos que a Rua dos Caetés pode ser vista como espaço onde o consumo do espaço configura-se como uso intenso desse lugar para trânsito e aquisição dos produtos e serviços ali oferecidos. Nesse sentido, ela se coloca para nós, aqui, como contraponto para a problematização de algumas questões constantes das discussões sobre revitalização urbana e patrimônio cultural já apontadas anteriormente – tais como consumo da cidade, estetização da paisagem urbana, gentrificação, produção de memórias/histórias – não no sentido de negá-las, mas sim de explorar as novas possibilidades de reflexão que a análise de um contexto específico pode nos indicar a esse respeito.

3.1 A preservação do patrimônio cultural em Belo Horizonte e o tombamento do Conjunto Urbano da Rua dos Caetés e Adjacências

As primeiras formulações em torno do conceito de patrimônio estiveram relacionadas à produção de uma identidade histórica para as Nações em afirmação no século XIX, disseminando-se no Brasil nas primeiras décadas do século XX (MINICONI, 2004) e consolidando-se em finais dos anos 1930, com a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - SPHAN. Não cabe, aqui, a descrição das políticas de preservação de patrimônio levadas a cabo por esta instituição, valendo apenas destacar a ênfase dada até meados da década de 1970 à preservação do patrimônio arquitetônico, especialmente aquele representativo do estilo barroco (GIOVANAZ, 2002; GONÇALVES, 1996; RUBINO, 1996), e a vinculação estrita entre patrimônio, memória e identidade nacional realizada pela instituição, vinculação fundada em uma concepção elitista e europeizante de cultura, escamoteadora dos conflitos sociais que fundamentam as formas de produção e apropriação dos bens culturais, como nos afirma Fonseca:

Uma análise crítica dos Livros do Tombo, do Iphan, revela que essa limitação tem conseqüências mais graves que a mera exclusão de “tipos” de bens culturais desse repertório. Na realidade, essa estratégia produziu um “retrato” da nação que termina por se identificar à cultura trazida pelos colonizadores europeus, reproduzindo a estrutura social por eles aqui implantada.

Reduzir o patrimônio cultural de uma sociedade às expressões de apenas algumas de suas matrizes culturais – no caso brasileiro, as de origem européia, predominantemente a portuguesa – é tão problemático quanto reduzir a função de patrimônio à proteção física do bem. (FONSECA, 2003, p. 64-65.)

Esta concepção começa a sofrer transformações a partir da década de 1970 – especialmente a partir da Carta de Nairóbi, de 1976 (UNESCO, 1976) - quando o que se pode perceber é a incorporação da noção antropológica de cultura às reflexões e ações voltadas para a questão, que passam a se referir ao patrimônio não mais como artístico e/ou histórico, mas sim como “patrimônio cultural”, numa tentativa de ampliar a abrangência de um conceito que passa a encampar, assim, a dimensão da diversidade como fundamento de suas referências (GONÇALVES, 1996; FONSECA, 1996). Esta ampliação não significa, no entanto, a solução de problemas tradicionais das políticas de patrimônio no país, e do próprio conceito, problemas que nos propõem questões por nós consideradas referenciais para refletirmos sobre o lugar das ações de nomeação patrimonial no contexto urbano contemporâneo - quem, como e para quê se estabelece que determinado bem será transmutado em bem patrimonial. Mas mesmo assim não há como deixar de considerar que essa ampliação das concepções e ações patrimoniais tem contribuído para sua maior divulgação – e apropriação – pela sociedade, ainda que não sem disputas e dificuldades (ANDRADE e ESTEVES, 2002; BOTELHO e ANDRADE, 2005; FONSECA, 2005; GONÇALVES, 2002; MOTTA, 2000; TAMASO, 2006).

Nesta mesma época – anos 1970 - foi iniciado um processo de descentralização das ações de preservação do patrimônio no país⁷⁴, com a criação dos órgãos estaduais de preservação, e nos anos 1980 assistiu-se à criação e expansão de serviços municipais de preservação do patrimônio, no interior do debate em torno da municipalização das políticas públicas⁷⁵. Nesse contexto, percebe-se a redefinição dos parâmetros que passam a orientar as políticas de patrimônio, que começam a incorporar outras dimensões para além daquelas representativas da cultura dominante – tais como as discussões a respeito do patrimônio intangível e da diversidade étnica que compõe a população brasileira - problematizando inclusive os critérios de identidade afirmados até então, e a própria idéia de identidade nacional.

⁷⁴ Mantendo-se, no entanto, o órgão central, chamado Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN entre 1970 e 1979, quando se divide em Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - SPHAN (órgão normativo) e Fundação Nacional Pró-Memória (órgão executivo). Em 1990 estas duas instituições são extintas, congregando-se no Instituto Brasileiro de Patrimônio Cultural – IBPC até 1994, quando volta a ser chamado IPHAN.

⁷⁵ Os debates políticos realizados no contexto da chamada redemocratização do país apontaram uma preocupação constante com a questão da descentralização do poder – advinda inclusive dos movimentos sociais do período – expressa, na Constituição de 1988, pela transferência de várias responsabilidades públicas para o município (AZEVEDO, 1994; DRAIBE, 1989; TENDLER, 1999; SOUZA e CARVALHO, 1999, ARRETICHE, 1996)

Em Belo Horizonte, os primeiros sinais de preocupação com a preservação do patrimônio cultural surgiram ainda em meados dos anos 1970, quando alguns grupos se manifestam contra a derrubada de grande parte das árvores da Igreja São José para construção de um centro comercial na esquina das ruas Tupis e Rio de Janeiro. Apesar de não terem conseguido evitar a destruição, essas manifestações ocasionaram as primeiras ações preservacionistas na cidade, com o tombamento do que restou da Igreja São José e de mais doze bens considerados como vestígios da história da Capital, pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Estadual – IEPHA/MG (CUNHA, 1997; BOTELHO e ANDRADE, 2005).

Ainda na década de 1970, mobilizações em torno da preservação da Serra do Curral e da Praça da Estação – estas últimas capitaneadas pela seção mineira do Instituto dos Arquitetos do Brasil - IAB, e com grande visibilidade na mídia da capital – ampliaram as discussões sobre a questão patrimonial na cidade, e nos primeiros anos da década de 1980 essa mesma instituição liderou ampla mobilização diante da ameaça de destruição do Cine Metrôpole, conforme nos informam Botelho e Andrade:

Em 1983, ocorreu a mais ampla e organizada manifestação pela preservação do patrimônio cultural da cidade, motivada pela venda do Cine Metrôpole, antigo Teatro Municipal, construído em 1906, ao Banco Bradesco. Mas, apesar de todas as manifestações contra a demolição do prédio do cinema, da divulgação da Carta-Manifesto de Belo Horizonte, assinada por 42 entidades, e da aprovação por unanimidade do tombamento do prédio pelo Conselho Consultivo do Iepha/MG, a decisão final sobre o seu destino coube ao então governador Tancredo Neves, que, segundo o texto do seu despacho de 23 de agosto de 1983, “deixa de determinar o tombamento do prédio do Cine Metrôpole, nesta Capital”. (BOTELHO e ANDRADE, 2005, p.92)

Nesse contexto é criado em 1984 - e regulamentado em 1986 - o Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do Município Belo Horizonte, com o objetivo de organizar a proteção do patrimônio cultural no município⁷⁶. No entanto, até 1990 o Conselho reuniu-se apenas algumas vezes, só a partir de então se consolidando a política de patrimônio cultural na cidade. Inicialmente as ações desta política voltaram-se, sobretudo, para o

⁷⁶ Ao longo de sua existência, o CDPCM-BH teve por várias vezes sua composição alterada, sendo atualmente composto pelo Presidente da Fundação Municipal de Cultura, que o preside; por 08 (oito) representantes do Município e respectivos suplentes, sendo 07 (sete) da Administração Pública Municipal e 01 (um) da Câmara Municipal de Belo Horizonte - CMBH; e por 08 (oito) representantes da sociedade civil e respectivos suplentes, dentre profissionais de reconhecida atuação em atividades relacionadas ao patrimônio histórico-cultural ou nas áreas de Antropologia, Arqueologia, Arquitetura e Urbanismo, Artes Plásticas, Direito e História (Decreto 11981, de 9 de Março de 2005).

tombamento de bens isolados, a partir dos critérios historicamente consagrados nas políticas nacionais de patrimônio até então, que privilegiavam bens ligados à Igreja católica e à elite, conforme vimos anteriormente. Foram tombados, por exemplo, alguns colégios ligados à Igreja Católica – Arnaldo, Sagrado Coração de Maria e Sagrado Coração de Jesus -, além de uma escola pública – o Colégio Marconi - e um tradicional clube da cidade – o Minas Tênis Club, dentre outros, destacando-se um único conjunto urbano protegido, entre 1990 e 1992: o da Praça da Liberdade. Desde então, a noção de conjuntos urbanos passa a orientar as ações de proteção ao patrimônio cultural no município, a partir especialmente do conceito presente na Constituição brasileira (Art. 216, inciso V), que toma por referência a definição de Conjuntos Históricos ou Tradicionais indicada na Carta de Nairóbi (UNESCO,1976). Segundo o CDPCM-BH, conjuntos urbanos seriam, assim:

as áreas definidas com o objetivo de se proteger lugares representativos da cidade, denominados espaços polarizadores, onde são encontradas ambiências, edificações ou mesmo conjunto de edificações que apresentam expressivo significado histórico e cultural. Os espaços polarizadores dos conjuntos urbanos destacam-se por desempenharem uma função estratégica e simbólica na estruturação e compreensão urbana (Deliberação 01/2005, do CDPCM-BH)

Em 1994 são tombados dez desses conjuntos na capital - Catedral da Boa Viagem, Avenida Afonso Pena/Rua da Bahia, Rua dos Caetés e Adjacências, Praça Tiradentes e Adjacências, Praça da Liberdade e Adjacências, Avenida Carandaí e Alfredo Balena, Praça Hugo Werneck, Praça Floriano Peixoto, Avenida Assis Chateaubriand e Avenida Álvares Cabral (Deliberação nº 03/1994, do CDPCM-BH). Constituindo-se como marco da política patrimonial da cidade tanto pela extensão da área protegida quanto pelos avanços conceituais que lhe imprimem, esses tombamentos indicaram tanto as diretrizes especiais de ocupação desses conjuntos urbanos quanto os cerca de mil imóveis isolados protegidos a partir deste ato, determinando-se a necessidade de que as intervenções na região passassem a ser analisadas previamente pela Secretaria Municipal de Cultura (CUNHA, 1997; BOTELHO e ANDRADE, 2005). É nesse contexto que se insere o tombamento do Conjunto Urbano da Rua dos Caetés e Adjacências, objeto de nossas investigações neste trabalho.

3.1.1 Rua dos Caetés, patrimônio de Belo Horizonte

Considerado um conjunto que confere identidade à área central de Belo Horizonte pela sua diversidade arquitetônica e por sua dinâmica social⁷⁷, o Conjunto Urbano da Rua dos Caetés e Adjacências foi tombado, como vimos anteriormente, no contexto de uma grande ação de cunho preservacionista levada a cabo pelo poder público municipal em 1994, ação que consideramos poder estar associada às preparações para as comemorações do centenário da cidade, em 1997. Ao tombamento deste Conjunto foram acrescentados, posteriormente, três atos: um deles, de 1998, alterou o perímetro de tombamento do conjunto e indicou as suas diretrizes gerais de proteção (Deliberação n° 14/1998, do CDPCM-BH); o outro, de 2000, alterou essas diretrizes (Deliberação n° 23/2000, do CDPCM-BH); e o terceiro, de 2005, retificou as diretrizes de proteção e mapeamento cultural dos conjuntos urbanos protegidos da área central e área hospitalar (Deliberação n° 01/2005, do CDPCM-BH).

Esses atos – bem como todos aqueles que dizem respeito à preservação da área central de Belo Horizonte, foco da maioria das ações da política de patrimônio na cidade - podem nos indicar a presença de uma preocupação expressa, por parte do poder público municipal, com a regulação deste espaço através de um forte investimento de caráter simbólico, referenciado, digamos, na legalização de uma memória da/para a cidade que reafirma, constantemente, seu núcleo planejado como aquele que se coloca como representativo da história da *urbe*, passível de leitura em sua paisagem construída. Essa paisagem, inclusive, constitui-se como referência fundamental para a eleição destes conjuntos como representantes legítimos da história da cidade, indicando-nos o peso das orientações de caráter arquitetônico-urbanístico dentre os critérios dos quais se lança mão, neste momento, para a patrimonialização desses espaços, como podemos depreender do seguinte trecho do processo de tombamento da Rua dos Caetés, de 1995:

O conjunto urbano da Rua dos Caetés destaca-se pela grande variedade de tipologias de edificações comerciais e de serviços cujas soluções e estilos arquitetônicos testemunharam diferentes fases da evolução urbana de Belo Horizonte. Algumas, mais antigas foram construídas até os anos 20 e, são exemplares remanescentes das primeiras construções comerciais da Nova Capital representadas por edificações térreas e sobrados de linguagem eclética. A grande maioria das construções é constituída, entretanto, por edifícios de até quatro pavimentos, construídos entre as décadas de 1930 e 1940, de inspiração *art-déco* e neoplasticista, representantes de

⁷⁷ De acordo com o processo de tombamento do Conjunto Urbano da Rua dos Caetés e Adjacências, do CDPCM-BH (ANEXO A, Doc. 18), principal fonte – junto à legislação pertinente - para elaboração desta parte do trabalho.

uma linguagem estética de linhas geométricas e volumetria cúbica, popularmente conhecida como estilo pó-de-pedra. (ANEXO A, Doc. 18)

No entanto, mesmo tomando a paisagem arquitetônica e urbanística como referência significativa para sua patrimonialização, o processo de tombamento da Rua dos Caetés apresenta, também, forte preocupação com a composição e com os usos sociais deste espaço, caracterizado como lugar de grande dinamicidade e diversidade, ocupado preponderantemente pelo comércio e pelos serviços chamados populares e pelo trânsito intenso de veículos e de pedestres (ANEXO A, Doc. 18). Essa preocupação aparece, sobretudo, como referência para sua identificação como um lugar que, ainda que arquitetonicamente diverso, possui um caráter homogêneo que justifica sua leitura como conjunto, caráter este que lhe é atribuído justamente pelos usos que o caracterizam:

Concentração de usos comercial e de serviços, com predominância de estabelecimentos de comércio popular e de miudezas: armarinhos, tecido, roupas, artigos de higiene e perfumaria, brinquedos, utilidades domésticas, dentre outros; Concentração de estabelecimentos de hospedagem, bares e restaurantes populares (...) Apropriação dos espaços predominantemente por população de baixa renda com destaque para usuários de transporte coletivo. O grande número de transeuntes, vendedores ambulantes, pontos de ônibus e mercadorias expostas nas calçadas conferem ao conjunto caráter de mercado. (...) (ANEXO A, Doc. 18)

Se levarmos em consideração os desdobramentos da política de patrimônio no município desde esses grandes tombamentos, podemos dizer que a incorporação da caracterização da composição e dos usos da Rua dos Caetés como referência para seu processo de patrimonialização pode ser considerada um indício da presença de concepções de patrimônio que agregam cada vez mais, ao longo dos últimos anos, preocupações relacionadas à dinâmica social da cidade e a dimensões que extrapolam a valoração de sua paisagem arquitetônica e urbanística. Assim, os tombamentos da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário do Jatobá e do Terreiro de Candomblé Ilê Wopo Jukan, ambos em 1995, e da Cantina do Lucas (tradicional restaurante e ponto de encontro da intelectualidade da capital desde a década de 1960), em 1998, por exemplo, bem como as propostas de registro do chamado patrimônio imaterial ora em curso no CDPCM-BH⁷⁸ atestam que as políticas de patrimônio desenvolvidas no município se mostram atentas tanto à diversidade de expressões culturais e sociais que caracteriza a cidade, quanto às novas discussões sobre patrimônio que vêm ocorrendo, nacional e internacionalmente, especialmente na última década.

⁷⁸ Segundo informado por Michele Arroyo, gerente da Gerência de Patrimônio Histórico e Urbano, da Secretaria Municipal Adjunta de Regulação Urbana.

Isto não significa, no entanto, que não se mantenha a predominância de ações voltadas para aqueles espaços constitutivos de seu núcleo planejado e para a valorização de seus aspectos urbanístico-arquitetônicos, especialmente se levarmos em consideração a presença da questão patrimonial no Programa Centro Vivo, como veremos no próximo item. No caso da Rua dos Caetés, inclusive, esta valorização do patrimônio arquitetônico dada pelas ações de revitalização afirma-se de maneira destacada, imprimindo grande visibilidade não só a estas ações propriamente ditas, como também à própria memória que se pretende afirmar a partir deste referencial físico, constitutivo da paisagem desta *urbe* e que passa a ser reconhecido como representante legítimo da sua história.

Dá-se visibilidade, assim, à própria noção de patrimônio cultural, disseminada pelas ações de revitalização e apropriada pela população como aquela que diz respeito a uma história que se dá a ler na cidade, em determinadas edificações e composições urbanísticas, eleitas como representativas dessa história. Essa visibilidade constante das ações de revitalização urbana, no que diz respeito a aspectos relativos àquele que é considerado seu patrimônio cultural, indica a valorização de uma estética do passado que se dissemina inclusive entre a população que convive cotidianamente com aquele espaço, através do estabelecimento de uma estrita associação entre patrimônio e revitalização, conforme veremos no Capítulo 4.

Por outro lado, não há como desconsiderar que a caracterização realizada no processo de patrimonialização da Rua dos Caetés, que o identifica como espaço de comércio e serviços populares e de grande trânsito de veículos e de pessoas, orienta significativamente as intervenções urbanísticas propostas para a área. Essas intervenções expressam constante preocupação com a não substituição das atividades ali desenvolvidas tradicionalmente por outras consideradas digamos, mais nobres, capazes de atrair outros segmentos sociais, como o ocorrido em várias das experiências de revitalização urbana realizadas em outras cidades brasileiras, como vimos anteriormente. Intervém-se, assim, para manter aquelas que são consideradas características tradicionais do lugar – muda-se para que permaneça o mesmo.

Ainda que a retirada dos camelôs configure-se como uma intervenção que trouxe transformações significativas desses usos⁷⁹, o que podemos notar é a manutenção das características ditas populares desse espaço, bem como da predominância do comércio e dos

⁷⁹ Transformações estas que, dependendo da ótica sob qual são avaliadas, significaram benefícios e perdas para os sujeitos sociais envolvidos nesse processo, como veremos no Capítulo 4, e que nos preocupam por trazerem consigo novas possibilidades de exclusão social, escamoteadas pelo discurso do conforto – para os pedestres - e da inclusão dos camelôs no mercado de trabalho, através da criação dos shopping populares.

serviços que atendem a essa população, mesmo após as ações de revitalização ali realizadas. No entanto, a manutenção desses usos tradicionais, ainda que possa ser considerado fator significativo no campo da preservação patrimonial e indicar certa incorporação das dinâmicas sociais que conformam a *urbe* nos processos de produção de uma determinada história da/para a cidade, não faz parte das representações de patrimônio elaboradas por aqueles que vivenciam esse lugar de cotidiano – representações estas que, conforme vimos anteriormente, pautam-se sobretudo na dimensão estética, visual que esse patrimônio adquiriu a partir das ações de revitalização, questão que ainda abordaremos, com maior vagar, no decorrer desse texto.

Retomando os três atos legais anteriormente referidos, vale ressaltar, ainda, que os mesmos não alteraram os tombamentos isolados indicados na deliberação de 1994. Destacamos, no entanto, que o ato de 2000 discriminou novas edificações que passavam a abrigar, a partir de então, graus diferenciados de proteção⁸⁰ - Interesse Cultural e Registro Documental - e indicou, no corpo de seu texto, as medidas compensatórias voltadas para os proprietários de imóveis tombados, constantes de outros textos legais do município: a isenção do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU⁸¹ e a Transferência do Direito de Construir – TDC⁸². Pensamos que a inclusão destes benefícios no corpo dessa Deliberação pode ser considerada como a expressão de certa preocupação, por parte do poder público, com a divulgação das medidas que procuram compensar os proprietários de imóveis protegidos pelas possíveis perdas que possam ter em função do tombamento – divulgação que, ainda que restrita (um texto legal não costuma configurar-se como texto dos mais acessíveis à população), nos parece colocar-se como resposta às demandas e necessidades dos proprietários dos imóveis tombados, que muitas vezes desconhecem os incentivos legais que têm para a conservação das edificações (BOTELHO e ANDRADE, 2005).

Precedendo em quase uma década às ações de revitalização urbana empreendidas no município, as políticas públicas voltadas à proteção do patrimônio cultural já traziam consigo, no entanto, perspectivas para a realização destas ações, como podemos perceber nesta conclusão do texto de caracterização da Rua dos Caetés, constante de seu processo de

⁸⁰ A Deliberação 01/2005, do CDPCM-BH define três graus diferenciados de proteção patrimonial, quais sejam: Edificações de Interesse Cultural; Edificações de Valor Especial/Registro Documental; Edificações de Valor Polarizador e/ou Simbólico, dentro do qual temos os tombamentos específicos, que podem ser integrais ou parciais.

⁸¹ A isenção de IPTU para imóveis tombados consta desde a lei que institui a política de proteção ao patrimônio cultural no município, de 1984.

⁸² Instituída por Decreto Municipal em 1998 (Decreto n° 9616, de 26/06/1998), a TDC “compensa proprietários de bens tombados com a transferência para outro imóvel do potencial construtivo não utilizado em virtude das restrições impostas pelo tombamento” (BOTELHO e ANDRADE, 2005, p.93)

tombamento: “Tudo isso vem justificar a revalorização do espaço através de medidas revitalizadoras, no sentido de reverter o seu processo de degradação, devolvendo-o à fruição da comunidade” (ANEXO A, Doc. 18). Por seu turno, ao mesmo tempo em que antecipavam, de certa forma, as ações de revitalização urbana realizadas no Centro de Belo Horizonte a partir dos primeiros anos do século XXI, as políticas de patrimônio adquiririam forte presença nestas ações, como veremos a seguir.

3.2 O Programa Centro Vivo

O Programa Centro Vivo foi lançado em Belo Horizonte em 07 de janeiro de 2004, congregando uma série de ações já realizadas pela administração pública municipal desde pelo menos 2002 - como a revitalização da Praça Sete de Setembro e da Esplanada da Praça da Estação, por exemplo, ambas de 2002-2003, e que são identificadas, nas fontes pesquisadas, como ações pertencentes ao Programa - e configurando-se como um amplo programa de intervenção urbana no Centro da cidade. Apesar de encontrarmos nos documentos consultados uma grande multiplicidade de intenções e objetivos declarados - até mesmo porque os documentos foram produzidos em épocas diferentes, com fins variados e também em instâncias administrativas diversas - podemos considerar que os mesmos se concentram em torno de alguns chamados “eixos estruturantes” indicados, de maneira geral, como sendo a requalificação urbanística e ambiental, a revitalização econômica, a inclusão social e cultural e a segurança⁸³.

Estes eixos articular-se-iam em torno da meta de “reforçar o papel da Área Central como centro simbólico da cidade”, valorizando sua diversidade, consolidando-a como local de encontro, incentivando sua ocupação e transformando-a em um “lugar bom para morar, trabalhar, passear, aprender, conviver” (ANEXO A, Doc. 4, p.2; Doc. 5, p.2; Doc. 14, p.4). Podemos perceber, portanto, a grande abrangência proposta pelo Programa, o que pode ser percebido nesta síntese presente em formulário com vistas à composição de banco de dados da Rede Mercocidades:

⁸³ Na entrevista a nós concedida, Maria Caldas identificou os seguintes eixos do Programa: segurança, requalificação urbanístico-ambiental e inclusão sócio-econômica (unindo aqui dois dos eixos identificados nos documentos em um único), além de incluir o que ela chamou de um novo eixo do programa, o do planejamento.

O programa Centro Vivo foi elaborado como um conjunto de ações de revitalização urbana com objetivo de requalificar espaços públicos e vias, preservar o patrimônio construído e realizar obras de melhoria da infra-estrutura da Área Central de Belo Horizonte. Nele estão contidas propostas para o desenvolvimento de ações de resgate da qualidade urbana e ambiental, repovoamento da área, melhoria das condições de mobilidade e segurança e fomento de atividades econômicas. (ANEXO A, Doc. 6, p.3)

A variedade de ações propostas no Programa também é significativa, abrangendo desde questões de caráter político e econômico-social até aquelas que dizem respeito à execução propriamente dita das proposições apresentadas. Dentre as primeiras destacamos, além daquelas relativas às indicações de alterações na legislação municipal e à intervenção nos usos e apropriações do Centro elaboradas cotidianamente pela população – como veremos no Capítulo 4 - também a perspectiva de articulação entre atores sociais diversos (MOREIRA, 2006a). Essa articulação dá-se em variados níveis do próprio poder público – nas relações entre as várias instâncias do poder público municipal (Secretarias, Poder Legislativo, Conselhos, por exemplo) e deste com os governos estadual e federal - e do poder público municipal com o que genericamente chamaremos, de acordo com a própria denominação apresentada nos documentos, de comunidade.

As articulações com a comunidade também são estabelecidas de maneira diversa, desde a criação de canais mais formais e amplos de participação (como seminários, oficinas e reuniões com setores organizados da sociedade, por exemplo) até aqueles mais cotidianos, como os grupos de trabalho, citados tanto nos documentos consultados quanto por um dos entrevistados - como veremos no Capítulo 4 – e pela coordenadora do Programa:

... Quando a gente começa com um projeto grande, que é o caso do entorno do Mercado Central ou do Hipercentro (o Plano de Requalificação do Hipercentro), a gente cria um fórum aberto a todo mundo, mas a gente chama necessariamente representantes da sociedade civil organizada de todo tipo de interesse na área, o CDL, a associação dos moradores, os comerciantes, as associações de defesa do meio ambiente, enfim. E vai fazendo a discussão, vai fazendo o projeto em conjunto com esse grupo. E depois quando a gente parte para a obra, a gente trabalha com uma comissão de acompanhamento constituída no local da obra, com representantes diretamente relacionados com aquela questão pontual, e modifica o projeto para atender a demanda, para atender o interesse local dentro do possível... (CALDAS, 2008).

No entanto o que pudemos perceber, tanto nos documentos quanto no acompanhamento das ações do Programa e nas entrevistas realizadas, é a existência de um tratamento diferenciado dado aos diversos grupos que compõem esse mosaico um tanto indefinido chamado comunidade. Pelo que pudemos depreender existe um diálogo privilegiado com comerciantes e moradores, excluindo-se, por exemplo, o grande contingente

de pessoas que trabalha no Centro da cidade - com exceção dos chamados trabalhadores informais. Estes algumas vezes foram chamados à participação através de algumas de suas associações representativas, como a Associação Mineira de Toreros e mini-feiras do Estado de Minas Gerais, por exemplo, não tendo, no entanto, se estabelecido um diálogo mais permanente com esta parcela da população. Em relação aos trabalhadores ditos formais, por outro lado, talvez sua ausência esteja associada a uma possível dificuldade de identificação de suas entidades representativas, no sentido de se estabelecer um canal de diálogo com essa população que convive cotidianamente com os espaços, apesar da existência de um sindicato da categoria, o Sindicato dos Empregados no Comércio de Belo Horizonte e Região Metropolitana, com cerca de 200 mil filiados⁸⁴.

Por outro lado, além dos trabalhadores identificamos outro sujeito ausente, este em todos os documentos analisados: as prostitutas⁸⁵, não havendo nenhuma referência à existência dessa atividade na região, levando-se em consideração ser a área de abrangência de boa parte do Programa tradicionalmente ocupada por pessoas ligadas a ela. A única referência que tivemos a esse grupo foi induzida, pois que diretamente questionada junto à coordenadora do Centro Vivo, que explicou esta ausência em razão de não existirem demandas da população em relação a esta questão, ainda que uma das ações do Programa preveja a retirada das casas de prostituição da região, como podemos ver a seguir:

(...) a gente não está vendo que temos que ter uma política para criar ou transferir a zona boêmia porque não nos pareceu que seja uma questão de interesse público, se você fizer um plebiscito na cidade não parece que a cidade está nos cobrando, isso não aparece nos fóruns (...), não é uma questão de cunho moralista, é uma questão de uma atividade que não é reconhecida como uma atividade que o poder público deva estar incentivando, organizando, não é nosso dever... agora, como a gente reconhece o problema social (...) nós vamos oferecer edificações... isso é um projeto, nós vamos procurar um parceiro privado, né, edificações de interesse social, nós estamos pensando em poder gerar muitos outros empregos, e vai ser de fato uma gentrificação possível, agora esse é o preço da área, de manter, impedir uma degradação, porque junto com isso, com a degradação do espaço urbano, você tem a associação da marginalidade, então tráfico de drogas, os assaltos, o nível de ocorrência policial é enorme lá, está concentrado lá, então o espaço que ninguém ocupa a marginalidade ocupa, então é uma questão social intervir, então a gente tem esse preço aí, uma certa gentrificação nesse espaço ela vai ter que ocorrer (...)

Então isso não nos pareceu até hoje um desejo, é uma parcela da população, com certeza é usuária do local, mas é uma pequena parcela... perto do benefício que a

⁸⁴ Dados retirados de <http://www.secbhrm.org.br>.

⁸⁵ E toda a gama de “personagens” relacionadas à chamada “profissão mais antiga da humanidade”, como travestis, garotos de programa, cafetões, seguranças dos hotéis, proprietários destes estabelecimentos, frequentadores... que configuram um grupo bastante específico de pessoas que convivem cotidianamente – e tradicionalmente - com aquele espaço.

área pode trazer revitalizada em termos de geração de emprego, de possibilidade de moradia, nós temos que pesar as coisas... (CALDAS, 2008)

Consideramos significativo destacar a ausência desse grupo porque pensamos ser ele representativo de uma voz que não aparece em momento nenhum nos documentos, a não ser quando referidos como objeto de alguma política de caráter assistencialista⁸⁶, como os moradores e os meninos de rua, por exemplo. Essa ausência de voz pode configurar-se, a nosso ver, como indício de permanência de um tratamento tradicional e historicamente dispensado a estas camadas da população - não especificamente em Belo Horizonte, mas no país -, que geralmente estão entre as afetadas de maneira mais negativa pelas políticas urbanas, muitas vezes ampliando-se a exclusão social a que estão submetidas. Mas esta questão coloca-se aqui apenas como indicativa, tendo em vista que para que se configure como reflexão sistemática sobre o assunto necessita de investigações empíricas que possibilitem o estabelecimento das interfaces existentes entre as políticas de intervenção urbana e as políticas sociais do município, e seus reflexos no cenário sócio-espacial da cidade⁸⁷.

Ainda que estas questões políticas não possam ser, como vimos até o momento, desvinculadas das questões sócio-econômicas que também se colocam como um dos eixos estruturantes do Programa, consideramos que alguns aspectos vinculados explicitamente a este eixo ainda devam ser destacados aqui, antes de passarmos à discussão sobre o eixo da requalificação urbanístico-ambiental e à sua dimensão simbólica de afirmação de uma memória da/para a cidade. Isto porque é estabelecido, no Programa, um estreito vínculo entre a perspectiva de incentivo ao desenvolvimento econômico e inclusão social e as propostas de requalificação urbanística, vistas como motivadoras do dinamismo econômico e social que se pretende imprimir à região sob intervenção. Este vínculo inclusive se coloca, para nós, de acordo com uma possível perspectiva de totalidade que perpassa todo o Programa, que pode indicar a existência de uma visão sistêmica da cidade e de um posicionamento do poder público como um ator que se quer neutro no processo social, posto que colocado como um instrumento de mediação de conflitos e de implementação de medidas consideradas adequadas à vida da *urbe* - o que nos remete, inclusive, a um conceito caro à ciência política, o de bem comum (ARENDDT, 2005).

⁸⁶ Depreendido dos Documentos 3, 4, 12 e 13 (ANEXO A).

⁸⁷ Ao que sabemos, ainda não existentes para o caso de Belo Horizonte.

A perspectiva do desenvolvimento econômico coloca-se, nesse sentido, como uma constante em todo o Programa, que “pretende fomentar a riqueza das atividades econômicas”, promovendo uma “ação consistente de desenvolvimento econômico inclusivo, com geração de emprego, trabalho e renda” (ANEXO A, Doc. 5, p.2), através da organização da economia informal e do comércio da região, de ações de dinamização e ocupação do solo e, especialmente, através do incentivo ao uso habitacional do Centro, para o que contribuiriam, sobremaneira, os investimentos na chamada requalificação dos espaços públicos propostos pelo Programa. Em relação ao uso habitacional da região, praticamente todos os documentos consultados colocam esta como uma das ações de grande peso do Programa, sendo que a mesma prevê, inclusive, alterações na legislação municipal com vistas à flexibilização dos parâmetros de uso e ocupação do solo definidos legalmente (Lei 7166, de 27 de agosto de 1996, e Lei 8137, de 21 de dezembro de 2000)⁸⁸. Por outro lado não há como não destacar, também, a existência de alguns projetos de habitação para a área central, vinculados ao Programa de Arrendamento Residencial - PAR, do Ministério das Cidades, voltados para populações de baixa renda (até aproximadamente cinco salários mínimos) e que são colocados como possível alternativa para a garantia da permanência desta população como moradora do Centro⁸⁹.

No entanto, o objetivo de ampliar a produção de moradias na região por vezes apresenta perspectivas contraditórias, tendo em vista que em alguns documentos podemos ver descrita a intenção de transformar o Centro em um espaço de moradia para as camadas médias da população (ANEXO A, Doc. 16) e, em outros, a perspectiva apresentada é de “estímulo à diversidade social através da implantação de empreendimentos habitacionais voltados para todas as faixas de renda, envolvendo tipos diferenciados de financiamentos” e “criação de outras alternativas habitacionais para a população de baixa renda, evitando processos de expulsão e procurando romper o processo de segregação” (ANEXO A, Doc. 14, p.16-17). Esta contradição nos remete às análises em torno dos processos de revitalização urbana anteriormente referidas (BIDOU-ZACHARIASEN, 2006; SMITH, 2006; LEITE, 2002) - especialmente no que diz respeito à dimensão excludente que muitas vezes os caracteriza face à evasão das populações tradicionalmente moradoras destes lugares em razão de sua valorização imobiliária e comercial – mas pode também nos dizer de uma atenção do poder

⁸⁸ Vale indicar, aqui, que um dos comerciantes da Rua dos Caetés afirmou, inclusive, que a Prefeitura pretende alterar definitivamente o perfil do Centro, transformando-o de comercial em residencial (Capítulo 4).

⁸⁹ Informações consultadas em www.cidades.gov.br.

público municipal a este problema, indicando uma possível incorporação das reflexões a respeito da questão na gestão da política municipal⁹⁰, conforme nos indica Maria Caldas:

Eu acho o seguinte, que a gente ainda tem que avançar muito... porque esse conflito a gente tem que aprender a fazer a gestão desse conflito entre a valorização gerada pela obra e a mudança de uso que ela implica, ela quase sempre implica... e isso necessariamente nem sempre é ruim, as vezes é adequado... Então ali a gente acha que pode ser interessante incentivar a ida de equipamento cultural de grande porte, centro de convenção, hotel cinco estrelas que podem trazer um novo tipo de uso e que realmente vai causar uma... um impacto de valorização e vai expulsar com certeza uma parte da população que usa a área, mas usa a área de uma forma que a maioria da população considera que não é adequada, ou que não se trata de uma questão de política pública específica... então, porque ali você tem a marginalidade, ocupando um espaço abandonado, a prostituição, que é um movimento organizado, e que certamente vai se realocar em um outro local da cidade, porque se você trouxer um outro... que vai trazer valorização, ele não vai conseguir ficar ali... agora, nós vamos gerar muita oportunidade de emprego, nós vamos gerar outros tipos de possibilidade de inserção, e vamos garantir o uso residencial na área. (...)
(CALDAS, 2008)

Por outro lado há que se considerar, ainda, que tanto a chamada revitalização econômica – inclusive no que diz respeito à questão habitacional - quanto a requalificação urbanístico-ambiental do Centro da cidade passam, de acordo com as propostas apresentadas, por uma ação sistemática de controle sobre o trabalho informal na região. Esta ação foi iniciada antes mesmo da apresentação do Centro Vivo à população, sendo considerada fundamental para a implementação de todas as propostas do Programa e se materializando na remoção dos vendedores ambulantes das ruas e na criação dos chamados Shopping Populares.

Pautada no Código de Posturas do Município⁹¹, esta foi uma das ações mais polêmicas e conflituosas do Programa até o momento, tendo gerado inclusive manifestações de violência nas ruas da cidade quando de sua implementação (RAMOS e ALENCAR, 2004; CAMELÔS enfrentam..., 2004; CAMELÔS desafiam..., 2004), e também provocado avaliações diversas sobre seus resultados. Por um lado tanto as pessoas que circulam no Centro quanto os comerciantes da região consideram benéfica, de forma geral - mas não unanimemente, se formos levar em consideração as entrevistas realizadas com as pessoas que convivem cotidianamente com a Rua dos Caetés, conforme veremos no Capítulo 4 - a saída desses trabalhadores das ruas, tanto em razão da liberação das vias públicas para o trânsito de

⁹⁰ Ainda que só possamos saber efetivamente se é uma preocupação que se realiza, no âmbito da prática concreta do Programa, a partir de uma investigação empírica que compare a ocupação da região antes e hoje, após quase quatro anos de início do Programa – investigação que ainda está por ser feita e não se configura como objeto deste texto.

⁹¹ Lei aprovada em 2003 (Lei n° 8616, de 14 de julho de 2003) e que entrou em vigor em janeiro de 2004, alguns dias antes do lançamento do Centro Vivo.

pedestres e da desobstrução e aumento da visibilidade das entradas das edificações quanto pelo aumento da segurança contra roubos nestas vias.

De outro lado, no entanto, os trabalhadores removidos avaliam a ação de forma negativa, tendo em vista as dificuldades encontradas para se manterem nos espaços a eles destinados devido às somas de que devem dispor para sua conservação (aluguel e condomínio), à ocupação dos shopping populares por lojistas e atacadistas e à desigualdade de sucesso entre os vários estabelecimentos criados (ZAMBELLI, 2006). Esses fatores indicam, a nosso ver, a possibilidade de geração de novos processos de exclusão a partir da implementação desta ação, processos estes que ainda deverão passar por pesquisas mais sistemáticas para que possam ser avaliados de maneira mais conclusiva, mas que se configuram, ainda que a partir de indícios bastante dispersos, enquanto dinâmicas significativas para a compreensão das representações elaboradas pela população a respeito das intervenções realizadas nesse espaço de vivência cotidiana, conforme veremos no Capítulo 4.

As amplas e diversificadas intervenções que vêm sendo realizadas no Centro de Belo Horizonte têm provocado, como vimos até aqui, alterações significativas nesse espaço de vivência cotidiana, conformando o contexto na qual se efetivam as ações voltadas especificamente à chamada requalificação urbanística e ambiental, foco principal de nossas atenções nessa investigação ao qual nos dedicaremos a seguir.

3.2.1 O eixo da requalificação urbanística e ambiental

Com o objetivo declarado de promover a chamada requalificação do ambiente urbano através da associação entre melhoria físico-territorial e desenvolvimento sócio-econômico, com vistas a reforçar o caráter de centralidade da região e valorizar seu patrimônio cultural, o Programa Centro Vivo investe fortemente em ações que propõem a “melhoria das condições da paisagem urbana” do Centro de Belo Horizonte, no sentido de “preservar, valorizar e divulgar os espaços que se constituem referências simbólicas da memória coletiva” (ANEXO A, Doc. 3, p.5).

As ações propostas acabam por demonstrar, nesse sentido, um cuidado significativo com os aspectos visuais do lugar, voltando-se para a sua “despoluição visual” (ANEXO A, Doc. 3, Doc. 5, Doc. 14) através da remoção dos engenhos publicitários, da requalificação de calçadas e travessias e da “recuperação de equipamentos urbanos e edificações considerados

marcos simbólicos na região” (ANEXO A, Doc. 11, p.3). Ainda que não voltada preponderantemente para a apropriação desse como um espaço de consumo de cunho turístico - como é o caso de vários projetos de revitalização realizados no país, como vimos anteriormente - essa preocupação com a visibilidade da paisagem urbana, também característica dos referidos projetos, possui grande peso nas ações do Programa Centro Vivo, nos indicando a valorização de uma determinada estética na qual a alusão ao passado e àquela que se apresenta como a história da cidade constituem-se como referências significativas para o reconhecimento das ações realizadas pelo poder público naquele espaço de convivência cotidiana.

Desde 2002 até hoje – início de 2008 – vários espaços do Centro da cidade foram objeto das intervenções urbanísticas realizadas pelo poder público municipal, seja através de ações diretas, da proposição de incentivos aos proprietários de imóveis tombados ou de parcerias com a iniciativa privada. Eleitos como referências que representam a memória e a história da cidade, a Praça Sete, a Praça da Estação, um grande trecho às margens do Ribeirão Arrudas, algumas ruas e avenidas (como ruas dos Caetés, Rio de Janeiro, Sapucaí e Carijós e Av. Alfredo Balena), o Parque Municipal, alguns Conjuntos Urbanos tombados e, agora, a região do Mercado Central e Praça Raul Soares⁹² passaram – e vêm passando - por amplas intervenções. Estas intervenções vão desde a recuperação da fachada de vários imóveis até a realização de obras estruturais - como drenagem de vias, renovação dos calçamentos e alterações da estrutura viária, por exemplo - não esquecendo as já referidas ações de transferência dos vendedores ambulantes das ruas e de remoção dos engenhos de publicidade de edificações e vias públicas⁹³.

Atingindo aquelas áreas que são identificadas como “de grande significação histórica e cultural para a cidade” (ANEXO A, Doc. 1, p.1), estas ações pretendem “trazer de volta a beleza urbanística dos principais eixos da cidade” (ANEXO A, Doc. 5, p.9), indicando uma preocupação com a valorização de determinados espaços da *urbe* através da construção de um discurso sobre o passado, a memória e a identidade local que sirva como justificativa para as intervenções propostas. Se levarmos em consideração que todo processo de preservação de memórias se realiza em contextos sociais específicos e configura-se, também, como

⁹² Cujas obras tiveram início no segundo semestre de 2007.

⁹³ Esta ação provocou bastante polêmica no decorrer de 2007, tendo as empresas de publicidade e de placas entrado com diversas ações na justiça contra a retirada destes engenhos da cidade. Às vésperas da finalização deste texto – em fevereiro de 2008 – desenrolou-se mais um capítulo dessa história: um vereador lançou mão de um recurso regimental para impedir a tramitação do projeto do Poder Executivo que instituiu o controle sobre os chamados engenhos de publicidade, provocando certa insegurança quanto aos rumos dessa política no município e, ao mesmo tempo, indicando que esta questão está ainda longe de ser solucionada na cidade.

construção de memórias, e que a produção de bens simbólicos se sustenta sobre julgamentos, opções e escolhas, podemos dizer que o estabelecimento e valorização de alguns marcos da cidade como referências visíveis de sua memória indicam a tentativa de que um limite arbitrário seja reconhecido como legítimo (BOURDIEU, 1996)⁹⁴, numa perspectiva de naturalização das relações sociais de dominação que se manifestam no interior da cidade. Conforme nos afirma o próprio Bourdieu:

As lutas em torno da identidade étnica ou regional, quer dizer, em torno de propriedades (estigmas ou emblemas) ligadas à *origem* através do *lugar de origem*, bem como as demais marcas que lhes são correlatas (...) constituem um caso particular de lutas entre classificações, lutas pelo monopólio de poder fazer ver e de fazer crer, de fazer conhecer e de fazer reconhecer, de impor a definição legítima das divisões do mundo social e, por essa via, *de fazer e desfazer os grupos*. O móvel de todas essas lutas é o poder de impor uma visão do mundo social através dos princípios de di-visão que tão logo se impõem ao conjunto de um grupo, estabelecem o sentido e o consenso sobre o sentido, em particular sobre a identidade e a unidade do grupo, que está na raiz de realidade da unidade e da identidade do grupo. (BOURDIEU, 1996, p. 108)

Há que se considerar ainda que as ações de requalificação urbanístico-ambiental realizadas no Centro de Belo Horizonte nos anos 2000 remetem, muitas vezes, a uma ação anterior, levada a cabo pelo poder público municipal nos primeiros anos da década de 1990 – o tombamento de 10 conjuntos urbanos da área central de Belo Horizonte, inscritos na região que se constituiu como foco principal das atenções dos construtores da capital mineira em fins do século XIX e considerada “marco de origem” da cidade, conforme vimos no Capítulo 1. Nesse contexto, talvez devêssemos pensar qual o lugar ocupado pela valorização do patrimônio cultural de uma cidade e pela preocupação com a produção de uma identidade que a represente - não só através de sua patrimonialização mas também da implementação de políticas de revitalização urbana que elegem um determinado espaço como referencial para a memória da cidade.

Construída sobre um núcleo urbano pré-existente (Arraial de Belo Horizonte) totalmente destruído para a edificação da nova cidade e a partir de um plano que previa uma ocupação social previamente definida de seu núcleo urbano, dele excluindo inclusive os próprios trabalhadores que participaram da construção da cidade, Belo Horizonte traz bastante acentuada, em sua história, a perspectiva da exclusão sócio-espacial (LEMOS, 1988, 1994; BARROS, 2004; CHACHAM, 1996; MONTE-MÓR, 1994; SILVEIRA, 1995). No entanto,

⁹⁴ Reflexões mais amplas a respeito da sociologia de Pierre Bourdieu e dos fundamentos que ela nos propicia para pensarmos a questão patrimonial podem ser encontradas em Fonseca (2003), Miniconi (2004) e Moreira (2006; 2006a).

essa exclusão pretendida nunca se efetivou da forma planejada, o que pode inclusive ser atestado pelos vários planos de intervenção através dos quais se vem tentando, desde os primeiros anos da capital, ordenar o espaço urbano (LEMOS, 1988, 1994).

Perguntamo-nos, nesse sentido, em que medida tornar esse espaço específico da cidade – o seu Centro, muitas vezes nominado de “Tradicional”, “Histórico” – em lugar representativo da sua memória pode significar a tentativa de afirmação do caráter excludente que se intentou nela imprimir desde o seu planejamento inicial, e como a preocupação em transformar esse espaço em bem patrimonial pode significar, também, a não efetivação – ao menos totalmente – da exclusão sócio-espacial pretendida. Isto porque podemos considerar que, se há a necessidade de reafirmação de um ordenamento – material e simbólico - para esse espaço, é porque esse ordenamento nele não se faz presente, e constante, como o que se pretendia, o que nos indica a existência de uma dinâmica, geralmente tensa, entre a cidade que se quer e aquela que se concretiza na vivência dos conflitos, acordos e disputas que se efetivam no cotidiano da experiência cidadina⁹⁵.

Há que se levar em consideração, nesse sentido, que a transformação desses espaços em bens patrimoniais não pode ser vista como um ato único, limitado à sua inscrição no tempo em que foi criado. Ele é também um ato de previsão, de intervenção, provocando, ele mesmo, reações e apropriações diversas, muitas delas não previstas em sua intenção (LEITE, 2002; VARGAS e CASTILHO, 2006), e que podem ser esclarecedoras dos conflitos sociais que caracterizam a vida na cidade. Nesse contexto, pensamos que lançar mão do discurso da memória e da identidade como justificativa para a implementação de ações de revitalização pode ser um indício esclarecedor da contínua necessidade de atualização de um *rito de instituição*⁹⁶ que se pretende definidor de uma memória da/para a cidade, atualização que se faz necessária diante da diversidade de usos e apropriações que podem ser elaborados a partir desse ato fundador. Fortemente marcada por um caráter de “estetização da paisagem urbana” (LEITE, 2002), a requalificação urbanística e ambiental proposta no Programa Centro Vivo poderia assim ser percebida não só como instrumento de valorização econômica da região

⁹⁵ Um fato relativo à história da colonização do país e à escravização das populações indígenas nos vem à memória, nesse momento, pois pode ser bastante representativo do que estamos aqui afirmando: a constante necessidade de edição de legislações que proibiam a escravização indígena – foram várias as leis promulgadas no decorrer de todo o período colonial, tendo inclusive uma dessas leis sido baixada já no século XIX -, que atesta a persistência dessa prática no país ao longo de mais de 300 anos de sua história, apesar da sua proibição formal e legal.

⁹⁶ De acordo com Pierre Bourdieu, um *rito de instituição* configura-se como uma das formas de realização das *operações sociais de nomeação* – um dos instrumentos do poder simbólico que contribui para a reprodução de um determinado regime de dominação e que possibilita “desconhecer como arbitrário e reconhecer como legítimo e natural um limite arbitrário” (BOURDIEU, 1996, p. 91-98).

sobre a qual incide mas também como uma forma de tornar visível e reafirmar uma determinada memória da cidade e, quem sabe, legitimar uma dada ordem social.

Nesse sentido, quando o Programa Centro Vivo institui como uma de suas principais ações a chamada valorização do patrimônio cultural de uma determinada região da cidade, e expressa, entre suas intenções, a de **criação** “de uma nova relação entre a cidade e seu patrimônio cultural” (ANEXO A, Doc. 1, p.2) e de “uma paisagem urbana coerente com seu patrimônio cultural e histórico” (ANEXO A, Doc. 7, p.4), parece-nos bastante evidente a tentativa de legitimação de um determinado arbitrário cultural, que passa a ser naturalizado como um dado inquestionável, que fala por si próprio, reafirmando: esta é a memória da cidade. Até mesmo porque se há a necessidade de invenção de uma relação diferenciada dos cidadãos – através da chamada revitalização - com aquele que é determinado como sendo o patrimônio da cidade, isto pode ser devido ao fato de que esse patrimônio não possui ressonância (GONÇALVES, 2005) junto à população⁹⁷, que não o reconhece como representativo de sua/s memória/s e identidade/s, fazendo-se portanto mister a sua valorização como forma de o mesmo – e a ordem social que pretende representar – ser reconhecido como marco da história da cidade.

Há que se considerar, nesse sentido, em que medida essas ações do poder público ampliam, ou limitam, os sentidos de pertencimento que constituem a cidade, e como as escolhas às quais procede no âmbito da nomeação patrimonial e de sua valorização contribuem para a inclusão da diversidade que caracteriza a produção cotidiana da *urbe*, restringindo os processos de exclusão que a caracterizam. Pensamos que com estas questões em mente podemos perceber em que medida as intervenções materiais e simbólicas levadas a cabo pelo poder público em determinados espaços da cidade criam – ou não - condições para a expressão das tensões, dos conflitos e dos acordos que a constituem, se colocando de maneira o mais próxima possível dessa diversidade e não como arbitrários que, muitas vezes representando interesses sociais específicos, se afirmam como legitimadores de uma figuração social determinada, excludente, apresentada no entanto como aquela que é a melhor para o conjunto da sociedade.

Se formos pensar, portanto, como nos afirma Chagas, que “excluindo os aspectos involuntários, todas as ações de preservação, musealização e memorização estão ao serviço de determinados sujeitos, o que equivale a dizer que elas ocorrem como um ato de vontade, ou como um ato de poder” (CHAGAS, 2002, p.18) e que “a constituição do bem cultural implica

⁹⁷ Dimensão que será discutida no próximo capítulo.

um processo de atribuição voluntária de significados e valores” (CHAGAS, 2002, p. 25), podemos dizer que a opção pelo investimento de caráter patrimonial no Centro da cidade configura-se como escolha política que, como tal, envolve disputa, diálogo e negociação, o que nos indica a necessidade de desnaturalização dos conceitos de patrimônio cultural e de percepção de seu caráter construído e inventado (GONÇALVES, 2005; ARANTES NETO, 2000.).

CAPÍTULO 4 – UM LUGAR, MUITOS LUGARES: APROPRIAÇÕES E REPRESENTAÇÕES DA POPULAÇÃO SOBRE UM ESPAÇO DE VIVÊNCIA COTIDIANA

Uma cidade constitui-se pela multiplicidade de espaços que se conjugam e se articulam nos diversos trajetos, apropriações e usos que lhe são impressos no entrecruzar das práticas sociais cotidianas. Produtoras de imagens que dão sentido a esses espaços e os configuram como lugares de significação, essas práticas sociais dialogam entre si e com o próprio espaço construído, que se afirma assim como lugar em constante produção. As ações que se materializam nesse diálogo se concretizam a partir de interesses, discursos e práticas distintos, muitas vezes conflitantes, e expressam imagens e representações que constituem, elas próprias, esse espaço identificado por todos como uma cidade.

No caso específico em análise, estamos focando um espaço determinado da cidade – a Rua dos Caetés - configurado como cenário urbano no qual se expressam diversos interesses, sentidos, usos, apropriações e imagens que o conformam como lugar de vivência cotidiana para atores sociais também diversos, percebidos aqui a partir das relações que estabelecem no e com o próprio lugar ao longo do tempo. Temos assim vários grupos que aí se constituem, como os usuários do transporte coletivo, os comerciantes, os consumidores, os profissionais liberais, os trabalhadores das lojas, dos escritórios e das ruas⁹⁸, grupos que muitas vezes estabelecem relações duradouras com este espaço - apesar dele ser caracterizado como lugar de comércio e de trânsito por excelência – e que muitas vezes, inclusive, se constituem de maneira formal, como os comerciantes, por exemplo, que criaram uma Associação para a organização de seus interesses e demandas – a Associação dos Comerciantes da Rua dos Caetés, formada a partir das necessidades surgidas do processo de revitalização da área e já extinta.

Por outro lado, na última década um outro grupo tem marcado presença constante na Rua dos Caetés: o poder público municipal. Ainda que de natureza diversa⁹⁹ e não constituído no seio das relações cotidianas que aí se estabelecem – como os anteriormente indicados – esse grupo vem se afirmando como importante partícipe das relações que se

⁹⁸ Apesar das referências que encontramos à existência de moradores na região – permanentes e temporários – o fato de não termos conseguido identificar nenhum deles nos levou a excluí-los dessa relação e das análises que aqui serão feitas.

⁹⁹ Não estamos, aqui, comparando o poder público aos grupos anteriormente identificados, mas unicamente identificando este como mais um agente que marca sua presença no espaço em análise.

estabelecem nesse e com esse lugar em razão das significativas intervenções que aí vem realizando, conforme descrito nos capítulos anteriores.

Essas intervenções possuem um caráter físico de grande visibilidade - alargamento de calçadas, retirada dos camelôs das vias públicas, incentivo à restauração das edificações e remoção e padronização de suas placas – e indicam a possibilidade de surgimento de variadas formas de reapropriação deste espaço pela população que nele convive cotidianamente, bem como de relações sociais diferenciadas entre os diversos grupos que aí se estabelecem. Há que se considerar, ainda, que a materialidade destas intervenções remete-nos à valorização da dimensão simbólica de determinados espaços da cidade, na qual o apelo a uma estética do passado tem grande destaque, o que pode inclusive indicar a criação de novas imagens e representações deste espaço pela população - imagens e representações estas que, em diálogo com as novas formas de apropriação possíveis, se concretizam no estabelecimento de novas relações não só com este espaço específico como com a cidade de uma maneira geral.

Nesse sentido nos perguntamos: em que medida a vivência cotidiana daqueles que convivem nesse espaço, bem como as representações que elaboram a seu respeito, dialogam com as ações de patrimonialização e revitalização aí efetivadas pelo poder público municipal, reelaborando-as e indicando novas formas de apropriação de um espaço urbano transformado em patrimônio cultural da cidade e em representante legítimo de sua memória e identidade? Como os trabalhadores, comerciantes e profissionais liberais da Rua dos Caetés estabeleceram novas formas de apropriação deste local de vivência cotidiana a partir das políticas de patrimônio e revitalização aí executadas e como essa apropriação dialoga com as representações de cidade, patrimônio e memória elaboradas pelos agentes envolvidos neste processo de intervenção urbana? Se a dimensão do simbólico marca significativamente as relações que se estabelecem no mundo social, contribuindo para a reprodução das estruturas de poder que o sustentam (BOURDIEU, 1974, 1996a, 1998), em que medida as representações de cidade, de patrimônio e de memória elaboradas nesse processo dialogam entre si e expressam acordos, conflitos, recusas e aceitações em torno da legitimação de um determinado “sentido de mundo” e de uma determinada memória da cidade que informa não unicamente sobre seu passado mas, sobretudo, sobre o campo de disputas que se estabelece na constituição do próprio presente?

A partir destas questões, e avaliando que a aparência de unanimidade que ronda essas intervenções urbanas constitui-se como um dos elementos da força simbólica dominante que justifica a sociedade tal como ela é (BOURDIEU, 2002) e constrói narrativas que legitimam uma determinada figuração social (ELIAS, 2001), consideramos portanto a necessidade de

estabelecer certa aproximação com alguns dos grupos sociais identificados em nosso espaço concreto de investigação – a Rua dos Caetés - no sentido de saber quais representações e imagens elaboram sobre esse espaço de vivência cotidiana e sobre as intervenções nele realizadas.

Dentre os grupos identificados, optamos por trabalhar com três deles: os trabalhadores (das lojas, das ruas e dos shopping populares), os empresários do comércio e os profissionais liberais ali estabelecidos. Essa opção deve-se ao fato de considerarmos que estes grupos constituem relações de caráter mais duradouro com o espaço em questão¹⁰⁰ - tendo em vista o fato de aí permanecerem, cotidianamente, grande parte do seu dia – criando com ele vínculos que lhes possibilitam elaborar imagens e representações a seu respeito pautadas em uma dimensão de continuidade essencial para que pudéssemos perceber as dinâmicas de transformação e/ou permanência que caracterizam o processo social inquirido.

Nesse sentido, levando em consideração o cenário urbano em foco e as intervenções nele realizadas – objeto de discussão dos primeiro, segundo e terceiro capítulos deste trabalho – entrevistamos algumas pessoas desses grupos determinados, abordando questões que nos permitiram elaborar um breve perfil dos entrevistados e perceber os sentimentos, imagens e representações que produzem sobre esse espaço de vivência cotidiana e sobre sua patrimonialização e revitalização, e como esses sentimentos, imagens e representações dialogam com os discursos oficiais do município no que diz respeito às suas políticas de patrimônio cultural e revitalização urbana.

Gostaríamos de destacar que o universo de entrevistados – 27 pessoas – não se coloca aqui como qualquer tipo de amostragem, ou possua algum tipo de representatividade, frente à amplitude de pessoas e grupos sociais envolvidos, de uma forma ou de outra, com as dinâmicas provocadas pelas políticas de patrimônio cultural e revitalização urbana do poder público municipal na cidade, ou mesmo na Rua dos Caetés - até mesmo porque não é esta nossa intenção. O que pretendemos é unicamente propor uma leitura, dentre várias possíveis, das formas que aqueles que cotidianamente vivenciam a cidade podem apreender determinadas dinâmicas urbanas, leitura esta construída a partir de indícios, de fragmentos (GINZBURG, 1989) que nos possibilitam vislumbrar as redes de significados que, estabelecidas socialmente (GEERTZ, 1989), se constituem na convivência diária com um

¹⁰⁰ Ainda que consideremos que os consumidores e os usuários do transporte coletivo – enfim, os “passantes” – possam constituir-se como grupos que também estabelecem relações rotineiras e duradouras com aquele espaço, já que muitas vezes o utilizam com regularidade, criando referências importantes de continuidade e permanência a respeito do mesmo, a investigação destes grupos demandaria maior constância na presença do pesquisador em campo, processo inviável no contexto da pesquisa aqui realizada, como explicitado na Introdução deste trabalho.

determinado espaço da *urbe* - redes estas que contrastadas, superpostas (BENJAMIN, 1987; BOLLE, 2000), indicam a multiplicidade de cidades que conformam a metrópole contemporânea.

4.1 Os entrevistados e a Rua dos Caetés

Como dito anteriormente, dentre os grupos identificados no trecho pesquisado da Rua dos Caetés optamos por abordar os trabalhadores (das lojas, das ruas e dos shopping populares), os empresários do comércio e os profissionais liberais. Essa opção foi feita a partir das observações realizadas na área em estudo e das pesquisas empreendidas na lista telefônica eletrônica, que nos possibilitaram perceber as diversas ocupações e apropriações que caracterizam o espaço em análise - como visto no segundo capítulo deste trabalho. Isto nos possibilitou perceber em que medida as imagens elaboradas por estes grupos sobre este espaço de vivência cotidiana se aproximam ou se afastam umas das outras, e se a pertença a cada um desses grupos tem influência na maneira como essas pessoas percebem a Rua dos Caetés e as intervenções ali realizadas.

As relações que os entrevistados mantêm com a Rua dos Caetés e com as pessoas que, como eles, ali convivem cotidianamente, são bastante diversas, a começar pelo número de anos que têm de trabalho - de vida - naquele espaço. Estando presentes ali entre meses até há mais de 40 anos, essas pessoas possuem diferentes histórias, inserções e apreensões do que esse espaço representa para elas, percebendo-o e com ele se relacionando de múltiplas maneiras, mas também com aproximações muitas vezes surpreendentes, somente percebidas quando nos detemos com maior atenção sobre suas falas.

No que diz respeito ao número de anos que aquelas pessoas têm de trabalho na Rua dos Caetés, um fator nos chama a atenção: apesar de termos uma grande variação do tempo de presença neste espaço - entre meses e mais de 40 anos, como já dito - esses números se concentram nas pontas do intervalo, com 13 pessoas possuindo menos de cinco anos de permanência no local e oito com mais de 20 anos de trabalho naquele mesmo lugar. Essa concentração, no entanto, não é aleatória, e está marcadamente associada a dois dos grupos de entrevistados: por um lado temos a maioria dos comerciantes/profissionais liberais tendo mais de 20 anos de Caetés e, por outro, os trabalhadores das lojas, em sua maioria com menos de dois anos de trabalho no local. Já entre os trabalhadores da rua e dos shopping populares, há

grande equilíbrio nos números, com dois possuindo menos de 5 anos e dois com mais de 20 anos de trabalho, ainda que não só na Caetés, pois que esta é uma das ruas do Centro pela qual circulam para vender seus produtos, sendo sua área de atuação geralmente o baixo centro¹⁰¹.

Esta diferença de “tempo de Caetés” entre comerciantes/profissionais liberais e trabalhadores nos sugere que o qualificativo tradicional empregado reiteradamente às ocupações da Rua dos Caetés, tanto pelo poder público em seus estudos técnicos (especialmente aqueles relacionados à política de patrimônio) quanto pela mídia e por alguns dos entrevistados, se confirma no que se refere aos estabelecimentos presentes na região, mas no que diz respeito aos trabalhadores da área – especialmente os das lojas - o que podemos perceber é a existência de certa rotatividade, tendo apenas um deles declarado trabalhar ali há mais de cinco anos¹⁰². Por outro lado, o fato de dois dos cinco trabalhadores de rua/dos shopping populares entrevistados terem mais de 20 anos de trabalho na rua nos indica, também, o quanto esse tipo de atividade é tradicional na cidade, especialmente no centro¹⁰³, aspecto que, inclusive, marca incisivamente as representações dos entrevistados sobre esse espaço de vivência cotidiana, como veremos mais adiante. No decorrer das entrevistas percebemos, nesse sentido, que a variável tempo de trabalho na Caetés, associada ao pertencimento dos entrevistados aos grupos ali identificados, possui peso significativo nas imagens e representações que elaboram sobre esse lugar de vivência cotidiana, constituindo-se como importante fator na conformação do tipo de relação que com ele mantêm, inclusive no que diz respeito às intervenções ali realizadas - assunto recorrente em vários momentos da entrevista, mesmo quando não era a questão em foco.

A referência às intervenções realizadas na Rua dos Caetés marcou presença significativa na fala dos entrevistados, quando questionados sobre o que achavam de conviver cotidianamente com aquele espaço. Mas para que possamos compreender o contexto no qual estas referências se inserem, é preciso que percebamos como essas pessoas representam esse lugar de convivência cotidiana, tendo em vista o fato de em grande parte das vezes inserirem comentários a respeito dessas intervenções como marcos significativos para a caracterização do que pensam sobre a Rua dos Caetés e o dia-a-dia de sua vida ali.

¹⁰¹ Dos dois trabalhadores das ruas/dos shopping populares que possuem mais de 20 anos de trabalho na rua, um é locutor, prestando seus serviços como anunciante nas portas de várias lojas, não só da Caetés como de outras vias da região, e o outro tem um box no Shopping Caetés desde sua criação, sendo que anteriormente teve, por 25 anos, uma barraca fixa na Avenida Paraná.

¹⁰² Essa dimensão, no entanto, não foi aprofundada em nossas entrevistas, tendo em vista não ser este o objetivo de nosso trabalho.

¹⁰³ O que já havíamos constatado quando de nossas pesquisas bibliográficas e documentais sobre a história de Belo Horizonte, conforme visto no Capítulo 1.

Assim, as qualificações mais utilizadas por estas pessoas para responder à questão sobre o que acham de conviver cotidianamente com a Rua dos Caetés têm caráter bastante positivo, como “excelente”, “maravilhoso”, “tranquilo”¹⁰⁴, “bom”, sendo maioria em todos os grupos pesquisados, com exceção dos trabalhadores dos shopping populares, que se referiram apenas ao shopping, e à experiência – ao que parece, traumática – de sua remoção das ruas. Os motivos elencados como justificadores dessa visão positiva sobre o dia-a-dia na Rua dos Caetés foram variados, como amizade, realização profissional, localização central e facilidade de transporte, costume, bom ponto de vendas, lugar propício à “paquera”, enfim, percepções que se relacionam não só ao fato deste ser um espaço preponderantemente dedicado ao trabalho, mas também um lugar propício ao estabelecimento de laços de sociabilidade, como veremos mais adiante.

É interessante destacar que várias destas perspectivas positivas carregam consigo uma referência significativa de temporalidade, estabelecendo-se uma série de comparações do presente com o passado mais próximo, comparações estas que têm como marco as intervenções realizadas naquele espaço. “Atualmente acho bom”, “já foi muito pior”, “agora está mais tranquilo”, “melhorou muito” foram expressões utilizadas nesse sentido, indicando o peso que estas intervenções possuem nas representações e imagens elaboradas sobre este espaço de vivência cotidiana, mesmo quando não abordados diretamente sobre o assunto.

Ainda no que diz respeito a essa dimensão de temporalidade, uma resposta nos chamou a atenção, tanto pela apropriação que faz do termo patrimônio quanto por vincular-se diretamente ao sentimento de permanência em um mesmo espaço por um longo tempo de vida e indicar uma avaliação de longa duração a respeito deste lugar de vivência cotidiana. Ela nos foi dada pelo locutor que presta serviços de propaganda em várias das lojas da Caetés¹⁰⁵, e também de outras vias do baixo centro: com mais de 40 anos de trabalho neste lugar, ele declarou “A Caetés é meu patrimônio de trabalho, (...) tenho muito amor por esta rua”, o que

¹⁰⁴ O qualificativo tranquilo, aqui, pode parecer à primeira vista um contra-senso, tendo em vista que pode ser visto como uma negação da caracterização costumeira da Rua das Caetés como lugar de movimento intenso, como vimos no Capítulo 2. No entanto, “tranquilo” é uma palavra de uso bastante corrente na gíria belo-horizontina e refere-se, para além de sua significação estrita, à idéia de bom, fazendo parte de um grupo de gírias como “maneiro”, “legal”, “bacana”, que costumam dizer respeito a avaliações positivas de um determinado espaço ou situação.

¹⁰⁵ Este locutor foi um dos personagens que mais nos chamou a atenção no decorrer de nossas pesquisas de campo, e também durante a entrevista. Um senhor já idoso (tem 60 anos), podia ser visto a qualquer hora do dia carregando seu banquinho e sua caixa de som pela rua e emprestando sua potente voz na porta de várias das lojas da Caetés com muito bom humor e demonstrando intimidade com várias pessoas que por ali passavam. Na entrevista, ele nos declarou que é também palhaço – ainda hoje se apresenta em festas ou eventos – e que foi locutor de várias rádios da capital, demonstrando muita disponibilidade para relatar sua história de vida, o que não fizemos por absoluta falta de tempo e por não ser este o objetivo desta investigação.

nos remete a uma possível apropriação de caráter sentimental, nos levando a pensar em um uso, digamos, amoroso da idéia de patrimônio, vinculado ao cotidiano e a uma história de vida marcada por aquela topografia específica, da qual se lança mão como referência para a produção de significados para uma existência e de sentidos de pertencimento a um determinado lugar.

A percepção de maneira geral positiva que se tem a respeito da convivência diária com a Rua dos Caetés deve ser no entanto matizada não só por aquelas imagens que expressam avaliações negativas a respeito desse espaço – como “desgastante”, “já foi melhor”, “ponto ruim”, “barulhenta” e “muito movimento” - mas também por aquelas que, digamos, não dizem ser esta convivência boa ou ruim - como “nada a reclamar” ou “nada contra”. Estas expressões nos indicam que, ainda que majoritária, a imagem positiva que se tem sobre esse espaço de convivência cotidiana não é unívoca, devendo ser cotejada às outras representações elaboradas a seu respeito no sentido de nos permitir compreender a diversidade de percepções que são produzidas na apropriação de um determinado espaço de vivência cotidiana.

As imagens negativas elaboradas a respeito da Rua dos Caetés dizem respeito, sobretudo, ao excesso de barulho e de movimento que a caracterizam, e que transformam a permanência ali em “desgastante” e “estressante”, segundo expressões utilizadas pelos entrevistados dos grupos de comerciantes/profissionais liberais¹⁰⁶ e dos trabalhadores de lojas. Além disso, um dos comerciantes também expressou insatisfação com sua situação naquele espaço, mas já imprimindo, nesta manifestação, uma avaliação acerca das intervenções ali realizadas. Para ele, “a Caetés *hoje* não está muito boa não, *já foi melhor*; estamos passando apertado...” (grifos da autora), afirmando que a desativação de pontos de ônibus e de táxis e a “legalização” dos camelôs foram prejudiciais ao seu negócio. Em que pese o fato de que a questão dos pontos de ônibus já tenha sido solucionada¹⁰⁷, no que diz respeito à remoção dos camelôs parece-nos que ela acabou por afetar certo tipo de comércio ali localizado¹⁰⁸, como o

¹⁰⁶ Um dos entrevistados, proprietário de uma oficina para conserto de brinquedos, foi extremamente enfático em relação a esta caracterização da Caetés, destacando também a questão da sujeira como um fator de grande peso em sua percepção negativa do lugar, sujeira esta que ele indica como sendo ocasionada pela presença das lanchonetes e açougues ali estabelecidos.

¹⁰⁷ Quando da realização das obras na Rua dos Caetés, os pontos de ônibus foram desativados e, quando as obras foram concluídas, nem todos foram reativados. Este fato mobilizou alguns comerciantes da região, que em reuniões com representantes do executivo e do legislativo municipal, conseguiram trazer de volta as linhas de transporte coletivo que ali tinham ponto de embarque e desembarque.

¹⁰⁸ E talvez em outras regiões do Hipercentro, o que não temos como avaliar sistematicamente pois a pesquisa não abrangeu toda essa área, mas que aparece como indicativo no diagnóstico realizado com vistas à elaboração do Plano de Reabilitação do Hipercentro (PRAXIS, 2006). Gostaríamos de destacar, ainda, além da entrevista já citada, uma conversa informal realizada com comerciante proprietário desse tipo de estabelecimento na Rua dos Caetés, que também destacou as dificuldades que a retirada dos camelôs da rua trouxeram para a sua loja.

que possui esse entrevistado – a pequena loja, que comercializa não só produtos mas também serviços - que afirmou que a presença dos camelôs na rua “trazia clientes” para a sua loja.

Uma outra dimensão que consideramos significativa para a compreensão das representações elaboradas pelos entrevistados sobre esse lugar de convivência cotidiana diz respeito aos laços de sociabilidade que ali são estabelecidos, pois pensamos que as formas através das quais expressam as interações sociais que ali vivenciam no dia-a-dia pode nos propiciar alguns indícios a respeito de como dele se apropriam, bem como das intervenções ali realizadas. Como ocorrido com a referência às intervenções ali realizadas, a questão dos laços de sociabilidade também permeou vários momentos das entrevistas, para além daquele no qual se constituía como tema em foco, indicando-nos o peso que possuem nas representações elaboradas nesse espaço de vivência cotidiana.

Nesse sentido, um aspecto nos chamou a atenção: entre todos os entrevistados somente dois afirmaram não ter amigos ali. Um, de forma enfática e objetiva, simplesmente disse “não”, sendo que o outro afirmou ter “muitos colegas, mas amigos não”, indicando uma diferenciação que costumeiramente se faz entre aqueles que são mais próximos e íntimos e aqueles com os quais se convive unicamente pela circunstância, geralmente associada ao trabalho ou ao estudo (no caso aqui, ao trabalho). Pensando nesta diferenciação podemos relativizar, no entanto, essa maioria esmagadora que respondeu positivamente à questão elaborada, pois muitos deles qualificaram esta resposta, indicando o estabelecimento desta distinção entre “próximos e íntimos” e aqueles com os quais se estabelecem relações fugazes e superficiais, lançando mão de expressões como “amizade de cumprimentar”, “colegas de bate-papo”, “conhecidos”, “você pega aquela amizade sem nem conhecer”, “essa galera toda é colega”, dentre outras.

De maneira geral, essa qualificação vem acompanhada da identificação de quem seriam esses “amigos” ou “conhecidos”, quais sejam, outras pessoas que trabalham na Caetés e/ou clientes - “pessoal da biblioteca do SESC, do prédio, do banco e do estacionamento”, “profissionais dos escritórios e das lojas”, “os fornecedores e os vendedores da porta”, e os próprios companheiros de trabalho – indicando que grande parte dos laços de sociabilidade ali estabelecidos refere-se ao mundo do trabalho e das trocas comerciais e de serviços que se estabelecem no dia-a-dia de convivência com aquele espaço. Essas interações associadas ao mundo do trabalho são marcadas, também, pelo estabelecimento de laços de solidariedade que se manifestam na ajuda mútua em casos de dificuldade, como por exemplo no empréstimo de materiais entre trabalhadores das lojas (papel de presente, durex) ou, como disse um dos trabalhadores da rua, “cada hora é um que precisa, a gente precisa também do outro...”.

Por outro lado, outro fator que indica a existência de uma rede de sociabilidade associada ao mundo do trabalho diz respeito ao fato de que a convivência com estes “amigos” ou “colegas” restringe-se, na maior parte das vezes, àquele ambiente, não se estendendo para outros lugares e situações, especialmente entre os trabalhadores. Já no que diz respeito aos comerciantes e profissionais liberais, a situação é um pouco diferente, pois as redes de sociabilidade construídas na convivência cotidiana na Rua dos Caetés algumas vezes vão além daquele espaço e das relações de trabalho – como o proprietário de uma financeira, por exemplo, que relatou que costuma ir com estes amigos para sítios, nos finais de semana - apresentando inclusive laços mais estáveis e duradouros, que indicam a existência de relações mais próximas e íntimas - caso do comerciante que disse ser amigo do proprietário da drogaria que existe ao lado da sua loja por ter sido, inclusive, amigo de seus pais.

Tomando por referência essa breve caracterização pautada nas representações dos entrevistados a respeito desse espaço de vivência cotidiana propomos, a seguir, algumas reflexões sobre as imagens que elaboram acerca das intervenções físicas e simbólicas nele realizadas, e em que medida essas intervenções acarretam transformações ou permanências na maneira como essas pessoas representam esse lugar e dele se apropriam cotidianamente.

4.2 As intervenções urbanas na representação dos entrevistados

Como vimos anteriormente, as intervenções realizadas na Rua dos Caetés¹⁰⁹ possuem um grande peso nas representações elaboradas a respeito desse lugar pelas pessoas que ali convivem cotidianamente, especialmente aquelas ações que imprimiram transformações físicas nesse espaço e afetaram de alguma forma esse cotidiano em termos de conforto, confiança ou fruição estética – como alargamento das calçadas, aumento da segurança e restauração dos imóveis, por exemplo. Utilizadas muitas vezes pelos entrevistados como marco que separa dois momentos distintos daquele lugar, estas intervenções se manifestam de forma bastante visível para aqueles que por ali circulam, marcando significativamente as imagens que elaboram sobre esse espaço de vivência cotidiana.

¹⁰⁹ Vale destacar, aqui, que estas intervenções foram realizadas tanto pelo poder público municipal quanto por particulares. O primeiro ocupou-se das intervenções realizadas no espaço público da rua, e os segundos agiram na recuperação das edificações, ainda que muitas vezes em parcerias entre o poder público e empresas privadas. No entanto, essas intervenções são percebidas em conjunto pela população que, de maneira geral, não distingue os dois tipos de ação realizados.

No entanto, a presença dessas intervenções nas imagens que os entrevistados elaboram sobre a Rua dos Caetés funda-se não somente na sua visibilidade, mas também nas maneiras como elas são apropriadas por estas pessoas, o que diz respeito tanto à materialidade destas intervenções quanto à sua dimensão simbólica, fortemente relacionada às idéias de patrimônio e de memória, conforme vimos no Capítulo 3. Nesse sentido, para que pudéssemos compreender como essas intervenções são apropriadas por estas pessoas - o que por sua vez está intimamente ligado à forma como elas se inserem nesse espaço e se relacionam com ele e com aqueles que ali convivem - e em que medida geram novas representações e apropriações deste lugar de vivência cotidiana, abordamos, junto aos entrevistados, questões relativas à patrimonialização e revitalização da Rua dos Caetés, perguntando a eles se sabiam ser este um espaço considerado patrimônio cultural da cidade, o que achavam disto e também o que pensavam a respeito das ações de revitalização urbana ali realizadas.

As respostas dadas pelos entrevistados a estas questões nos possibilitaram perceber, no entanto, não só as imagens que eles elaboram acerca destas intervenções e suas idéias sobre patrimônio e política urbana, mas também algumas das concepções que sustentam tanto estas imagens quanto as maneiras como se apropriam deste espaço patrimonializado e revitalizado. Assim, idéias como a de memória, de história, de passado, de papel do poder público compõem uma série de representações que, em constante diálogo umas com as outras e com as condições concretas de existência naquele espaço, nos indicam alguns dos referenciais aos quais essas pessoas recorrem na produção dos sentidos de lugar elaborados no dia-a-dia de sua convivência com aquele espaço.

Por outro lado, há que se destacar que ainda que tenhamos abordado as dimensões do patrimônio e da revitalização de forma separada – tanto nas questões feitas aos entrevistados quanto na análise de suas respostas – elas muitas vezes se apresentam de maneira intimamente relacionada, referindo-se constantemente uma à outra e nos indicando que, configurando-se como políticas urbanas distintas, as interfaces que se estabelecem entre estas políticas vêm sendo significativamente incorporadas pela população, como veremos a seguir.

4.2.1 Rua dos Caetés, patrimônio cultural da cidade

Uma afirmação bastante comum resultante de investigações que tomam por objeto as políticas de patrimônio cultural no Brasil diz respeito ao caráter elitista destas políticas,

geralmente distanciadas da maior parte da população e legitimadoras de uma história de caráter oficial, monumentalizada e estática, escamoteadora dos conflitos que marcam a formação social do país (FONSECA, 2003, 2005; GONÇALVES, 1996, 2001, 2002, 2003, 2005; MINICONI, 2004; MOTTA, 2000). Este distanciamento dificultaria a criação de um efeito de reflexividade desse patrimônio sobre a população (GONÇALVES, 2005), que muitas vezes sequer tem conhecimento daqueles bens que são considerados representativos de sua memória e de sua história.

Tomando por referência esta constatação, e levando em conta que as reflexões sobre as políticas municipais de patrimônio cultural são ainda bastante incipientes - especialmente no que diz respeito à investigação das representações que a população elabora a respeito do patrimônio local - consideramos significativo o alto índice de entrevistados que sabia ser a Rua dos Caetés nominada como patrimônio cultural da cidade - 19, dos 27 entrevistados, afirmaram ter conhecimento do fato. Este número se torna ainda mais espantoso para nós se tomarmos por referência pesquisa realizada junto aos proprietários de imóveis tombados em Belo Horizonte em 2001 (BOTELHO e ANDRADE, 2005), quando se constatou que mesmo entre essas pessoas - diretamente, digamos, afetadas por estes tombamentos - uma boa parte (7,3%) não sabia que seus imóveis haviam sido tombados e eram considerados bem cultural da cidade.

Mas quando nos deparamos com as manifestações dos entrevistados a respeito do que pensam a respeito da patrimonialização da Caetés, podemos perceber que esse conhecimento associa-se, diretamente, ao fato deste espaço ter sido foco de ações de revitalização urbana nas quais a restauração das edificações teve peso significativo e imprimiu grande visibilidade ao caráter “histórico” destas edificações - inclusive em razão das cores vivas geralmente utilizadas quando da restauração dos imóveis. Assim, expressões como “ficou mais bonita, tiraram toda a bagunça, ficou uma rua larga, melhorou o visual”, “mudou bastante a fachada das lojas, que era um lixo danado, as lojas eram irregulares, não tinha a padronagem que tem hoje com a retirada das placas” ou “estão até recuperando os prédios”, além da indicação de que este seria “mais um motivo para cuidar da rua” nos levam a pensar que a estreita associação que vem sendo realizada pelas políticas urbanas municipais entre revitalização e patrimônio cultural possui grande ressonância entre aqueles que convivem cotidianamente com aquele espaço (FIG. 53, 54, 55). Essa associação entre patrimônio e revitalização faz com que estas pessoas passem a reconhecer, neste lugar, um determinado valor - de “lugar histórico” - que lhe é impresso pelas ações de revitalização urbana ali realizadas, que acabam

por legitimizar uma determinada memória da/para a cidade, memória esta que também se transforma em fonte de legitimação para as intervenções executadas.



FIGURA 53 - Casa Sales antes da restauração – Rua dos Caetés esquina com Rua São Paulo, 02/04/2007
Crédito: Maria Elisa Rodrigues Moreira



FIGURA 54 - Restauração da Casa Sales – Rua dos Caetés esquina com Rua São Paulo, 08/06/2007
Crédito: Maria Elisa Rodrigues Moreira



FIGURA 55 – Rua dos Caetés entre Avenida Amazonas e Rua Espírito Santo – Edifícios restaurados, 02/04/2007
Crédito: Maria Elisa Rodrigues Moreira

Por outro lado, não é só o fato de a maior parte dos entrevistados saber que a Rua dos Caetés é patrimônio cultural da cidade que nos chama a atenção, mas também a idéia que, em geral, têm a esse respeito: grande parte dos entrevistados, inclusive alguns daqueles que não sabiam que este é um espaço patrimonializado, caracterizaram este fato como positivo, lançando mão de expressões como “maravilhoso”, “importante”, “interessante”, “justo”, “ótimo”, “é certo” para manifestar sua opinião sobre o assunto. Levando em consideração o caráter elitista que marca as políticas de patrimônio cultural no país, o fato destas pessoas avaliarem de forma positiva a transformação da Caetés em patrimônio da cidade nos leva a pensar em duas possíveis explicações para este posicionamento: uma, que diz respeito à própria ampliação da noção de patrimônio que vem ocorrendo nos últimos anos no país e sua maior divulgação junto à sociedade, e outra que se relaciona ao âmbito local desta ação, fator que talvez possa ser considerado gerador de aproximação e de maior apropriação desta política pela população, apesar de todas as questões implicadas nesta dinâmica (JACOBI, 1990; DRAIBE, 1989; ARRETCHE, 1996; AZEVEDO, 1994; AZEVEDO e PRATES, 1991).

Essas duas perspectivas explicativas ganham maior peso ainda se as tomarmos conjuntamente, contextualizando-as na trajetória das políticas municipais de patrimônio desenvolvidas em Belo Horizonte a partir de meados da década de 1990. Como vimos no Capítulo 3, a política de patrimônio já está bastante consolidada no município, com ações que guardam fortemente a marca da continuidade e se pautam na ampliação das concepções de patrimônio para além da sua dimensão arquitetônico-urbanística. Ainda que enfrentando

reações iniciais violentas¹¹⁰ podemos perceber que atualmente configura-se um cenário de reconhecimento das ações de patrimonialização de determinados espaços da cidade, o que possivelmente esteja associado ao contexto de afirmação de uma política pública de caráter local tornada visível pelas intervenções urbanísticas realizadas em alguns destes espaços, como é o caso da Rua dos Caetés, e à maior divulgação das contrapartidas oferecidas pelo poder público municipal aos proprietários de imóveis tombados, como a isenção do IPTU e a TDC.

As manifestações favoráveis dos entrevistados a respeito da transformação da Rua dos Caetés em patrimônio da cidade muitas vezes vêm acompanhadas de explicações de por que estas pessoas consideram este fato positivo, explicações estas que de maneira geral associam patrimônio e passado e identificam a Rua dos Caetés como um lugar importante para a história da cidade. No entanto, nessa percepção a história da cidade não diz respeito à vida daqueles que ali convivem cotidianamente ao longo do tempo, o que nos remete às representações tradicionais de uma história monumentalizada e estática, composta por um passado distanciado, visto como fonte de informações pitorescas e imóvel, como podemos perceber nas seguintes expressões: “é uma rua que tem história, história antiga... é uma das principais ruas na história da cidade”, “é uma coisa que está marcando a cidade, *como se fosse uma cidade histórica*, quando as pessoas mais velhas passam, lembram ‘do seu tempo’” e “acho legal, porque como estava mostrando hoje de manhã na TV, a cidade de Caeté, Ouro Preto, tudo é histórico nessas cidades... *BH tinha que ter alguma coisa de história também!*” (grifos nossos).

Além disso, essa visão de patrimônio e de história como algo distante do cotidiano e da prática social aparece também nas avaliações negativas expressas por alguns dos entrevistados, que consideram que a transformação da Rua dos Caetés em um espaço patrimonializado impede seu crescimento e seu progresso, paralisando sua dinâmica social e temporal e congelando a vida do lugar. É o que podemos perceber nas afirmações de que “não justifica ter tombado; deixa de crescer, no futuro vai caindo” ou que “acho [o patrimônio] uma ignorância, uma idiotice, gosto de renovação, de progresso, coisa do passado acabou”.

¹¹⁰ Como no caso do tombamento do Conjunto Urbano Bairro Floresta, tradicional bairro de classe média, lindeiro ao Centro da cidade e à Estação Ferroviária, questionado por moradores que, através de manifestações públicas, conseguiram impedir, em 1996, o tombamento dos 319 bens culturais identificados como passíveis desse grau de proteção, tendo apenas seis bens públicos sido integralmente tombados, 114 declarados de interesse cultural e 113 parcialmente tombados (CUNHA, 1997).

Uma outra referência que nos parece reafirmar essa perspectiva de certo distanciamento frente ao caráter patrimonializado deste espaço pode ser encontrada ainda naquelas explicações que consideram a patrimonialização como possível geradora de maior zelo com a rua, mas este cuidado seria realizado por um outro, indefinido, e não por aqueles que ali transitam e convivem cotidianamente: “aí *eles* olham mais, têm mais cuidado, fica mais bonita, mais limpa, conservam mais” ou “assim fica mais preservada, *eles* passam a cuidar dela com um pouco mais de carinho” (grifos nossos). Estas expressões mais uma vez aproximam a idéia de patrimônio e de revitalização urbana, aproximação esta manifestada inclusive por uma entrevistada que, não sabendo que a Caetés era considerada um patrimônio da cidade perguntou: “deve ser por isso, então, que fizeram essa revitalização nela, né?”

O que podemos notar, portanto, é que se em princípio o fato de grande parte dos entrevistados saberem da patrimonialização deste espaço e avaliarem-na de forma positiva pode nos levar a pensar na existência de uma maior aproximação e apropriação deste “lugar de memória” (NORA, 1993) por aqueles que ali convivem cotidianamente, as imagens de patrimônio que expressam – bem como as concepções de história que sustentam essas imagens – indicam a existência de uma relação distanciada frente à história que este patrimônio pretende representar. Vistas como exteriores à sua presença cotidiana naquele espaço, esta história – e este patrimônio – não são portanto percebidas como dizendo respeito às práticas sociais que ao longo do tempo o produziram – e continuam produzindo – como lugar de significação e de pertencimento para aqueles que ali vivem diariamente, até mesmo para aquelas pessoas que estão ali há mais tempo.

Esta percepção nos aproxima de reflexões que problematizam as relações existentes entre memória e história (LE GOFF, 1984; NORA, 1993; POLLACK, 1989), nas quais se identifica a memória àquelas referências elaboradas nas práticas cotidianas que fornecem esteio temporal para o estreitamento dos laços sociais e a história à transformação de algumas dessas referências em representantes legítimos dessa memória, tornados monumentos que afirmam determinados processos como naturais e não passíveis de questionamento. Como nos diz Nora, aqueles que ele nomina como lugares de memória são

(...) bastiões sobre os quais [a história] se escora. Mas se o que eles defendem não estivesse ameaçado, não se teria, tampouco, a necessidade de construí-los. Se vivêssemos verdadeiramente as lembranças que eles envolvem, eles seriam inúteis. E se, em compensação, a história não se apoderasse deles para deforma-los, transforma-los, sova-los e petrifica-los eles não se tornariam lugares de memória (NORA, 1993, p.13)

Nesse sentido consideramos poder afirmar que as maneiras como os entrevistados se apropriam da patrimonialização desse espaço evidenciam que a história que o mesmo pretende representar possui fraca ancoragem nas memórias produzidas por aqueles que o vivenciam cotidianamente, distanciando-se de uma recuperação dos sentidos dos lugares e da tradição (LEITE, 2002) e afirmando-se em um referencial que privilegia a valorização de um passado estetizado que acaba por encobrir as tensões, acordos e conflitos, enfim, as dinâmicas sociais que conformam este como um lugar de significação para aqueles que ali convivem cotidianamente.

Gostaríamos de destacar, ainda, que o distanciamento frente a esta história que se pretende afirmar a partir da transformação de determinado espaço em lugar de memória surge também em algumas – poucas - avaliações das ações do poder público frente a suas obrigações de preservação da “história da cidade”. Essas avaliações foram feitas, exclusivamente, por pessoas pertencentes ao grupo dos comerciantes e profissionais liberais, os únicos a manifestarem insatisfação quanto aos investimentos feitos pelo poder público neste espaço em razão de sua transformação em patrimônio da cidade¹¹¹.

Mesmo considerando positiva a patrimonialização da Rua dos Caetés, algumas dessas pessoas dizem que a Prefeitura não tem dado a atenção que seria merecida a uma rua com esta designação, afirmando, por exemplo, “que a PBH fez um marketing muito grande a respeito desse patrimônio, mas não investe nisso” ou que “não viu nenhum benefício ainda, a PBH tinha que zelar mais por este patrimônio”, o que se configura, a nosso ver, como uma perspectiva de ausência de responsabilidade diante da preservação de uma história que não diz respeito à vivência cotidiana daquele espaço.

Uma questão que se coloca para nós, nesse momento, refere-se ao fato de que a intervenção do poder público municipal no que tange à proteção do chamado patrimônio cultural da cidade restringe-se à proteção legal e à concessão de incentivos aos proprietários para a conservação dos imóveis, não incluindo a intervenção física propriamente nas edificações, a não ser quando estas são de propriedade do próprio poder público. No entanto, para que as intervenções em imóveis privados protegidos possam ser realizadas, os proprietários devem obter autorização do CDPCM-BH – no caso de reformas mais amplas – ou da Gerência de Patrimônio Histórico Urbano, que presta assessoria técnica aos projetos de restauração de imóveis.

¹¹¹ Vale destacar aqui, também, que somente neste grupo foi destacado o fato de que o tombamento dos imóveis proporciona a isenção do IPTU, o que é perfeitamente compreensível, uma vez que esta informação interessa unicamente aos proprietários dos imóveis, não afetando os outros grupos de entrevistados.

Nesse sentido, a dimensão visual desta intervenção na maior parte das vezes não cabe ao poder público, ainda que em alguns momentos possamos notar sua presença no estabelecimento de parcerias com a iniciativa privada nesse sentido, conforme vimos no Capítulo 3, e na realização de intervenções sobre o espaço público que valorizem a visualidade deste patrimônio, como nos afirmou a coordenadora do Programa Centro Vivo: “quando é particular, a gente tenta fazer o possível, usar os instrumentos disponíveis para a gente incentivar o proprietário a fazer a proteção, o projeto tenta privilegiar com iluminação, com tratamento de fachadas, com a imposição do código de posturas...” (CALDAS, 2008). Podemos considerar, nesse sentido, que a demanda expressa de que a Prefeitura deveria investir mais nesse patrimônio pode indicar não somente o pleito por um interesse específico – no caso, aqui, de possíveis proprietários de imóveis – mas também a existência de dificuldades de apreensão desta dimensão, digamos, oficial do patrimônio cultural e de apropriação de uma memória com a qual muitas vezes não se identifica, considerando sua proteção e cuidado unicamente como responsabilidade do poder público.

Pensamos, assim, que a quase unanimidade de avaliações, opiniões e representações positivas em torno da patrimonialização desse espaço, nas quais são expressos tanto o conhecimento quanto a aprovação dessa intervenção de caráter simbólico num espaço de vivência cotidiana, não está pautada em uma apropriação deste patrimônio como algo que diz respeito a esse cotidiano e às práticas sociais que o orientam. Isto nos leva a considerar que esse conhecimento e essa aprovação fundam-se na incorporação dos discursos formais do patrimônio disseminados sobretudo a partir das ações de revitalização urbana ocorridas no Hipercentro de Belo Horizonte – e na Rua dos Caetés, especificamente – ações que se pautam na valorização de uma estética do passado, conforme vimos no Capítulo 3, e que se manifestam como o lugar ocupado pela questão patrimonial no cotidiano dessas pessoas.

4.2.2 A revitalização da Rua das Caetés

As intervenções urbanas empreendidas na Rua dos Caetés tiveram início em 2002, e estão inseridas em um amplo programa de revitalização urbana do Centro da cidade levado a cabo pela Prefeitura de Belo Horizonte, o Programa Centro Vivo. Configurando-se como uma das primeiras ações deste programa, iniciadas ainda antes de seu lançamento oficial, as intervenções na Rua dos Caetés contaram com parcerias da iniciativa privada e abrangeram

desde reforma e ampliação de calçadas, pintura de edificações e obras no sistema de drenagem, até aquelas ações referentes à remoção dos vendedores ambulantes das ruas, com a criação dos shopping populares – como vimos no Capítulo 3.

Dentre essas ações, as mais destacadas pelos entrevistados de uma maneira geral referiram-se à ampliação das calçadas e à retirada dos ambulantes das ruas, que afetaram diretamente seu cotidiano, acarretando melhorias especialmente no que diz respeito ao seu conforto e segurança. Percebe-se, assim, um reconhecimento destas pessoas frente às preocupações expressas pela Prefeitura em prover melhores condições de uso àqueles que transitam cotidianamente no Centro da cidade através do investimento nos espaços públicos, preocupações que perpassam grande parte dos documentos consultados, como vimos no Capítulo 3, e dizem respeito sobretudo ao foco dado pelo Programa aos pedestres (FIG. 56, 57, 58), como afirmado por Maria Caldas:

E no processo de requalificação... [o fundamental] é a idéia de devolver o espaço público como um espaço de convivência, um ponto de encontro, priorizando o pedestre, criando a condição ao pedestre, valorizando o patrimônio, criando condição ambiental e segurança para que a área seja usada enquanto espaço público, levar as pessoas para a convivência a maior parte do tempo, transformar os lugares de passagem em espaços permanentes, um lugar agradável, de convivência. E a gente tem um roteiro de intervenção, que parece aleatório, mas não é, chamado “caminhos da cidade”, então a gente mapeou os principais fluxos de pedestres e vamos fazendo intervenção nestes lugares. (...) A gente tá fazendo um percurso que não é bem aleatório. A gente tem feito um encaminhamento de pedestres. E o projeto tem esse perfil sempre: aumentar as calçadas, implantar todas as condições de acessibilidade para deficientes, criar espaços de encontro meio surpreendentes, onde as pessoas não imaginavam, aumentar a segurança através de iluminação acima do nível, paisagismo adequado, imobiliário, enfim, tornar um espaço agradável. (CALDAS, 2008)



FIGURA 56 – Rua dos Caetés entre Avenida Amazonas e Rua Espírito Santo – Calçadas ampliadas, 02/04/2007
Crédito: Maria Elisa Rodrigues Moreira



FIGURA 57 – Rua dos Caetés entre Rua Rio de Janeiro e Rua São Paulo –
Calçadas ampliadas, 02/04/2007

Crédito: Maria Elisa Rodrigues Moreira



FIGURA 58 – Rua dos Caetés esquina com Rua São Paulo –
Travessia de pedestres e rampa para portadores de necessidades
especiais, 02/04/2007

Crédito: Maria Elisa Rodrigues Moreira

Outro aspecto também ressaltado por vários dos entrevistados diz respeito à aparência que a rua adquiriu a partir das intervenções, sendo as expressões “bonita”, “limpa”, “organizada” algumas das utilizadas para indicarem as representações que elaboram acerca desse espaço revitalizado. No entanto, ao contrário do ocorrido quando os entrevistados se manifestaram a respeito da transformação da Rua dos Caetés em patrimônio cultural da cidade, ao serem questionados acerca da revitalização desse espaço as representações elaboradas variaram significativamente entre os grupos, especialmente no que diz respeito à indicação de aspectos que consideraram falhos nas intervenções ou sugestões para ampliação das ações.

Nesse sentido, apesar de grande parte dos entrevistados terem se manifestado positivamente a respeito das intervenções – um profissional liberal chegou inclusive a afirmar

que “hoje a gente tem até orgulho de falar que trabalha na Caetés” -, entre os comerciantes e profissionais liberais essas manifestações vieram acompanhadas, muitas vezes, de críticas às ações realizadas – “a revitalização em si foi boa, mas só beneficiou o que interessava à prefeitura, o que lhe traz impostos, não beneficiou os comerciantes, é só marketing político” – ou a aspectos das obras considerados mal feitos, como a questão do escoamento que, segundo um dos profissionais liberais, foi mal planejado, pois a baixa altura das calçadas faz com que a água as invada quando de uma chuva mais forte. Encontramos também, neste grupo, considerações acerca de alguns problemas que afligem aqueles que vivenciam não só o cotidiano da Rua dos Caetés, como do Centro de Belo Horizonte de forma geral, e que não foram solucionados, como os habitantes de rua, a poluição sonora, a ausência de espaços de lazer e de estacionamentos, identificados por esse grupo como aspectos que poderiam ter sido abrangidos pelo programa de revitalização.

Por outro lado alguns comerciantes e profissionais liberais também apontaram sugestões que consideram poder trazer melhorias para aquele espaço, como a construção de jardins – “para acabar com essa cara de ‘selva de pedra’” -, a ampliação de incentivos para a conservação do patrimônio histórico e uma maior divulgação do Centro na mídia da capital, como afirmou uma comerciante, “pois com as reformas, a retirada dos camelôs e dos ‘pivetes’ o centro ficou muito melhor, seguro, e os preços são muito mais atrativos para os consumidores”. Além dos comerciantes e profissionais liberais, também entre os trabalhadores de rua surgiram sugestões para a melhoria daquele espaço, como a venda dos prédios que estão vazios para ocupação por moradias e a colocação de placas indicativas nas ruas para orientação dos turistas, pois de acordo com um destes trabalhadores são eles, que estão na rua, que acabam por se transformar em referências para informação daqueles que estão em visita à cidade.

As críticas, identificação dos problemas e sugestões expressas nos remetem a uma proximidade destas pessoas com esse espaço de vivência cotidiana, que demonstram conhecer e se preocupar com os problemas com os quais se deparam no dia-a-dia de convivência com este lugar. Além disso, o que pudemos observar é que os entrevistados que se manifestaram nesse sentido – principalmente os comerciantes e profissionais liberais, mas também os trabalhadores de rua - estão entre aqueles que há mais tempo estão ali presentes, o que nos leva a pensar que o contato prolongado com esse espaço constitui-se como fator significativo na maneira como essas pessoas dele se apropriam. Sentindo-se mais à vontade para expressar não só opiniões mas também para elaborar possibilidades de futuro, essas pessoas, ao indicarem o que consideram importante para que aquele espaço se transforme em um lugar

melhor - produzindo assim imagens do lugar desejado - indicam uma perspectiva temporal que atesta a presença de vínculos mais estreitos com esse lugar de vivência cotidiana.

Como contraponto a esta situação, consideramos significativo que nenhum dos trabalhadores de lojas entrevistados tenha manifestado qualquer crítica às intervenções realizadas, ou apresentado qualquer sugestão, destacando, sim, aqueles aspectos que trouxeram mais conforto – inclusive visual – àquele espaço. Expressões como “ficou colorida”, “ficou mais bonita”, “liberou o passeio, a rua, os pontos de ônibus, dá uma visão de limpo, de organizado”, “deu mais espaço para as pessoas andarem nas calçadas”, “o ambiente ficou mais agradável” e “gostei que deram importância aos passeios, aos pedestres” nos indicam, neste sentido, uma maior preocupação com o tempo presente do uso cotidiano do espaço, considerado melhorado pelas intervenções nele realizadas.

Para finalizar gostaríamos de destacar dois aspectos que nos chamaram a atenção no decorrer da análise das respostas dos entrevistados, e que dizem respeito a duas diretrizes de grande peso no programa Centro Vivo, conforme vimos no Capítulo 3: as questões da retirada dos trabalhadores ambulantes das ruas e da participação da população no Programa. Em relação a este último aspecto, o que nos chamou a atenção foi a quase inexistência de referências dos entrevistados a esta dimensão: com exceção de um trabalhador de loja que afirmou que “todo mundo colaborou” com as intervenções realizadas, a única manifestação que encontramos deu-se por parte de um comerciante¹¹² que participou ativamente de um grupo que discutia, semanalmente, a realização das obras de revitalização. Segundo ele, este grupo era constituído por três ou quatro empresários que, junto a representantes da PBH (três ou quatro também) e da empresa que realizou as obras, “discutiam os pontos polêmicos e se chegava a consensos, o que fez a obra andar mais rápido... falava-se do que tinha acontecido na semana e o que ia acontecer na semana seguinte...”.

Diante da ausência de referências à dinâmica de participação da população por parte dos outros entrevistados, e levando em consideração a restrita presença nesta que foi a única experiência participativa relatada nas entrevistas consideramos, como apontado no Capítulo 3, que ainda que muito destacadas no Programa as dinâmicas de participação popular ainda são bastante incipientes, não abrangendo maior diversidade de grupos sociais e interesses. Apesar de ser uma dimensão que pode ser considerada de significativo interesse para investigação, ela não se coloca, aqui, como objeto específico de nossas reflexões, ainda que consideremos

¹¹² Um senhor de 66 anos, proprietário de tradicional loja de roupas da Rua dos Caetés, com o qual nos deparamos, inclusive, em algumas das reportagens consultadas sobre a revitalização do Hipercentro e da Rua dos Caetés.

que a disseminação de canais de participação no âmbito do poder público municipal em Belo Horizonte¹¹³ mereça ser objeto de pesquisas empíricas que subsidiem reflexões sobre um aspecto significativo da vida nesta cidade.

No que diz respeito à retirada dos vendedores ambulantes da rua – ação considerada pelo poder público municipal condição essencial para a implementação do Programa Centro Vivo, como vimos no Capítulo 3 – esta se configurou como uma referência constante nas falas de todos os grupos de entrevistados, ainda que as posições referentes ao assunto fossem diversas, o que nos indica o peso desta ação nas representações que aquelas pessoas constroem a respeito desse espaço de convivência cotidiana e das intervenções nele realizadas. Entre os comerciantes/profissionais liberais e entre os trabalhadores de lojas, praticamente todas as referências consideraram que a retirada desses vendedores das ruas – aqui no plural porque boa parte delas diz respeito não só à Rua dos Caetés, mas a todo o Centro de Belo Horizonte - trouxe benefícios para o dia-a-dia daqueles que se relacionam com aquele espaço, com exceção daqueles comerciantes, citados anteriormente, que avaliaram que a saída dos camelôs das ruas prejudicou seus negócios, pois afastou clientes de suas lojas.

Assim, expressões como “O centro ficou muito melhor, seguro”, “em termos para o pedestre transitar melhor foi muito bom; os camelôs aqui eram um em cima do outro”, “a atividade dos camelôs atrapalhava o passeio”, “a rua ficou muito melhor depois que tirou os camelôs, ficou mais limpa, né?” “o que melhorou muito foi a tirada dos camelôs, a gente não tinha espaço pra nada; valorizou muito o lugar” foram algumas daquelas utilizadas por estas pessoas para se referirem à ação de retirada dos vendedores ambulantes das ruas, e indicam a reafirmação de uma representação comum na cidade: a dos vendedores ambulantes como um problema, mas um problema de espaço, e não uma questão social que demanda ações de maior abrangência, profundidade e durabilidade, que não provoquem novas exclusões sociais em sua concretização, conforme apontamos no Capítulo 3.

É claro que não há como desconsiderar o fato de que a ação de retirada dos vendedores ambulantes das vias públicas não ocorreu de forma intempestiva ou não planejada, ou mesmo que não tenha havido preocupações do poder público com o encaminhamento a ser dado a essas pessoas quando de sua saída das ruas, o que pode ser atestado no esforço de criação de estabelecimentos destinados ao acolhimento das mesmas, os chamados shopping populares. No entanto, como vimos no Capítulo 3, as dificuldades da ocupação desses espaços pelos

¹¹³ Desde os mais institucionalizados, como os Conselhos e o Orçamento Participativo, até aqueles que, como o aqui descrito, se concretizam cotidianamente, se manifestam em diversas áreas de atuação do poder público municipal, como a educação, a saúde, a habitação.

antigos trabalhadores das ruas têm provocado, muitas vezes, sua exclusão dos mesmos, fato que inclusive é bastante visível nos dois shopping populares da Rua dos Caetés, ainda que mais em um deles.

Esses dois shoppings são bastantes distintos um do outro. Um deles – o Shopping Popular Tocantins (FIG. 59) - é pequeno, ocupando o piso térreo de uma edificação que tem ainda um andar inferior, onde está instalada uma agência de atendimento do PAR. Com todos os boxes ocupados, não se viu aí, no entanto, grande movimento de consumidores em nenhum dos horários em que foi observado, o que nos indica a possibilidade de existência de dificuldades para a manutenção desses trabalhadores nesse espaço. Já o Shopping Popular Caetés (FIG. 60) é muito grande, ocupando um imóvel que tem entrada não só pela Rua dos Caetés mas também pela Rua Rio de Janeiro e pela Avenida Santos Dumont, em três andares espaçosos e com significativa infra-estrutura para abrigar tanto os vendedores quanto os consumidores, como boxes para exposição dos produtos, banheiros, praças de alimentação e elevador. No entanto, em qualquer hora do dia em que nos dirigimos para este espaço ao longo de nossas observações a sensação de abandono é a que prevalece: grande parte dos boxes estão fechados, e os que estão em funcionamento não têm quase cliente algum, ainda que este configure-se como lugar privilegiado de trânsito em razão da ligação que proporciona entre a Rua dos Caetés e a Avenida Santos Dumont, e abrigue um posto de atendimento da BHTRANS.



FIGURA 59 – Entrada do Shopping Popular Tocantins, 08/06/2007
Crédito: Maria Elisa Rodrigues Moreira



FIGURA 60 – Entrada do Shopping Popular Caetés, 08/06/2007
Crédito: Maria Elisa Rodrigues Moreira

Se levarmos em consideração o sucesso do primeiro shopping popular aberto na cidade – o Shopping Oiapoque (FIG. 61), carinhosamente chamado pela população de “Shopping Oi” - sempre lotado em qualquer dia da semana ou época do ano, o contraste que se mostra para nós ao observarmos os shopping da Rua dos Caetés fica ainda mais impactante. Isto pode nos indicar a complexidade presente nas ações do poder público frente ao estabelecimento de políticas para a ordenação dessas atividades na cidade, complexidade esta demonstrada também na disseminação dos camelôs pelos bairros de Belo Horizonte, conforme indicado em recente reportagem publicada na mídia impressa sobre a questão (LOPES, 2008).



FIGURA 61 – Shopping Popular Oiapoque
Fonte: <http://www.shoppingoiapoque.com.br/localizacao.aspx>

Gostaríamos de destacar, também, que mesmo no interior dos grupos dos comerciantes/profissionais liberais e dos trabalhadores das lojas, as opiniões a respeito da

retirada dos ambulantes das ruas não são unânimes, algumas delas expressando algum tipo de preocupação com os próprios camelôs, para além da consideração dos efeitos positivos provocados pela sua retirada das ruas. Esta preocupação, no entanto, não se manifesta para além de um vago sentimento de que esses trabalhadores foram prejudicados, de alguma forma, por esta ação, como por exemplo “não que eles não possam trabalhar, mas ficou mais liberado”, “principalmente pela retirada dos ambulantes, coitados, eles têm que trabalhar, mas tem que ter um limite, uma postura, senão suja muito a cidade” ou “não tô discriminando os camelôs, mas o nível de pessoas, transeuntes, melhorou”.

Já os trabalhadores das ruas e dos shopping populares expressaram posições bastante diversas – como era de se esperar, inclusive. Com suas vidas radicalmente afetadas por essa ação do poder público, alguns deles expressaram grande insatisfação frente a esta situação, avaliando-a de maneira negativa e indicando as dimensões sociais da questão, ainda que em âmbitos diversos: um deles avaliando a criação dos shopping populares – o trabalhador da rua, que considera que “não acha que os shopping populares foram um bom negócio, foram ‘uma sacanagem da PBH’, o aluguel é caro, foram ocupados por lojistas...”; e o outro, trabalhador do shopping, que afirmou que “a reforma foi usada como muleta para a retirada dos ambulantes, mas não adianta embelezar a cidade se o povo está mal”.

Consideramos que essas posições devem ser levadas em consideração se temos em mente o interesse em compreender as representações que esses entrevistados elaboram a respeito das intervenções, materiais e simbólicas, realizadas nesse espaço de convivência cotidiana. Ainda que geralmente sejam demonstradas reações positivas quanto a essas intervenções, os entrevistados muitas vezes parecem perceber os limites que as cercam, indicando-nos que a imagem de unanimidade que muitas vezes ronda este processo nada mais é que uma aparência de unanimidade, também ela utilizada como legitimadora de uma situação que é vista, pelos diversos atores que nela se encontram, igualmente de maneira diversa, afetando-os de maneiras variadas e fazendo com que se apropriem, também de formas variadas, desse lugar e das relações que nele – e com ele – estabelecem, conforme veremos em nossas considerações finais, a seguir.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao chegar ao final deste texto, gostaríamos de destacar algumas das questões com as quais nos deparamos no decorrer desta investigação, levando em consideração o caráter exploratório que caracteriza a abordagem empreendida em torno do universo temático e empírico proposto. Longe de expressarem idéias conclusivas, essas questões se manifestam mais como inquietações que se colocaram diante de nós ao longo deste trabalho, na medida em que novos problemas nos iam sendo postos pelo contato com o nosso campo de investigação.

Para compreender como as pessoas que convivem com um determinado ambiente urbano se apropriam desse lugar e estabelecem, ou não, novas representações a seu respeito a partir de intervenções aí realizadas, nos deparamos com a necessidade de delimitar duas ordens de discurso: a do poder público, grande motivador e executor das ações de patrimonialização e revitalização aí empreendidas, e a das pessoas que cotidianamente vivenciam esse espaço. Esses dois discursos afirmam e estabelecem variadas formas de diálogo entre si, mas não são internamente unívocos, cada um deles expressando grande diversidade de posições, concepções e representações do objeto em questão.

Essa diversidade nos indica a marca significativa que a dimensão simbólica imprime às relações que se estabelecem no mundo social, na medida em que as representações de cidade, de patrimônio e de memória elaboradas nesse processo expressam os acordos, conflitos, recusas e aceitações em torno da legitimação de um determinado “sentido de mundo” e de uma memória da cidade que informa não unicamente sobre seu passado mas, também, sobre o campo de disputas que se estabelece na constituição do próprio presente.

Temos assim, por um lado, no interior dos discursos do poder público, maneiras variadas de percepção e ação no que diz respeito à transformação de determinados bens da cidade em bens patrimoniais – como por exemplo aquelas que vinculam estritamente esses bens a sua dimensão físico-arquitetônica e estética e as que agregam a eles valores como os do uso e apropriação cotidiana pela população. Por outro lado, no que diz respeito às ações de revitalização urbana propostas e realizadas, também são diversas as perspectivas que as orientam, destacando-se, sobretudo, aquelas que se referem às expectativas quanto à manutenção ou transformação das ocupações características da área revitalizada, expressas na preocupação com a manutenção da diversidade social ou nas indicações de mudança do perfil ocupacional da área.

No caso da Rua dos Caetés, especificamente, essas perspectivas diversas se reúnem nas ações de revitalização aí empreendidas, que expressam preocupação tanto com a preservação da dimensão arquitetônico-urbanística e estética desse espaço quanto com a manutenção de seus usos e ocupações tradicionais. Esta preocupação se manifesta em uma estreita associação entre revitalização urbana e patrimônio cultural, associação esta tornada visível na valorização da paisagem urbana deste espaço e fortemente apropriada pela população.

Expressa reiteradamente nas falas daqueles que convivem cotidianamente com este espaço, essa associação entre patrimônio cultural e revitalização urbana indica que o reconhecimento da Rua dos Caetés como “lugar de memória” por estas pessoas relaciona-se diretamente à valorização que lhe foi impressa pelas ações de revitalização aí realizadas, constituindo-se a partir dos discursos e ações do poder público sobre esse espaço. Essa valorização é reconhecida especialmente a partir das melhorias que as intervenções trouxeram ao uso cotidiano desse lugar - como o aumento do conforto para o trânsito dos pedestres, da segurança e da visibilidade adquirida por seu patrimônio edificado – o que nos indica o reconhecimento da preocupação do poder público com a melhoria das condições de vida daqueles que convivem cotidianamente com a cidade.

Essa preocupação com aquele que aqui chamamos de “público interno” à cidade é, inclusive, um dos aspectos que diferencia o Programa Centro Vivo de outros programas de revitalização urbana contemporâneos, muitas vezes destinados à valorização da paisagem urbana com vistas a sua inserção nas rotas do consumo internacional dos espaços e causadores de intensos processos de exclusão das populações que tradicionalmente ocupavam esses lugares “revitalizados”. Não é esta a situação que ocorre na Rua dos Caetés, uma vez que a revitalização chancela uma ocupação historicamente afirmada na região, preservando os usos tradicionais que a caracterizam ao longo do tempo: as mudanças visam, portanto, à permanência das configurações sócio-espaciais que marcam esse lugar, inclusive no que diz respeito às exclusões aí existentes, como a dos trabalhadores ambulantes e daqueles que exercem suas atividades nas também tradicionais casas de prostituição da região, presença questionada, e muitas vezes combatida, em diversos momentos da história da cidade.

A permanência dessas configurações e o reconhecimento da melhoria das condições de acessibilidade ocasionadas pelas intervenções aí realizadas são fatores que estão referenciados, por outro lado, em uma dimensão que aparece com grande peso nos processos de revitalização urbana contemporâneas: a chamada estetização da paisagem urbana que, para nós, caracteriza-se por uma valorização estética do passado indicativa da importância que a

dimensão simbólica possui no reconhecimento e na legitimação dessas intervenções urbanas. A referenciação nessa estetização do passado não está, no entanto, voltada para a valorização da paisagem urbana como produto cultural passível de consumo, mas sim para a afirmação de uma história da cidade para a própria cidade.

No entanto, na produção desta história para a cidade os vínculos estabelecidos entre revitalização e patrimônio acabam por privilegiar a valorização do patrimônio arquitetônico, o que nos remete às representações tradicionais de uma história monumentalizada e estática, distanciada da vida daqueles que convivem cotidianamente neste e com este espaço e escamoteadora dos conflitos, acordos e disputas que o vêm conformando ao longo do tempo. Assim, ainda que a estética impressa pelas ações de revitalização seja valorizada e reconhecida por aqueles que vivenciam esse espaço diariamente, essas pessoas não parecem se apropriar das memórias que essas intervenções reafirmam como representantes legítimas da história da cidade, elaborando um discurso vazio indicativo das dificuldades que permeiam a afirmação de um espaço enquanto “lugar de memória” no contexto das políticas locais de valorização do patrimônio cultural através de ações de revitalização urbana.

Não queremos com isto dizer que não deva haver uma ação do poder público em termos de ordenação dos espaços urbanos, deixando-se essa ordenação a cargo de agentes privados, como aqueles relacionados ao mercado imobiliário, por exemplo. Mas lembrando que a valorização de determinados espaços como representativos da história da cidade configura-se como uma ação pautada por julgamentos, opções e escolhas que tendem a naturalizar um limite que é arbitrário, consideramos que há que se levar em conta, nesse processo, critérios que digam respeito à diversidade das memórias sociais produzidas no cotidiano da vida na *urbe* ao longo do tempo.

Nesse sentido pensamos que para o caso específico aqui analisado – a Rua dos Caetés – o seu reconhecimento como lugar de trabalho, para além da sua representação como lugar de comércio e de trânsito materializado em seu patrimônio arquitetônico, poderia contribuir para que as dinâmicas sociais que o constituem ganhassem visibilidade, atualizando os vínculos dessas pessoas com este espaço e possibilitando, assim, que sua valorização se estenda para além de uma estetização do passado e afirme os sentidos de pertencimento dessas pessoas à história da cidade na qual vivem.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Rita. **Festa à brasileira**: sentidos do festejar no país que “não é sério”. 1998. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

ANDERSON, Benedict. **Nação e consciência nacional**. São Paulo: Ática, 1989.

ANDRADE, Carlos Drummond de. Kodak. Crônicas de Carlos Drummond de Andrade sob o Pseudônimo: Antônio Crispim. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Belo Horizonte, 1984.

ANDRADE, Luciana Teixeira; ESTEVES, Paulo Luiz. Negociações urbanas: gestão de conflitos em torno do patrimônio. In: FERNANDES, Edésio; RUGANI, Jurema M. (Orgs.). **Cidade, memória e legislação**: a preservação do patrimônio na perspectiva do direito urbanístico. Belo Horizonte: IAB-MG, 2002. p. 169-179.

ANDRADE, Luciana Teixeira de. **A Belo Horizonte dos modernistas**: representações ambivalentes da cidade moderna. Belo Horizonte: PUC Minas, C/Arte, 2004.

ARANTES, Otília Beatriz Fiori. Uma Estratégia Fatal. A Cultura nas Novas Gerações Urbanas. In: ARANTES, Otília et al. (Orgs.) **A cidade do pensamento único**: desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes, 2000.

ARANTES NETO, Antônio Augusto. **Paisagens paulistanas**: transformações do espaço público. Campinas: Editora da Unicamp; São Paulo: Imprensa Oficial, 2000.

ARENDT, Hannah. Que é autoridade? In: ARENDT, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 2005. p. 127-187.

ARRETCHE, Marta T.S. Mitos da descentralização. Mais democracia e eficiência nas políticas públicas? **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, n.31, p.44-66, jun.1996.

ARROYO, Michele Abreu. **Reabilitação urbana integrada e a centralidade da Praça da Estação**. 2004. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2004.

AZEVEDO, Nilo Lima de; BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. Gestão participativa e política de patrimônio no município de Belo Horizonte: realidade ou mito? **Ciências Sociais Unisinos**, 41(1), p.43-52, jan./abr. 2005.

AZEVEDO, Sérgio de; PRATES, Antonio Augusto Pereira. Planejamento participativo, movimentos sociais e ação coletiva. **Ciências Sociais Hoje**, São Paulo, p. 122-152, 1991.

AZEVEDO, Sérgio. Planejamento, cidade e democracia: reflexões sobre o papel dos governos locais nos anos 90. **Ciências Sociais Hoje**, São Paulo, p. 244-270, 1994.

BAPTISTA, Luís Vicente. Territórios, imagens e poderes. In: CORDEIRO, Graça Índias; BAPTISTA, Luís Vicente; COSTA, Antônio Firmino (Orgs.). **Etnografias urbanas**. Oeiras: Celta Editora, 2003. p. 35-42

BARRETO, Abílio. **Belo Horizonte: memória histórica e descritiva**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro/Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1995. V. 2.

BARROS, José Márcio. O discurso da modernidade: a fundação de Belo Horizonte como marco enunciativo. **Os Urbanitas**, v. 1, ano 1, jul. 2004. Disponível em: <http://www.aguaforte.com/osurbanitas/jorgemarciobarros.html> Acesso em: 30 mar. 2005.

BECKER, Howard S. **Métodos de pesquisa em Ciências Sociais**. 4.ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

BELO HORIZONTE. Secretaria Municipal de Cultura. Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do Município de Belo Horizonte. Deliberação n. 03/94 de 10 de novembro de 1994. **Minas Gerais**, Belo Horizonte, 18 nov. 1994, p. 98-102.

BELO HORIZONTE. Secretaria Municipal de Cultura. Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do Município de Belo Horizonte. Deliberação n. 14/98 de 01 de dezembro de 1998. **Diário Oficial do Município**, Belo Horizonte, 10 dez. 1998, p. 3-4.

BELO HORIZONTE. Secretaria Municipal de Cultura. Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do Município de Belo Horizonte. Deliberação n. 23/2000 de 22 de agosto de 2000. **Diário Oficial do Município**, Belo Horizonte, 30 ago. 2000, p.6-8.

BELO HORIZONTE. Decreto n. 11981 de 9 de Março de 2005. Define a composição do Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do Município de Belo Horizonte. Disponível em:

<<http://bhaz5.pbh.gov.br/legislacao.nsf/42d34f6e3014477e0325679f0041f8fa/5ff220692cb715c403256fc0005ae3d7?OpenDocument>>. Acesso em: 06 jun. 2005

BELO HORIZONTE. Decreto n. 9616 de 26 de junho de 1998. Regulamenta o capítulo I, título IV, da Lei nº7.165, de 27 de agosto de 1996, que dispõe sobre a Transferência do Direito de Construir. Disponível em:

<<http://bhaz5.pbh.gov.br/legislacao.nsf/42d34f6e3014477e0325679f0041f8fa/ffaf5aece69337e0032567ba0048b0d7?OpenDocument>>. Acesso em: 15 abr. 2007

BELO HORIZONTE. Lei n. 7166 de 27 de agosto de 1996. Estabelece normas e condições para parcelamento, ocupação e uso do solo urbano no município. Disponível em:

<<http://bhaz5.pbh.gov.br/legislacao.nsf/42d34f6e3014477e0325679f0041f8fa/8e722441831434ca0325679a00576718?OpenDocument>>. Acesso em: 22 jun. 2007

BELO HORIZONTE. Lei n. 8137 de 21 de dezembro de 2000. Altera as leis n. 7.165 e 7.166, ambas de 27 de agosto de 1996, e dá outras providências. Disponível em:

<<http://bhaz5.pbh.gov.br/legislacao.nsf/42d34f6e3014477e0325679f0041f8fa/1cfcc9e2e83f4610032569c20047afb6?OpenDocument>>. Acesso em: 23 ago. 2007

BELO HORIZONTE. Lei n. 8616 de 14 de julho de 2003. Contém o Código de Posturas do Município de Belo Horizonte. Disponível em:

<<http://bhaz5.pbh.gov.br/legislacao.nsf/42d34f6e3014477e0325679f0041f8fa/7c736d5aa2c56d03032571490019a7b3?OpenDocument>>. Acesso em: 24 set 2006.

BENJAMIN, Walter. O narrador. Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas: magia e técnica, arte e política**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BICALHO, José Antônio. Caetés entra para a história. **Diário do Comércio**, Belo Horizonte, 30 mai. 1996.

BIDOU-ZACHARIASEN, Catherine. Introdução. In: BIDOU-ZACHARIASEN, Catherine (Coord.). **De volta à cidade: dos processos de gentrificação às políticas de “revitalização” dos centros urbanos**. São Paulo: Annablume, 2006. p. 21-57.

BOLLE, Willi. **Fisiognomia da metrópole moderna**. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2000.

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade**: lembranças de velhos. 3.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BOTELHO, Tarcísio R.; ANDRADE, Luciana Teixeira de. Cidade e patrimônio: o tombamento na percepção dos proprietários de imóveis em Belo Horizonte. **Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 8, n. 2, p. 91-101, jul./dez. 2005.

BOTELHO, Tarcísio R. Revitalização de centros urbanos no Brasil: uma análise comparativa das experiências de Vitória, Fortaleza e São Luís. **EURE**, Santiago de Chile, v. 31, n. 93, p.53-71, 2005.

BOTELHO, Tarcísio R. A revitalização da região central de Fortaleza (CE): novos usos dos espaços públicos da cidade. In: FRUGOLI JR., Heitor; ANDRADE, Luciana Teixeira de; PEIXOTO, Fernanda Arêas (Orgs.). **As cidades e seus agentes**: práticas e representações. Belo Horizonte: PUCMINAS/EDUSP, 2006. p. 45-67.

BOURDIEU, Pierre. O mercado de bens simbólicos. In: BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1974. p. 99-202.

BOURDIEU, Pierre. Espaço social e poder simbólico. In: BOURDIEU, Pierre. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 1990. p. 149-168.

BOURDIEU, Pierre. **Economia das trocas lingüísticas**: o que falar quer dizer. São Paulo: Edusp, 1996.

BOURDIEU, Pierre. Espaço social e espaço simbólico. In: BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. Campinas: Papyrus, 1996a.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

BOURDIEU, Pierre. Entrevista. In: BOURDIEU, Pierre. **Pierre Bourdieu entrevistado por Maria Andréa Loyola**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2002. p. 13-56.

BOURDIEU, Pierre. Esboço de uma teoria da prática. In: ORTIZ, Renato (Org). **A Sociologia de Pierre Bourdieu**. São Paulo: Olho d'Água, 2003. p. 39-72.

BRITO, Joaquim Pais de. A cidade exposta. In: CORDEIRO, Graça Índias; BAPTISTA, Luís Vicente; COSTA, Antônio Firmino (Orgs.). **Etnografias urbanas**. Oeiras: Celta Editora, 2003. p. 43-51.

CALDAS, Maria Fernandes. Belo Horizonte, Brasil, 10 jan. 2008. Entrevista concedida a Corina Maria Rodrigues Moreira.

CAMELÔS enfrentam a PM. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, 14 jan. 2004.

CAMELÔS desafiam prefeitura. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, 15 jan. 2004.

CANANI, Aline Sapiezinskas Krás. Herança, sacralidade e poder: sobre as diferentes categorias do patrimônio histórico e cultural no Brasil. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, n.23, p. 163-175, jan./jun. 2005.

CASTELLS, Manuel. **A questão urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

CASTELLS, Manuel. Para o Estado-Rede: globalização econômica e instituições políticas na era da informação. In: PEREIRA, Luiz Carlos Bresser; WILHEIM, Jorge; SOLA, Lourdes. (Orgs.). **Sociedade e Estado em transformação**. São Paulo: Editora UNESP; Brasília: ENAP, 1999. p.147-171.

CASTRO, Maria Ângela Reis de. **Guia de Bens Tombados de Belo Horizonte**. Belo Horizonte: PBH, 2006.

CENAS de um belo horizonte. Belo Horizonte: PBH, 1994.

CENTRO de BH recupera prestígio no mercado imobiliário. Estado de Minas, Belo Horizonte, out. 2007. Disponível em:
<http://noticias.lugarcerto.com.br/imoveis/template_interna_noticias,id_noticias=25505&id_ssoes=18/template_interna_noticias.shtml>. Acesso em: 31 out. 2007.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1994.

CHACHAM, Vera. A memória urbana entre o panorama e as ruínas. A Rua da Bahia e o Bar do Ponto na Belo Horizonte dos anos 30 e 40. In: DUTRA, Eliana de Freitas (Org.). **BH horizontes históricos**. Belo Horizonte: C/ Arte, 1996. p. 183-237.

CHAGAS, Mário. Cultura, patrimônio e memória. **Educação, Ciências e Letras**, Porto Alegre, n. 31, p. 15-29, jan./jun. 2002.

CHAGAS, Mário. O pai de Macunaíma e o patrimônio espiritual. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mario (Orgs.). **Memória e patrimônio**: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 95-108.

CHAGAS, Mario. Memória política e política de memória. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mario (Orgs.). **Memória e patrimônio**: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 141-171.

CORDEIRO, Graça Índias. A Antropologia Urbana: entre a tradição e a prática In: CORDEIRO, Graça Índias; BAPTISTA, Luís Vicente; COSTA, Antônio Firmino (Orgs.). **Etnografias urbanas**. Oeiras: Celta Editora, 2003. p. 3-42.

COSTA, Jorge Ricardo Santos de; LEMOS, Maria Teresa Toribio Brittes. Lapa: desejos e subversões no espaço da cidade. In: LEMOS, Maria Teresa Toribio Brittes; MORAES, Nilson Alves de (Orgs.). **Memória, identidade e representações**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2000. p. 50-63.

CUNHA, Flávio Saliba. Patrimônio cultural e gestão democrática em Belo Horizonte. **Varia História**, Belo Horizonte, n. 18, nov. 1997, p. 83-98.

DA MATTA, Roberto. **Carnavais, malandros e heróis**: para uma sociologia do dilema brasileiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

DRAIBE, Sônia Miriam. O 'Welfare State' no Brasil: características e perspectivas. **Ciências Sociais Hoje**, São Paulo, p.13-61, 1989.

DURHAN, Eunice. A pesquisa antropológica com populações urbanas: problemas e perspectivas. In: CARDOSO, Ruth C. L. (Org.) **A Aventura Antropológica**: teoria e pesquisa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. p. 17-37.

ELIAS, Norbert. **A sociedade de corte**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

FONSECA, Maria Cecília Londres. Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mario (Orgs.). **Memória e patrimônio**: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 56-76.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo**: trajetória da política federal de preservação no Brasil. 2.ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/MinC-IPHAN, 2005.

FORTUNA, Carlos. As cidades e as identidades. Narrativas, patrimônios e memórias. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, n. 33, p.127-141, fev. 1997.

FORTUNA, Carlos. Os novos espaços públicos: identidades e práticas culturais. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, n. 54, p. 139-148, jun. 1999.

FRUGOLI JUNIOR, Heitor. **Centralidade em São Paulo**: trajetórias, conflitos e negociações na metrópole. São Paulo: Cortez/Editora da Universidade de São Paulo, 2000.

FRUGOLI JUNIOR., Heitor. O urbano em questão na antropologia: interfaces com a sociologia. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 48, n. 1, jan./jun. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-77012005000100004&lng=en&nrm=&tlng=pt>. Acesso em: 25 jul. 2006.

FRUGOLI JUNIOR, Heitor. Sociabilidade urbana. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.

FRUGOLI JUNIOR., Heitor; ANDRADE, Luciana Teixeira de; PEIXOTO, Fernanda Arêas. Apresentação. In: FRUGOLI JÚNIOR, Heitor; ANDRADE, Luciana Teixeira de; PEIXOTO, Fernanda Arêas (Orgs.). **As cidades e seus agentes**: práticas e representações. Belo Horizonte: PUCMINAS/EDUSP, 2006. p. 9-20.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1989.

GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais**: morfologia e história. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 143-179.

GIOVANAZ, Marlise. Mário de Andrade: ativista da preservação do patrimônio cultural no Brasil. **Ciências e Letras**, Porto Alegre, n. 31, p. 209-217, jan./jun. 2002.

GOFFMAN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana**. 11.ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **A retórica da perda**: os discursos do patrimônio cultural no Brasil. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/IPHAN, 1996.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Autenticidade, memória e ideologias nacionais: o problema dos patrimônios culturais. In: ESTERCI, Neide; FRY, Peter; GONLDENBERG, Miriam (Orgs.). **Fazendo Antropologia no Brasil**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. p.15-33.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Monumentalidade e cotidiano: os patrimônios culturais como gênero de discurso. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi (Org.). **Cidade: história e desafios**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 2002. p.109-123.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. O patrimônio como categoria de pensamento. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mario (Orgs.). **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 21-29.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônios. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, n. 23, p.15-36, jan./jun.2005.

GONDAR, Jô. Lembrar e esquecer: desejo de memória. In: COSTA, Iceia Thiesen Magalhães; GONDAR, Jô (Orgs.). **Memória e espaço**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2000. p. 35-43.

GUIMARÃES, Berenice Martins; AZEVEDO, Sérgio (Orgs.). **Belo Horizonte em tese**. Belo Horizonte: Centro de Estudos Urbanos/UFMG, 1995.

JACOBI, Pedro. Descentralização municipal e participação dos cidadãos: apontamentos para o debate. **Lua Nova**, São Paulo, n.20, p.121-143, mai.1990.

JEUDY, Henri-Pierre. **Espelho das cidades**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2005.

KUPPER, Adam. Introdução. In: KUPPER, Adam. **Cultura: a visão dos antropólogos**. Bauru: Edusc, 2002.

LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

LE GOFF, Jacques. Memória. In: ENCICLOPÉDIA Einaudi. V. 1. Memória-História. Porto: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1984. p. 11-50.

LEITE, Rogério Proença. Entre a nação e os lugares: notas sobre patrimônio, espaço público e consumo cultural. **Tomó**, São Cristóvão, v.4, p. 9-28, 2001.

LEITE, Rogério Proença. Contra-usos e espaço público: notas sobre a construção social dos lugares na Manguetown. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 115-172, jun.2002.

LEITE, Rogério Proença. Lugares da política e consumo dos lugares: nação e patrimônio cultural. In: LEITE, Rogério Proença. **Contra-usos da cidade**: lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea. Campinas: Editora Unicamp; Aracaju: Editora UFS, 2004. p.34-95.

LEITE, Rogério Proença. Margens do dissenso: espaço, poder e enobrecimento urbano. In: FRUGOLI JR., Heitor; ANDRADE, Luciana Teixeira de; PEIXOTO, Fernanda Arêas (Orgs.). **As cidades e seus agentes**: práticas e representações. Belo Horizonte: PUCMINAS/EDUSP, 2006. p. 23-44.

LEITE, Rogério Proença. Consumo e enobrecimento: a devoração do patrimônio cultural. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS, 30, 2006, Caxambu. **Anais...** Caxambu: Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 2006a. 1 CD-ROM.

LEMOS, Celina Borges. **Determinações do espaço urbano**: a evolução econômica, urbanística e simbólica do centro de Belo Horizonte. 1988. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1988.

LEMOS, Celina Borges. Construção simbólica dos espaços da cidade. In: SOUSA, Rômulo Paes de; NEHMY, Rosa Quadros (Orgs.). **Belo Horizonte**: espaços e tempos em construção. Belo Horizonte: CEDEPLAR/PBH, 1994. p. 29-50.

LEMOS, Celina Borges. **Antigas e novas centralidades**: a experiência da cultura do consumo no centro tradicional de Belo Horizonte. 2003. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

LIMA, Benvindo. **Canteiro de saudades**: pequena história contemporânea de Belo Horizonte (1910-1950). Belo Horizonte: Sistema Promove de Ensino,1996.

LIMA, Rita de Cássia Pereira. A “violência simbólica” de Pierre Bourdieu. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 57, ano XIX, p. 166-183, jul. 1998.

LOPES, Valquíria. Camelôs proliferam fora do centro de BH. **O Tempo**, Belo Horizonte, 08 fev. 2008.

LOYOLA, Maria Andréa. Bourdieu e a sociologia. In: BOURDIEU, Pierre. **Pierre Bourdieu entrevistado por Maria Andréa Loyola**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2002. p. 63-86.

MACIEL, Auterives. Nomadização dos espaços urbanos. In: COSTA, Icleia Thiesen Magalhães; GONDAR, Jô (Orgs.). **Memória e espaço**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2000. p. 11-21.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. **A Rua Quinze, de Praça a Praça: um exercício antropológico**. 1991. Disponível em: <<http://www.n-a-u.org/magnaniruaquinze.html>>. Acesso em: 24 set. 2005.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. O velho e bom caderno de campo. **Sexta Feira**, São Paulo, n. 1., mai. 1997. Disponível em: <<http://www.n-a.org/Magnanicadernodecampo.html>>. Acesso em: 12 ago. 2005.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. Espaço e cultura na cidade contemporânea. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 16, n. 45, fev. 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092001000100010>. Acesso em: 04 jul. 2006.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 17, n. 49, jun. 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v17n49/a02v1749.pdf>>. Acesso em: 05 jun. 2006.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. **A Antropologia Urbana e os desafios da metrópole**. 2003. Disponível em: <<http://www.n-a-u.org/AntropologiaUrbanadesafiosmetropole.html>>. Acesso em: 24 set. 2005.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. **Festa no pedaço: cultura popular e lazer na cidade**. 3.ed. São Paulo: HUCITEC, 2004.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. Os circuitos dos jovens urbanos. **Tempo Social**, São Paulo, v. 17, n. 2, nov. 2005. Disponível em: <http://test.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702005000200008&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 20 jul. 2006.

MALINOWSKI, Bronislaw. Tema, método e objetivo desta pesquisa. In: **Malinowski**. São Paulo: Victor Civita, 1984. p. 17-34. (Os Pensadores).

MICELI, Sérgio. A força do sentido. In: BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1974. p. VII-LXI.

MINICONI, Evelyn Maria de Almeida. **Monumento para quem?: a preservação do patrimônio nacional e o ordenamento do espaço urbano de Ouro Preto (1937-1967)**. 2004. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2004.

MONTE-MÓR, Roberto Luís de Melo. Belo Horizonte: a cidade planejada e a metrópole em construção. In: SOUSA, Rômulo Paes de; NEHMY, Rosa Quadros (Orgs.). **Belo Horizonte: espaços e tempos em construção**. Belo Horizonte: CEDEPLAR/PBH, 1994. p. 11-27.

MOREIRA, Corina M. R. **Os patrimônios culturais como ritos de instituição: pensando os processos de patrimonialização a partir da sociologia de Pierre Bourdieu**. Trabalho de conclusão da disciplina “Interações sociais e sociabilidades urbanas” - 2º semestre/2006. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. PUC Minas (mimeo.).

MOREIRA, Corina M. R. **Poder local, participação e políticas de indução ao desenvolvimento econômico: um ensaio sobre o Programa Centro Vivo, Belo Horizonte, MG**. Trabalho de conclusão da disciplina “Políticas sociais e poder local” - 2º semestre/2006a. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. PUC Minas (mimeo.).

MOREIRA, Corina M. R. **Memória e patrimônio nos processos de revitalização urbana: o caso do programa Centro Vivo, Belo Horizonte, MG**. Trabalho de conclusão da disciplina “Cidades: Identidades, representações sociais e memória” – 1º Semestre/2007; Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. PUC Minas. (mimeo)

MOTTA, Lia. A apropriação do patrimônio urbano: do estético-estilístico nacional ao consumo visual global. In: ARANTES, Antônio Augusto (Org.). **O espaço da diferença**. Campinas: Papirus, 2000. p. 256-287.

NEVES, Magda de Almeida; JAYME, Juliana Gonzaga; ZAMBELLI, Paulina. Trabalho e cidade: os camelôs e a construção dos shoppings populares em Belo Horizonte. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS, 30, 2006, Caxambu. **Anais...** Caxambu: Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 2006. 1 CD-ROM.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n. 10, p. 07-28, dez. 1993.

NORONHA, Raquel Gomes. Visibilidade, patrimônio e a construção do imaginário no centro histórico de São Luís – MA. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS, 30, 2006, Caxambu. **Anais...** Caxambu: Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 2006. 1 CD-ROM.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. UNESCO. Recomendação relativa à salvaguarda dos conjuntos históricos e sua função na vida contemporânea. Nairóbi, 1976. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=249>>. Acesso em: 26 jul. 2005.

ORTIZ, Renato. A procura de uma sociologia da prática. In: ORTIZ, Renato (Org.). **Pierre Bourdieu**. São Paulo: Ática, 1983. p. 7-36.

ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. 5.ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

PALMEIRA, Moacir. Depoimentos. In: BOURDIEU, Pierre. **Pierre Bourdieu entrevistado por Maria Andréa Loyola**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2002. p. 57-59.

PASSOS, Luiz Mauro do Carmo. **Edifícios de apartamentos**: Belo Horizonte, 1939-1976. Formações e transformações tipológicas na arquitetura da cidade. Belo Horizonte: AP Cultural, 1998.

PEREIRA, Gilson R. de M.; CATANI, Afrânio Mendes. Espaço social e espaço simbólico: introdução a uma topologia social. **Perspectiva**, Florianópolis, n. Especial, p. 107-120, jul/dez 2002.

PLANO de reabilitação do Hipercentro de Belo Horizonte. Belo Horizonte: PBH, 2007. 1 CD-ROM.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

PRÁXIS Projetos e Consultoria Ltda. **Plano de Reabilitação do Hipercentro**: diagnóstico. 2 v. In: PLANO de reabilitação do Hipercentro de Belo Horizonte. Belo Horizonte: PBH, 2007. 1 CD-ROM.

RAMOS, Mariana; ALENCAR, Gislene. Camelôs brigam na saída. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, p. 25, 10 ago. 2004.

RIVIÈRE D'ARC, Hélène. Requalificar o século XX: projeto para o centro de São Paulo. In: BIDO-ZACHARIASEN, Catherine (Coord.). **De volta à cidade: dos processos de gentrificação às políticas de “revitalização” dos centros urbanos.** São Paulo: Annablume, 2006. p. 265-293.

RUA dos Caetés ganha projeto de revitalização. **Hoje em Dia**, Belo Horizonte, p. 1, 25 jul. 1996.

RUBINO, Silvana. O mapa do Brasil passado. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 24, p. 97-115, 1996.

RUBINO, Silvana. Os dois lados da linha do trem: história urbana e intervenções contemporâneas em Campinas. In: FRUGOLI JÚNIOR, Heitor; ANDRADE, Luciana Teixeira de; PEIXOTO, Fernanda Arêas (Orgs.). **As cidades e seus agentes: práticas e representações.** Belo Horizonte: PUCMINAS/EDUSP, 2006. p. 68-97.

SÁ, Celso Pereira de. **A construção do objeto de pesquisa em representações sociais.** Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.

SALLES, Beatriz Teixeira de. Mercado persa efervescente e eclético. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, 02 out. 1994, p.1.

SANTANA, Marco Aurélio. Memória, cidade e cidadania. In: COSTA, Icleia Thiesen Magalhães; GONDAR, Jô (Orgs.). **Memória e espaço.** Rio de Janeiro: 7Letras, 2000. p. 44-53.

SILVA, Helena Menna Barreto. Apresentação. In: BIDO-ZACHARIASEN, Catherine (Coord.). **De volta à cidade: dos processos de gentrificação às políticas de “revitalização” dos centros urbanos.** São Paulo: Annablume, 2006. p. 7-19.

SILVEIRA, Anny Jakeline Torres. **A capital e o sonho de uma petit Paris: os cafés no cotidiano de Belo Horizonte. 1897-1954.** 1995. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1995.

SMITH, Neil. A gentrificação generalizada: de uma anomalia local à “regeneração” urbana como estratégia urbana global. In: BIDO-ZACHARIASEN, Catherine (Coord.). **De volta à cidade: dos processos de gentrificação às políticas de “revitalização” dos centros urbanos.** São Paulo: Annablume, 2006. p. 59-87.

SOUZA, Celina; CARVALHO, Inaiá M. M. de. Reforma do Estado, descentralização e desigualdades. **Lua Nova**, São Paulo, n.48, p. 187-212, 1999.

SOUZA, José Moreira de; CARNEIRO, Ricardo. Anuário estatístico de Belo Horizonte 2003. Belo Horizonte: Prefeitura de Belo Horizonte, 2004. Disponível em:<http://portal1.pbh.gov.br/pbh/pgEDOCUMENT_VisualizaConteudo_Header.html?query=pp_conteudo.id=5186>. Acesso em: <12 fev. 2007>.

TAMASO, Izabela. A Cruz do Anhangüera: representações, experiências, memórias, patrimônio. In: FRUGOLI JÚNIOR, Heitor; ANDRADE, Luciana Teixeira de; PEIXOTO, Fernanda Arêas (Orgs.). **As cidades e seus agentes: práticas e representações**. Belo Horizonte: PUCMINAS/EDUSP, 2006. p. 245-273.

TENDLER, Judith. Mitos da reforma do Estado e a descentralização: conclusões de um estudo de caso no Brasil. In: MELO, Marcus André (Org.). **Reforma do Estado e mudança institucional no Brasil**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/Massangana, 1999. p. 33-72.

VARGAS, Heliana Cornin; CASTILHO, Ana Luisa Howard de. Intervenções em centros urbanos: objetivos, estratégias e resultados. In: VARGAS, Heliana Cornin; CASTILHO, Ana Luisa Howard de. **Intervenções em centros urbanos: objetivos, estratégias e resultados**. Barueri: Manole, 2006. p.1-51.

VASCONCELLOS, Lélia Mendes de; CASTILHO, Ana Luísa Howard de. Re: atrás de, depois de... In: VARGAS, Heliana Cornin; CASTILHO, Ana Luisa Howard de. **Intervenções em centros urbanos: objetivos, estratégias e resultados**. Barueri: Manole, 2006. p. 53-66.

VELHO, Gilberto. Observando o familiar. In: NUNES, Edson de Oliveira (Org.). **A aventura sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978. p. 36-46.

VELHO, Gilberto. Antropologia e patrimônio cultural. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, n. 20, p. 37-39, 1984.

VELHO, Gilberto. Estilo de vida urbano e modernidade. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 16, p. 227-234, 1995. Disponível em: <www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/175.pdf>. Acesso em: 25 ago.2005.

VELHO, Gilberto. Memória, identidade e projeto: uma visão antropológica. **Tempo Brasileiro**, Rio de Janeiro, n. 95, p. 119-126, out./dez. 1998.

VELHO, Gilberto. **Antropologia urbana**: cultura e sociedade no Brasil e em Portugal. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

VILELA, Nice Marçal. **Hipercentro de Belo Horizonte**: movimentos e transformações espaciais recentes. 2006. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.

ZAMBELLI, Paulina Helena Lima. **O trabalho informal dos camelôs na região central de Belo Horizonte e a transferência para os shopping populares**. 2006. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.

ZUKIN, Sharon. Paisagens urbanas pós-modernas: mapeando cultura e poder. In: ARANTES, Antônio Augusto (Org.). **O espaço da diferença**. Campinas: Papirus, 2000. p. 80-103.

ZUKIN, Sharon. Paisagens do século XXI: notas sobre a mudança social e o espaço urbano. In: ARANTES, Antônio Augusto (Org.). **O espaço da diferença**. Campinas: Papirus, 2000. p. 104-115.

ANEXO A

DOCUMENTOS SOBRE O PROGRAMA CENTRO VIVO PESQUISADOS

Os documentos analisados neste trabalho foram obtidos junto à Gerência de Projetos Urbanos Especiais, do Núcleo de Planejamento Urbano - órgãos da Secretaria Municipal de Políticas Urbanas - em janeiro de 2007. Sua grande maioria não tem nenhuma referência, como título, data ou órgão responsável por sua elaboração¹¹⁴, muitas vezes dizendo respeito a projetos específicos que compõem o Programa Centro Vivo – como é o caso, por exemplo, do Projeto 4 Estações, sobre o qual foi levantado o maior número de documentos. A seguir faremos uma breve descrição de cada um dos documentos, apontando uma numeração que servirá para identificar as referências feitas aos mesmos no decorrer do texto.

Documento 1 – **Projeto 4 Estações**; sem data; publicação em formato A3, colorida, com muitas imagens, mapas e projetos urbanísticos; 10 páginas. Parece projeto advindo de um dos concursos de projetos urbanos promovidos pela Prefeitura Municipal de Belo Horizonte nos últimos anos¹¹⁵.

Documento 2 – **Projetos da Administração Regional Centro-Sul**; fevereiro de 1999. Quadro com projetos propostos e em andamento na Regional.

Documento 3 – **Projeto 4 Estações – Pequeno Balanço (minuta)**; sem data. Apresenta uma descrição sucinta e avaliação do Fórum Permanente 4 Estações.

Documento 4 – **Sem título**; sem data. Cópia do que parece ser uma série de slides para apresentação do Programa Centro Vivo.

Documento 5 – **Centro Vivo – Programa de Requalificação da área central de Belo Horizonte**; sem data; documento elaborado pela Secretaria Municipal de Coordenação de Política Urbana.

¹¹⁴ Foram identificados algumas datas – expressas ou presumidas – e alguns dos produtores destes documentos, como será visto na descrição de cada um deles.

¹¹⁵ Desde os anos 1980 a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte lança concursos destinados a arquitetos e escritórios de arquitetura, com vistas à premiação de projetos voltados para várias regiões da cidade.

Documento 6 - **Rede Mercocidades**¹¹⁶ – **Centro Vivo**

Documento 7 – **Rede Mercocidades – Plano de Reabilitação do Hipercentro**

Documento 8 – **Rede Mercocidades – Boulevard Arrudas**

Documento 9 – **Rede Mercocidades – Shoppings Populares**

Documento 10 – **Rede Mercocidades – Caminhos da cidade**

Documento 11 – **Rede Mercocidades – Mercado Central e adjacências**

Documento 12 – **Sem título**; 2006; Correspondências eletrônicas sobre participação no “Banco de Experiências de Reestruturação Urbana”

Documento 13 – **Centro Vivo**; sem data; colorido; folheto de publicidade. Folder da Prefeitura de Belo Horizonte sobre o Programa

Documento 14 – **Programa de Requalificação – Área Central de Belo Horizonte**; 2006; documento produzido pela Secretaria Municipal Adjunta de Planejamento, da Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Informação

Documento 15 – **Síntese do Projeto**; refere-se ao Projeto 4 Estações; data presumida: 2001; lista uma série de órgãos sob o título “Participação Integrada” – presume-se que podem ser considerados os produtores do documento: Secretaria Municipal da Coordenação de Gestão Regional Centro-Sul, Secretaria Municipal da Coordenação de Política Urbana e Ambiental, Secretaria Municipal da Coordenação de Política Social, Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Saneamento Urbano, Secretaria Municipal de Regulação Urbana, BHTRANS, Secretaria Municipal de Cultura, Comissão de Desenvolvimento do Hipercentro de Belo Horizonte.

¹¹⁶ Os documentos referentes ao Mercocidades (documentos VI ao XI) são formulários para descrição de experiências sobre reestruturação urbana, com vistas à constituição de banco de experiências e apresentação em seminário sobre o assunto, realizado em Santo André-SP, em agosto de 2006.

Documento 16 – **Re-desenvolvimento urbano – Projeto 4 Estações**; sem data; não faz referência à autoria.

Documento 17 – **Plano de Reabilitação do Hipercentro de Belo Horizonte**; 2007; CD ROM com diagnóstico, plano e banco de dados da proposta.

Documento 18 - **Processo de tombamento da Caetés** - processo n° 059213-95-54, Tipo 1, outubro de 1994.

Além destes documentos, foi consultada também uma série de matérias publicadas no Portal da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, na internet – www.pbh.gov.br e foi realizada entrevista com a Coordenadora do Programa Centro Vivo, Maria Caldas, em 10/01/2008.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)